



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA  
CENTRO DE EDUCAÇÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM POLÍTICAS PÚBLICAS,  
GESTÃO E AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR  
MESTRADO PROFISSIONAL

**VANUSA VIRGÍNIA DA SILVA**

**AVALIAÇÃO DO PROGRAMA DE CONTRATAÇÃO DE PROFESSOR VISITANTE:  
UM OLHAR PARA A INTERNACIONALIZAÇÃO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DA  
PARAÍBA**

João Pessoa  
2023

**VANUSA VIRGÍNIA DA SILVA**

**AVALIAÇÃO DO PROGRAMA DE CONTRATAÇÃO DE PROFESSOR VISITANTE:  
UM OLHAR PARA A INTERNACIONALIZAÇÃO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DA  
PARAÍBA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas, Gestão e Avaliação da Educação Superior, Mestrado Profissional do Centro de Educação da Universidade Federal da Paraíba, como requisito para obtenção do título de Mestre.

**Linha de Pesquisa:** Avaliação e Financiamento da Educação Superior.

**Orientador:** Prof. Dr. José Jassuipe da Silva Morais

João Pessoa  
2023

**Catálogo na publicação**  
**Seção de Catalogação e Classificação**

S586a Silva, Vanusa Virgínia da.

Avaliação do programa de contratação de professor visitante: um olhar para a internacionalização da Universidade Federal da Paraíba / Vanusa Virgínia da Silva. - João Pessoa, 2023.

162 f. : il.

Orientação: José Jassuipe da Silva Morais.

Dissertação (Mestrado) - UFPB/CE.

1. Educação superior - Internacionalização. 2. Educação superior - Avaliação. 3. Programa institucional de internacionalização. 4. Professor visitante - Programa de contratação. I. Morais, José Jassuipe da Silva. II. Título.

UFPB/BC

CDU 378-045.32(043)

**VANUSA VIRGÍNIA DA SILVA**

**AVALIAÇÃO DO PROGRAMA DE CONTRATAÇÃO DE PROFESSOR VISITANTE:  
UM OLHAR PARA A INTERNACIONALIZAÇÃO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DA  
PARAÍBA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas, Gestão e Avaliação da Educação Superior, Mestrado Profissional do Centro de Educação da Universidade Federal da Paraíba, como requisito para obtenção do título de Mestre.

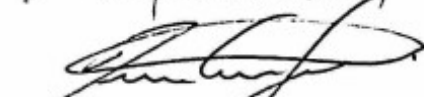
**Linha de Pesquisa:** Avaliação e Financiamento da Educação Superior.

Aprovada em: 16/02/2023

**BANCA EXAMINADORA**



**Prof. Dr. José Jassuipe da Silva Moraes**  
(Presidente/Orientador)



**Prof. Dr. Paulo César Geglio**  
(Membro Interno)



**Prof. Dr. Marcia Maria de Medeiros Travassos Saeger**  
(Membro Externo ao Programa/UFPB)

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço primeiramente a Deus, por me conceder a vida.

Em segundo lugar, agradeço à minha mãe Valdete, que está sempre comigo, apoiando-me em todos os momentos. Também agradeço pelo suporte da minha família.

Agradeço ao meu orientador, o professor Jassuipe, pelos conselhos para a elaboração deste trabalho. Agradeço aos professores do PPGAES, que transmitiram os seus conhecimentos ao longo do curso.

Agradeço à UFPB, por me proporcionar a participação neste Mestrado, por ser uma instituição grandiosa e oferecer uma educação excelente.

Agradeço a todos os colegas de trabalho, pelo companheirismo e incentivo.

Agradeço ainda a todos que me ajudaram durante o Mestrado e na construção desta pesquisa.

*Ensinar não é transferir conhecimento, mas criar as possibilidades para a sua produção ou a sua construção. Quem ensina aprende ao ensinar e quem aprende ensina ao aprender.*

(Paulo Freire)

## RESUMO

O sistema de ensino no Brasil ainda está caminhando para a inserção internacional, mas precisa de políticas que incentivem o desenvolvimento de todas as Instituições de Ensino Superior (IESs) diante da diminuição de investimentos destinados à educação, sendo essencial o apoio das agências de fomento. Nesse sentido, a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) tem uma atuação muito relevante para a avaliação dos Programas de Pós-Graduação (PPGs), para a capacitação de recursos humanos, e também para a internacionalização das IESs, visto que lançou, em 2017, o Programa Institucional de Internacionalização (Capes-PrInt). Deste modo, a Universidade Federal da Paraíba (UFPB) elaborou um projeto de internacionalização para participar do Capes-PrInt, em que constavam algumas ações a serem realizadas como contrapartida do programa. Dentre elas, ressalta-se que, a partir de 2017, a universidade procedeu com a contratação de professores visitantes brasileiros e estrangeiros com elevado conhecimento para atuarem nos PPGs durante um determinado período. Este trabalho teve como objetivo avaliar o programa de contratação de professor visitante como ferramenta de internacionalização da UFPB. A pesquisa classifica-se quanto à natureza como básica, quanto aos objetivos, como descritiva, quanto aos procedimentos técnicos, como documental, e quanto à abordagem do problema, como qualitativa e quantitativa. As técnicas empregadas foram a análise documental e de conteúdo. O contexto da pesquisa compreendeu as contratações de visitantes efetuadas pela UFPB no período de 2017 a 2022. Foram coletados dados por meio de sítios eletrônicos e por solicitação de informação a plataforma integrada de ouvidoria e acesso à informação (Fala.BR). Foram contratados 103 visitantes, a maioria do sexo masculino e de nacionalidade brasileira, nas categorias A e Sênior, sendo 26 (25,24%) estrangeiros que formaram a amostra deste estudo. Dos 78 PPGs, 52 (66,67%) contrataram visitantes. Para análise, estabelecemos categorias e variáveis extraídas dos currículos *lattes* sobre formação e atividades que indicam internacionalização. Destacamos que 16 (80%) visitantes estrangeiros têm doutorado no exterior e 20 (100%) têm artigos no exterior. Os resultados apontaram aspectos positivos quanto à internacionalização por meio dos visitantes, pois foram contratados docentes de outros países ou com experiência internacional que elaboraram produções bibliográficas no exterior, assim possibilitando a troca de conhecimentos com os alunos e docentes efetivos da UFPB. Contudo, evidenciamos fragilidades em relação à universidade não apresentar de forma centralizada as informações sobre o programa, as atividades desenvolvidas não estarem registradas nos sistemas integrados da UFPB por todos os visitantes para gerar um banco de dados público, além de eles precisarem ser mais incentivados a participarem de projetos de extensão com cooperação internacional, a elaborarem produções técnicas e artísticas/culturais e a serem orientadores e membros de bancas de trabalhos em instituições de ensino de outros países. Com base nessas informações, efetuamos um relatório do programa, identificamos algumas lacunas, fizemos sugestões para a gestão da UFPB e criamos instruções para o preenchimento dos relatórios de atividades pelos visitantes, especialmente de internacionalização, com o fim de sistematizar o processo de avaliação.

**Palavras-chave:** instituições de ensino superior; internacionalização; Capes-PrInt; avaliação; professor visitante.

## ABSTRACT

The education system in Brazil is still moving towards international insertion, but it needs policies that encourage the development of all Higher Education Institutions (HEIs) in view of the decrease in investments destined for education, with the support of development agencies being essential. In that regard, the Coordination for the Improvement of Higher Education Personnel (Capes) has a very relevant role in the evaluation of Postgraduate Programs (PPGs), for the training of human resources and for the internationalization of HEIs, since it launched in 2017 the Institutional Internationalization Program (Capes-PrInt). This way, the Federal University of Paraíba (UFPB) prepared an internationalization project to participate in Capes-PrInt, which contained some actions to be carried out in return for the program, among them, we emphasize that from 2017 onwards, the university proceeded with the training of Brazilian and foreign visiting professors with high knowledge to work in PPGs during a certain period. This work aimed to evaluate the hiring program for visiting professor as a UFPB internationalization tool. The research is classified in terms of its nature as basic, in terms of its objectives as descriptive, in terms of technical procedures as documentary, and in terms of approaching the problem as qualitative and quantitative. The techniques employed were document and content analysis. The context of the research comprised the hiring of visitors carried out by the UFPB in the period from 2017 to 2022. Data were collected through electronic sites and by requesting information to the integrated platform for ombudsman and access to information (Fala.BR). 103 visitors were hired, most of them male and Brazilians, in categories A and Senior, being 26 (25.24%) foreigners who formed the sample of this study. Of the 78 PPGs, 52 (66.67%) hired visitors. For analysis, we established categories and variables extracted from the lattes curricula about training and activities that indicate internationalization. We emphasize that 16 (80%) foreign visitors have a doctorate abroad and 20 (100%) have articles abroad. The results showed positive points regarding internationalization through visitors, as professors from other countries or with international experience who elaborated bibliographical productions abroad were hired, thus enabling the exchange of knowledge with students and permanent professors of the UFPB. However, we evidence weaknesses regarding the university not present information about the program in a centralized way, the activities developed are not registered in UFPB's integrated systems by all visitors to generate a bank of public data. In addition to the fact, they need to be more encouraged to participate in extension projects with international cooperation, to elaborate technical and artistic/cultural productions and to being advisors and members of work committees in educational institutions in other countries. Based on this information, we prepared a program report, identified some gaps, we made suggestions for the management of the UFPB and we created instructions for completing activity reports by visitors, especially internationalization, in order to systematize the evaluation process.

**Keywords:** higher education institutions; internationalization; Capes-PrInt; assessment; visiting professor.



## LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Internacionalização “em casa” e no exterior/transfronteiriça.....	25
Figura 2: Ferramentas práticas da internacionalização em casa.....	26
Figura 3: Ciclo da internacionalização.....	29
Figura 4: Modelo do processo de internacionalização.....	30
Figura 5: Modelo de internacionalização.....	31
Figura 6: Quantidade de IESs por organização acadêmica e por categoria administrativa em 2020.....	42
Figura 7: Distribuição das instituições aprovadas no Capes-PrInt por regiões brasileiras.....	51

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Medidas comuns de internacionalização.....	24
Quadro 2: Perspectivas de internacionalização no contexto das IESs.....	27
Quadro 3: Abordagens da internacionalização das universidades.....	28
Quadro 4: Critérios de avaliação dos <i>rankings</i> acadêmicos relacionados à internacionalização .....	34
Quadro 5: Construção de modelo de indicadores de internacionalização.....	35
Quadro 6: Resultado final do edital nº 41/2017 com instituições aprovadas no Capes-PrInt...50	
Quadro 7: Dimensões, princípios/políticas para avaliação da internacionalização dos PPGs..53	
Quadro 8: Colégios, grandes áreas de avaliação e áreas de conhecimento da Capes.....54	
Quadro 9: Temas e projetos do projeto institucional de internacionalização da UFPB.....58	
Quadro 10: Categorias dos professores visitantes conforme resoluções CONSEPE nº 61/1995 e 24/2019 e Lei nº 12.772/2012.....	63
Quadro 11: Itens de avaliação dos candidatos a professores visitantes.....	65
Quadro 12: Procedimentos para coleta e fontes de dados.....	77
Quadro 13: Módulos do currículo <i>lattes</i> .....	79
Quadro 14: Categorias e variáveis de internacionalização do currículo <i>lattes</i> .....	80
Quadro 15: Tema 1 x PPGs envolvidos no Programa Capes-PrInt da UFPB.....	95
Quadro 16: Tema 2 x PPGs envolvidos no Programa Capes-PrInt da UFPB.....	95
Quadro 17: Tema 3 x PPGs envolvidos no Programa Capes-PrInt da UFPB.....	96
Quadro 18: Instruções para preenchimento do relatório de atividades dos professores visitantes.....	118

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Editais de processo seletivo simplificado de professores visitantes.....	85
Tabela 2: Professores visitantes contratados por ano.....	86
Tabela 3: Professores visitantes contratados por categoria.....	87
Tabela 4: Professores visitantes contratados por sexo e nacionalidade.....	88
Tabela 5: Países dos professores visitantes estrangeiros contratados pela UFPB.....	89
Tabela 6: Centros de ensino e quantidade de programas de pós-graduação da UFPB.....	90
Tabela 7: Professores visitantes contratados por centro de ensino.....	91
Tabela 8: Professores visitantes contratados por grande área de avaliação da Capes.....	92
Tabela 9: Centro de ensino, PPG, grande área da Capes e quantidade de visitantes contratados .....	92
Tabela 10: Orçamento por tema do Programa Capes-PrInt da UFPB.....	97
Tabela 11: Documentos localizados dos professores visitantes estrangeiros.....	98
Tabela 12: Formação dos professores visitantes estrangeiros.....	99
Tabela 13: Atuação dos professores visitantes estrangeiros.....	100
Tabela 14: Projetos de pesquisa e de extensão dos professores visitantes estrangeiros.....	100
Tabela 15: Produção bibliográfica dos professores visitantes estrangeiros.....	102
Tabela 16: Produção técnica e artística/cultural dos professores visitantes estrangeiros.....	103
Tabela 17: Eventos dos professores visitantes estrangeiros.....	103
Tabela 18: Orientações dos professores visitantes estrangeiros.....	104
Tabela 19: Bancas dos professores visitantes estrangeiros de trabalhos de conclusão de curso .....	105
Tabela 20: Bancas dos professores visitantes estrangeiros de concurso e avaliação.....	106
Tabela 21: Idiomas constantes no currículo <i>lattes</i> dos professores visitantes estrangeiros....	107
Tabela 22: Indicadores de produção constantes no currículo <i>lattes</i> dos professores visitantes estrangeiros.....	108
Tabela 23: Diretório de grupos de pesquisa dos professores visitantes estrangeiros.....	109

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

- ACI-UFPB – Agência UFPB de Cooperação Internacional
- BDTD – Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações
- CAAPG – Coordenação de Acompanhamento e Avaliação dos Programas e Cursos de Pós-Graduação
- Capes – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
- CEFETs – Centros Federais de Educação Tecnológica
- CF – Constituição Federal
- CGU – Controladoria Geral da União
- CNPq – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
- CONSEPE – Conselho Superior de Ensino, Pesquisa e Extensão
- CONSUNI – Conselho Universitário
- COVID-19 – Coronavírus
- DAV – Diretoria de Avaliação
- DRI – Diretoria de Relações Internacionais
- e-SIC – Sistema Eletrônico do Serviço de Informações ao Cidadão
- Fala.BR – Plataforma Integrada de Ouvidoria e Acesso à Informação
- FAPs – Fundações de Amparo à Pesquisa
- Finep – Financiadora de Estudos e Projetos
- GT – Grupo de Trabalho
- IESs – Instituições de Ensino Superior
- IFESs – Instituições Federais de Ensino Superior
- IFs – Institutos Federais
- ISSN – *Internacional Standard Serial Number*
- LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
- MBA – *Master Business Administration*
- MCTIC – Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações
- MEC – Ministério da Educação
- MRE – Ministério das Relações Exteriores
- ORCID – *Open Researcher and Contributor ID*
- PDI – Plano de Desenvolvimento Institucional
- PEC – Proposta de Emenda à Constituição

PID – Plano Individual Docente

PIIs – Projetos Institucionais de Internacionalização

PNE – Plano Nacional de Educação

PNPG – Plano Nacional de Pós-Graduação

PPGAES – Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas, Gestão e Avaliação da Educação Superior

PPGs – Programas de Pós-Graduação

PRAC – Pró-Reitoria de Extensão e Assuntos Comunitários

PRG – Pró-Reitoria de Graduação

PrInt – Programa Institucional de Internacionalização

PROGEP – Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas

PROPESQ – Pró-Reitoria de Pesquisa

PRPG – Pró-Reitoria de Pós-Graduação

PTI – Plano de Trabalho para Internacionalização

RID – Relatório Individual Docente

SciELO – *Scientific Electronic Library Online*

SIGAA – Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas

SIGRH – Sistema Integrado de Gestão de Recursos Humanos

SINAES – Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior

SIPAC – Sistema Integrado de Patrimônio, Administração e Contratos

SNPG – Sistema Nacional de Pós-Graduação

SPELL – *Scientific Periodicals Electronic Library*

UFPB – Universidade Federal da Paraíba

UNESP – Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”

## SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	15
1.1 DELIMITAÇÃO DO PROBLEMA.....	18
1.2 OBJETIVOS.....	18
1.2.1 Objetivo geral.....	19
1.2.2 Objetivos específicos.....	19
1.3 JUSTIFICATIVA.....	19
1.4 ESTRUTURA DA DISSERTAÇÃO.....	20
2 REFERENCIAL TEÓRICO.....	21
2.1 INTERNACIONALIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR.....	21
2.1.1 Processo e mensuração da internacionalização.....	28
2.1.2 Desafios da internacionalização para professores, alunos e instituições.....	37
2.2 EDUCAÇÃO SUPERIOR, FINANCIAMENTO E AVALIAÇÃO.....	41
2.2.1 Importância da Capes e do Programa Institucional de Internacionalização (Capes-PrInt).....	46
2.2.2 Avaliação da internacionalização dos programas de pós-graduação pela Capes.....	53
2.3 AÇÕES DE INTERNACIONALIZAÇÃO DA UFPB E A ATUAÇÃO DOCENTE.....	56
2.3.1 Programa de contratação temporária de professor visitante.....	60
2.3.2 Avaliação da atuação docente.....	66
3 METODOLOGIA.....	73
3.1 AMBIENTE E DELIMITAÇÃO DA PESQUISA.....	73
3.2 TIPO DE PESQUISA.....	73
3.3 TÉCNICAS DE COLETA DE DADOS E ANÁLISE.....	75
4 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS.....	82
4.1 ANÁLISE DOS DOCUMENTOS INSTITUCIONAIS DE INTERNACIONALIZAÇÃO E DE PROFESSORES VISITANTES.....	82
4.2 ANÁLISE DO PERFIL DOS PROFESSORES VISITANTES DA UFPB.....	85
4.3 ANÁLISE DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO <i>STRICTO SENSU</i> DA UFPB.....	90
4.4 ANÁLISE DOS CURRÍCULOS <i>LATTES</i> DOS PROFESSORES VISITANTES.....	98
5 RELATÓRIO DIAGNÓSTICO E PROPOSTA DE MELHORIAS PARA A GESTÃO DO PROGRAMA DE CONTRATAÇÃO DE PROFESSOR VISITANTE.....	111
5.1 APRESENTAÇÃO.....	111
5.2 ANÁLISE.....	112
5.3 RECOMENDAÇÕES.....	116
5.4 CONCLUSÃO.....	122
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	123

6.1 LIMITAÇÕES DA PESQUISA.....	125
6.2 SUGESTÕES PARA PESQUISAS FUTURAS.....	126
REFERÊNCIAS.....	128
APÊNDICE A – VISITANTES CONTRATADOS E CATEGORIAS DE INTERNACIONALIZAÇÃO.....	139
APÊNDICE B – QUANTITATIVO DE VISITANTES CONTRATADOS DE ACORDO AS ÁREAS DE CONHECIMENTO DOS PPGS.....	140
APÊNDICE C – QUANTITATIVO DE VISITANTES CONTRATADOS DE ACORDO O CAMPUS E O CENTRO DOS PPGS.....	148
APÊNDICE D – QUESTIONÁRIO ENVIADO VIA E-SIC PARA A UFPB.....	155
APÊNDICE E – SOLICITAÇÃO DE INFORMAÇÃO REALIZADA NA PLATAFORMA FALA.BR.....	156
ANEXO A – RESPOSTA DA DSP/PROGEP/UFPB AO QUESTIONÁRIO ENVIADO PELA PLATAFORMA FALA.BR.....	159
ANEXO B – RESPOSTA DA CAAPG/PRPG/UFPB AO QUESTIONÁRIO ENVIADO PELA PLATAFORMA FALA.BR.....	160
ANEXO C – RESPOSTA DA DCPS/PROGEP/UFPB AO QUESTIONÁRIO ENVIADO PELA PLATAFORMA FALA.BR.....	162
ANEXO D – RESPOSTA DA CODEOR/PROPLAN/UFPB AO QUESTIONÁRIO ENVIADO PELA PLATAFORMA FALA.BR.....	163

## 1 INTRODUÇÃO

No âmbito do ensino superior, as políticas educacionais, durante os anos de 2005 a 2015, aproximadamente, foram planejadas buscando ampliar o acesso da população, com a expansão dos cursos de graduação e pós-graduação e com a capacitação dos docentes. Ressalta-se que, desde a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) nº 9.394/1996, um terço do quadro de professores do ensino superior deve ter titulação de mestrado ou doutorado.

Visando a garantir a qualidade da educação superior e não apenas a sua ampliação, foram estabelecidos o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES) conforme a Lei nº 10.861/2004, para avaliar a qualidade das instituições, dos cursos e do desempenho dos estudantes, e o Sistema Nacional de Pós-Graduação (SNPG) pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), para avaliar os cursos e os Programas de Pós-Graduação (PPGs) por ano e quadriênio. A respeito da avaliação institucional, uma das dimensões avaliadas consiste nas políticas de pessoal, nas carreiras dos docentes e técnico-administrativos, bem como do aperfeiçoamento, do desenvolvimento profissional e das condições de trabalho.

Inclusive foi elaborado o Decreto nº 9.235/2017 sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação das instituições de ensino superior (IESs) e dos cursos de graduação e de pós-graduação no sistema federal de ensino. O referido decreto aponta, no art. 21, os elementos que compõem o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) e, no inciso VI, trata do perfil docente, que deve demonstrar detalhadamente os requisitos quanto à titulação, à experiência acadêmica e não acadêmica, ao processo de seleção e contratação, ao plano de carreira e à inclusão de docentes que possuam conhecimento estratégico para o desenvolvimento nacional, a inovação e a competitividade a fim de associar com o mercado de trabalho, a exemplo dos professores visitantes.

No tocante à pós-graduação, em fevereiro de 2020, foi apresentada a Proposta de Aprimoramento da Avaliação da Pós-Graduação Brasileira para o Quadriênio 2021-2024 pela Comissão Especial de Acompanhamento do Plano Nacional de Pós-Graduação (PNPG) 2011-2020 da Capes, para um modelo multidimensional que envolveria: 1) Formação de Pessoal; 2) Pesquisa; 3) Inovação e Transferência de Conhecimento; 4) Impacto na Sociedade e; 5) Internacionalização. Esse modelo com cinco dimensões fundamentou-se no sistema europeu denominado de U-Multirank e o novo método de avaliação da pós-graduação seria mais



voltado para comparação com os padrões internacionais, porém não foi aprovado para esse presente quadriênio.

Logo, foi divulgada a Portaria Capes nº 122, de 5 de agosto de 2021, no Diário Oficial da União (DOU) nº 149, de 9 de agosto de 2021, seção 1, continuando da mesma forma a avaliação quadrienal dos PPGs *stricto sensu* com base em três quesitos: Programa, Formação e Impacto, com este último incluindo a internacionalização como um dos itens apreciados. As comissões avaliadoras dos PPGs atribuem notas que variam de 1 a 7 conforme as fichas de avaliação das áreas e os quesitos mencionados, sendo conferidas notas 6 e 7 apenas aos programas que possuam curso de doutorado com desempenho equiparado ao elevado padrão internacional. Segundo o item IV do art. 27 da Portaria Capes nº 122/2021, essas comissões podem atribuir notas 6 e 7 em conformidade com a verificação das seguintes condições:

- a) PESQUISA: atividades de pesquisa desenvolvidas por grupos e/ou indivíduos vinculados aos programas que tenham caráter de **cooperação internacional (financiamento internacional, equipe internacional e/ou realização no exterior)**;
- b) PRODUÇÃO INTELECTUAL: atividades de produção intelectual desenvolvidas por docentes, discentes e/ou egressos vinculados aos programas que revelem o estabelecimento de **cooperação internacional (divulgadas em veículos de circulação internacional, em coautoria com pesquisadores sediados em instituição estrangeira e/ou resultante de projetos de pesquisa internacionais colaborativos)**;
- c) MOBILIDADE ACADÊMICA: iniciativas de mobilidade de discentes, egressos e docentes dos programas, estabelecendo **trocas com instituições estrangeiras**, enviando e recebendo pessoas, fomentando o trabalho em parceria e as interações estabelecidas entre as instituições; e
- d) ATUAÇÃO INSTITUCIONAL: inclusão das **ações de internacionalização** nos objetivos do programa, **processo seletivo internacional, disciplinas em língua estrangeira, programas de cotutela, visibilidade internacional do programa (site em língua estrangeira)** (CAPES, 2021b, p. 33-34 grifo nosso).

Observa-se que a educação superior é constantemente avaliada, os processos de avaliação sofrem mudanças com o passar do tempo e especificamente os cursos de pós-graduação apresentam uma exigência de qualidade maior. Inclusive, a internacionalização é um indicador de qualidade importante para avaliar as instituições, uma vez que ganham mais atenção as produções acadêmico-científicas internacionais, o estabelecimento de parcerias com instituições de outros países, a mobilidade de discentes e docentes.

Inicialmente a internacionalização das instituições brasileiras era mais voltada para a modalidade passiva, em que professores e alunos faziam estágios ou parte de sua pesquisa no exterior, pois há muitos anos existem vários programas que incentivam docentes e discentes a participarem de cursos de graduação e pós-graduação em outros países. No entanto, esses

professores ou alunos não necessariamente tornavam-se multiplicadores do conhecimento internacional, demonstrando o que foi aprendido para os seus pares no Brasil.

Sendo assim, tornou-se pertinente uma estratégia para traçar uma política de internacionalização. Então, em 2017, foi efetuado pela Capes um diagnóstico da situação das IESs e dos seus projetos institucionais. Após a análise dos resultados, constatou-se que as instituições precisavam de um impulso para oficializar essa política e foi criado o Programa Institucional de Internacionalização (Capes-PrInt).

As IESs contempladas no edital de seleção do programa Capes-PrInt obtêm financiamento para missões no exterior, bolsas no exterior e no país e ainda recursos para manutenção de projetos internacionais. Em troca as instituições buscariam realizar ações para internacionalização ativa, assim passaram a fazer projetos institucionais com base nos quesitos apresentados na Portaria Capes nº 122/2021 e no Edital Capes nº 41/2017, isto é, inserindo temas internacionais nas disciplinas de pós-graduação, divulgando informações acadêmicas em outros idiomas e treinando o seu quadro funcional.

Portanto, as constantes mudanças na sociedade impactam a educação e as IESs precisam se adaptar para acompanhar as inovações legais, tecnológicas e pedagógicas e ainda promover a internacionalização, sendo imprescindível a atuação das agências de fomento, especialmente da Capes no tocante à pesquisa e à pós-graduação.

Ao longo de 2011 a 2020, a evolução da internacionalização do Sistema Nacional de Pós-Graduação (SNPG), conforme a avaliação da Capes (2021a, p. 172), revela que:

O projeto de internacionalização da PPG no Brasil ocorre ainda de forma assimétrica, com um número muito superior de pesquisadores enviados para o exterior comparado ao de alunos e pesquisadores estrangeiros que vêm para o país. Recomendações como a flexibilização das políticas de contratação nas IES nacionais, de maneira a atrair jovens talentos com formação de excelência no exterior, e ainda o aumento na proporção de docentes e alunos com maior domínio da língua inglesa, tiveram avanços muito significativos na última década. Elas precisam receber mais atenção, pois constituem elementos-chaves para o aumento da internacionalização dos nossos PPGs.

Isso requer que os gestores das IESs planejem ações para a formação dos professores, servidores e alunos, o que se apresenta como um desafio contínuo, sobretudo para as instituições promoverem melhorias. Dentro dessa lógica, deve ser dedicada atenção ao corpo docente para aprimoramento das competências acadêmico-científicas mediante a capacitação e a valorização profissional.

Masetto (2012) afirma que uma das mudanças no ensino superior é percebida no perfil docente, pois os professores se conscientizaram que, além de ser imprescindível um diploma

de bacharel, mestre ou doutor, soma-se a demanda por competências pedagógicas. Uma vez que eles são educadores e assim possuem várias funções, além de lecionarem, atuam como orientadores, pesquisadores.

Por consequência, essas determinações vêm impondo que os profissionais sejam bastante competentes para trabalhar no ensino superior e as instituições de ensino devem comprometer-se com a capacitação dos professores para acompanharem as necessidades do conhecimento que transcende as barreiras geográficas a fim de atender às exigências mundiais de internacionalizar a educação.

No âmbito da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), no que diz respeito à política de internacionalização, analisaremos os Planos de Desenvolvimento Institucional (PDI) de 2014-2018 e 2019-2023 e o Projeto Institucional de Internacionalização (PII), que propiciou a participação no Programa Institucional de Internacionalização (Capes-PrInt) em 2018. Entre o conjunto de ações adotadas pela UFPB para torná-la internacional, ganhou maior proporção a partir de 2018 com a contratação de professores visitantes para atuar sobretudo nos cursos de mestrado e doutorado durante um período, com o intuito de efetuar a contrapartida requerida pelo programa Capes-PrInt e satisfazer a necessidade temporária de excepcional interesse público, seguindo a Lei nº 8.745/1993, as Resoluções CONSEPE nº 61/1995, nº 35/2014 e nº 24/2019.

## 1.1 DELIMITAÇÃO DO PROBLEMA

O foco desta pesquisa é avaliar o programa de professor visitante da Universidade Federal da Paraíba e a sua contribuição para a internacionalização da instituição, em virtude dessa modalidade de contratação ter sido ampliada recentemente pelas IESs e por apresentar poucos estudos. Diante disso, serão analisados os documentos normativos sobre educação, avaliação dos PPGs e dos docentes, internacionalização e contratação de visitantes.

A partir do exposto, é possível estabelecer a seguinte questão norteadora da pesquisa: Como está estruturado o programa de contratação de professor visitante da Universidade Federal da Paraíba e qual a sua contribuição para a internacionalização da instituição?

## 1.2 OBJETIVOS

Para responder ao problema de pesquisa, foram traçados os seguintes objetivos, divididos em geral e específicos.

### 1.2.1 Objetivo geral

Avaliar o programa de contratação de professor visitante como ferramenta de internacionalização da Universidade Federal da Paraíba.

### 1.2.2 Objetivos específicos

- Analisar os documentos institucionais a respeito da internacionalização e do programa de contratação de professor visitante da UFPB;
- Caracterizar o perfil pessoal e profissional dos visitantes contratados desde 2017 pela UFPB e verificar os programas de pós-graduação contemplados com esses professores;
- Identificar atividades de internacionalização desenvolvidas pelos visitantes estrangeiros contratados pela UFPB inseridas em plataformas digitais;
- Elaborar um relatório diagnóstico sobre o programa de contratação de professor visitante e a internacionalização da UFPB.

## 1.3 JUSTIFICATIVA

Acredita-se que a presença dos visitantes pode colaborar para elevar a qualidade da principalmente da pós-graduação com a troca de experiências entre professores do país e do exterior, estimular parcerias para o desenvolvimento de projetos, ampliar os conhecimentos dos alunos, além de promover o intercâmbio institucional e a internacionalização.

O interesse pelo tema da pesquisa ocorreu em virtude de a autora ser servidora da UFPB e trabalhar no setor de pessoal realizando o cadastro dos professores visitantes na folha de pagamento. Logo, verificou-se o aumento dos contratos a partir de 2018 e esse estudo pretende ser relevante para gestão da contratação temporária.

Portanto, a pesquisa tem como justificativa a necessidade de avaliar a execução do programa dos professores visitantes e como pode proporcionar a internacionalização dos PPGs *stricto sensu* e conseqüentemente da UFPB. Sendo relevante no aspecto financeiro, em razão do investimento realizado pela universidade com a contratação dos professores; no aspecto acadêmico, devido à busca por níveis de excelência determinados pela Capes para possibilitar a continuidade dos programas; em termos institucionais, para promover o

desenvolvimento da UFPB conforme os padrões internacionais de qualidade; e no aspecto social, para a formação dos futuros profissionais que atuarão na sociedade e para o progresso do país.

Como produto da pesquisa, busca-se elaborar um relatório diagnóstico de avaliação do programa de contratação de professor visitante e da internacionalização da UFPB a fim de propor melhorias para gestão do programa e instruções para o preenchimento do relatório de atividades pelos professores visitantes. De acordo com a classificação do Grupo de Trabalho (GT) 06 da Capes, o produto final da avaliação do trabalho dos professores visitantes está inserido no eixo 4 – Serviços técnicos (serviços realizados junto à sociedade/instituições de saúde, órgãos governamentais, agências de fomento, vinculados à assistência, extensão, produção do conhecimento), mais especificamente discriminado como produção técnica nº “3 Avaliação de tecnologia, projeto, programa, institucional ou política” (CAPES, 2019b, p. 12) e produção técnica nº “24 Relatório técnico conclusivo” (CAPES, 2019b, p. 13).

#### 1.4 ESTRUTURA DA DISSERTAÇÃO

A dissertação está organizada em seis capítulos: no primeiro, apresentamos a introdução; no segundo, há o referencial teórico com o suporte para compreender a temática da internacionalização de modo mais amplo até se chegar no programa de contratação temporária de professor visitante pela UFPB; no terceiro, expomos a metodologia a ser empregada para alcançar os objetivos e responder à pergunta da pesquisa; no quarto, temos a apresentação e a análise dos resultados; no quinto, trazemos o relatório diagnóstico e, no sexto, as considerações finais. Por fim, elencamos as referências utilizadas.

## 2 REFERENCIAL TEÓRICO

O arcabouço teórico retrata a internacionalização da educação superior, a avaliação da pós-graduação, a importância da Capes e do Programa Institucional de Internacionalização (Capes-PrInt), as ações de internacionalização efetuadas pela UFPB e, mais especificamente, descreve o programa de contratação temporária de professores visitantes e a atuação docente.

### 2.1 INTERNACIONALIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR

A internacionalização vem ocorrendo há bastante tempo nas instituições de ensino superior, buscando promover o desenvolvimento de alunos, professores, instituições e consequentemente do país através de experiências vivenciadas por esses atores em diversos locais do mundo.

Jane Knight (1994), autora renomada sobre a internacionalização da educação e referência para muitos pesquisadores, vem estudando o tema há vários anos e por isso é frequentemente citada nos trabalhos científicos. O conceito de internacionalização de Knight foi revisado e atualizado por De Wit e Hunter (2015, p. 3), como:

*the intentional process of integrating an international, intercultural or global dimension into the purpose, functions and delivery of post-secondary education, in order to enhance the quality of education and research for all students and staff, and to make a meaningful contribution to society.*

Assim, De Wit e Hunter (2015, p. 3, tradução nossa) redefiniram a internacionalização como o processo intencional de integração de uma dimensão internacional, intercultural ou global no propósito, nas funções e na entrega da educação pós-secundária, com o objetivo de melhorar a qualidade da educação e da pesquisa para todos os alunos e funcionários e gerar uma contribuição significativa à sociedade.

Para Morosini (2006), a definição de internacionalização da educação superior se relaciona a várias fases do desenvolvimento e remete a múltiplos termos:

a) DIMENSÃO INTERNACIONAL, referente ao século XX e marcada como uma etapa mais incidental do que organizada;

b) EDUCAÇÃO INTERNACIONAL, fase organizada principalmente nos Estados Unidos durante a segunda guerra mundial e o fim da guerra fria devido às causas políticas e de segurança nacional; e

c) INTERNACIONALIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, etapa após a guerra fria caracterizada pelo processo estratégico associado à globalização e à regionalização das sociedades e o efeito provocado na educação superior.

É visível que a globalização impacta as políticas educacionais, uma vez que pode promover o desenvolvimento de estratégias para manter o sistema de ensino adequado aos interesses nacionais e internacionais e assim pode garantir que as instituições se tornem de fato internacionalizadas.

No decorrer dos anos verificamos que a internacionalização pode ser conceituada de diversas maneiras, não existe um conceito único, mas o termo que frequentemente vem à mente é a mobilidade. Porém, internacionalização não é apenas receber alunos e professores de outros países ou enviar discentes e docentes para o exterior.

A educação superior é influenciada fortemente pela internacionalização que está sempre se adequando para encarar os desafios do século XXI, sendo relevante sob o ângulo da educação transfronteiriça, ou seja, da mobilidade acadêmica ao exterior. Para Jane Knight (2020), a educação transfronteiriça apresenta três gerações: a primeira é a mobilidade de estudantes/pessoas, a segunda é a mobilidade de programas e provedores e a terceira refere-se aos polos educacionais (de estudantes, de talentos e de conhecimento/ inovação).

Podemos inferir que a mobilidade de pessoas é a que mais ocorre até os dias atuais, por ser mais antiga e de certa forma também mais simples de ser executada; diferentemente das mobilidades da segunda e terceira geração que requerem mais formalidades para firmar acordo, parceria e cooperação entre as instituições, para permitir a articulação dos programas e provedores e também formar polos educacionais.

Em face das mudanças, Knight (2020), sugere de modo recente a classificação das universidades internacionais em três modelos emergentes discriminados como:

a) CLÁSSICO, a instituição desenvolve variadas atividades e parcerias internas e externas, abarcando uma amplitude de iniciativas acadêmicas, de pesquisa, de serviços e de gestão interculturais e internacionais;

b) SATÉLITE, as instituições criam centros de pesquisa e escritórios em outros países para guardar relações com egressos, recrutar alunos e fazer consultorias; e

c) COFUNDADO, dois ou mais parceiros internacionais fundam ou desenvolvem em conjunto novas instituições independentes e autônomas.

Os modelos não se excluem mutuamente e são considerados tipos ideais, ou seja, genéricos e não ótimos segundo Knight (2020). Portanto, entendemos que esse modelo clássico é o mais tradicional mediante a formação de acordos; o satélite necessita de maior

financiamento pois a universidade precisa instalar uma infraestrutura em outro país do exterior; e o cofundado, o custeio para a criação de uma outra instituição pode ser dividido entre as universidades parceiras. O Brasil ainda não tem uma política de internacionalização consolidada, apesar de ter várias ações esporádicas, portanto, acredita-se que a internacionalização universitária no país possui mais características do modelo clássico.

A internacionalização pode ocorrer de duas formas: ativa e passiva. Para Lima e Maranhão (2009), a expressão ativa transmite uma visão positiva ligada à inteligência de quem pratica uma ação direta sobre algo ou alguém no intuito de produzir resultados determinados anteriormente, enquanto a expressão passiva é o inverso, tem um sentido negativo referente à submissão, de quem se subordina aquilo ou aquele que é objeto de uma ação estabelecida.

Ainda a respeito dos modos de internacionalização das IESs, Marrara e Rodrigues (2009), caracterizam que na forma ativa, a instituição transforma-se em um centro de recepção de pessoas e pesquisas de fora. Assim, para colocar em prática a internacionalização ativa, a instituição de ensino necessita realizar medidas administrativas e acadêmicas a fim de ampliar a quantidade de alunos, professores visitantes e pesquisadores e também promover ações para receber pesquisas científicas a serem publicadas nos seus meios de comunicação.

No intuito de incentivar a atração de recursos humanos do exterior, Marrara e Rodrigues (2009), citam que a instituição precisa estabelecer métodos para recepcioná-los por curto, médio ou longo prazo e tornar esses mecanismos públicos, pois às vezes não há normas para tal; e também a instituição deve publicizar os requisitos de participação dos candidatos estrangeiros para que efetuem as suas atividades acadêmicas, como bancas, coorientações e cotutelas. Inclusive mencionam a dificuldade no acesso desses normativos pelos estrangeiros e na divulgação desses procedimentos, em consequência normalmente os membros da IES realizam o contato inicial com a comunidade acadêmica do exterior e assim começam as negociações sobre atividades de cooperação internacional. Além disso, os dois autores afirmam que para atrair alunos do exterior são necessários incentivos, como financiamentos e processos de seleção adequados para entrada dos discentes na pós-graduação.

Enquanto a internacionalização passiva segundo Marrara e Rodrigues (2009), acontece através dos membros da instituição ao efetuarem atividades em IESs fora do país de origem e também pela publicação dos seus trabalhos científicos em meios de comunicação no exterior. Logo, para tal forma há uma dependência maior das instituições estrangeiras, contudo, as instituições nacionais podem incentivar a mobilidade dos seus alunos, professores e pesquisadores para participarem de eventos, cursos e programas do exterior, como: fomentar



contratos de professor visitante, conceder subsídios como inscrição, diárias, passagens; ainda apoiar a realização de estágio pós-doutoral para os professores e de estágios de ensino e pesquisa para alunos de graduação e pós-graduação; além de auxiliar o acesso aos periódicos internacionais de referência, destacando a importância do portal de periódicos disponibilizado pela Capes.

Em termos conceituais, levando em consideração o que foi evidenciado por Lima e Maranhão (2009), apesar de ativo remeter ao aspecto positivo e passivo ao aspecto negativo, a internacionalização ativa também pode gerar efeitos negativos e vice-versa para a internacionalização passiva. E diante do exposto por Marrara e Rodrigues (2009), verificamos que a internacionalização ativa concebe ações dentro da IES, recebendo pessoas e pesquisas; e a internacionalização passiva compreende atividades fora da instituição, enviando pessoas e pesquisas. Ambas as formas envolvem a troca com a comunidade acadêmica interna e externa, ou seja, discentes e docentes nacionais e estrangeiros.

Marrara e Rodrigues (2009), caracteriza medidas de internacionalização em comuns e específicas. As medidas comuns retratam condições gerais porque não dependem da forma de internacionalização selecionada pela IES. As medidas específicas referem-se às condições próprias de acordo com a forma ativa ou passiva da internacionalização. Apresentamos no quadro 1 as medidas comuns de internacionalização divididas em institucionais e acadêmicas:

Quadro 1: Medidas comuns de internacionalização

<b>MEDIDAS INSTITUCIONAIS</b>	<b>MEDIDAS ACADÊMICAS</b>
a criação de comissões de cooperação internacional	o estabelecimento de linhas de pesquisa para a construção de centros de referência em pesquisa
a adaptação dos recursos humanos	a organização de bibliotecas de alto padrão
a celebração de convênios de cooperação internacional	a inserção de disciplinas e a realização de outras atividades de ensino e pesquisa em idiomas estrangeiros
as medidas informativas	

Fonte: Elaborado com base em Marrara e Rodrigues (2009, p. 124).

Assim, entendemos que essas medidas seriam as providências tomadas pelas IESs para promover a internacionalização, sendo esta divisão entre institucional e acadêmica tênue pois estão interligadas, visto por exemplo que ambas devem estar articuladas com o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), o Projeto Pedagógico Institucional (PPI) e o Projeto Pedagógico do Curso (PPC).

Alguns estudos apresentam as expressões mobilidade *in* ao tratar do recebimento de pessoas e execução de atividades dentro do país e mobilidade *out* ao tratar do envio de pessoas e execução de atividades fora do país, logo analogamente compreendemos que a internacionalização ativa é *in* e a internacionalização passiva é *out*.

Além da internacionalização ativa e passiva, existem outros modos de classificação da internacionalização da educação superior. Segundo Knight (2020, p. 31-32) há dois pilares da internacionalização, um chamado de “em casa” e o outro no exterior conforme demonstra a figura 1:

Figura 1: Internacionalização “em casa” e no exterior/transfronteiriça



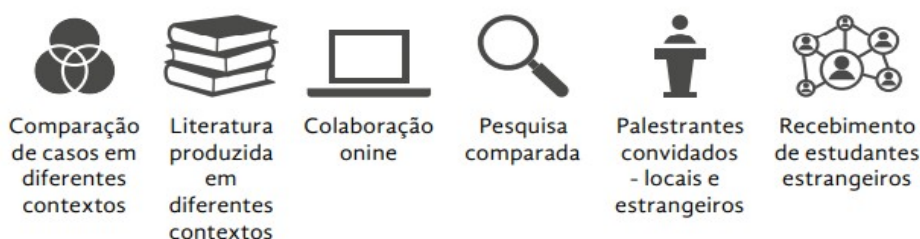
Fonte: Knight (2020, p. 32).

A internacionalização em casa também denominada como *at home* ou doméstica, é aquela que ocorre no campus da instituição de ensino para inserir todos que formam a comunidade acadêmica. Nesse sentido, Knight (2020) discorre sobre algumas estratégias para efetuar esse modo de internacionalização que compreendem mudanças: nos currículos, programas ou cursos; no processo de ensino/aprendizagem; nas atividades de pesquisa,

cocurriculares, extracurriculares; e no envolvimento com grupos culturais/étnicos localizados na comunidade.

Para Beelen e Jones (2015, apud BARANZELI, 2019, p. 188-189), a internacionalização em casa é considerada um subconjunto da internacionalização do currículo, distinguindo-se da mobilidade pois deve ser possível para todos os estudantes. Sendo assim, um processo de integração das dimensões internacional e intercultural, no currículo formal e informal, para alunos em ambientes domésticos. Algumas ferramentas para efetuar a internacionalização em casa são apresentadas na figura 2:

Figura 2: Ferramentas práticas da internacionalização em casa



Fonte: Beelen (2017, apud BARANZELI, 2019, p. 196).

Portanto, compreende-se que a internacionalização em casa é um meio de atender uma maior quantidade de alunos por ser mais abrangente, devido à dificuldade de todos os discentes realizar a mobilidade *out*, seja por questões financeiras ou até mesmo por falta de domínio de idioma estrangeiro, entre outras situações impeditivas. Logo, os professores podem empregar instrumentos para promover a internacionalização em casa como: utilizar materiais de vários lugares, elucidar as aulas com acontecimentos ocorridos fora do país, trazer professores e alunos de outros locais ou que tiveram experiências de mobilidade, usar recursos tecnológicos como internet e vídeos para diminuir as distâncias físicas e proporcionar a participação de pessoas de diversas regiões e países.

No trabalho de Delgado-Márquez, Hurtado-Torres e Bondar (2011) intitulado “*La internacionalización en la enseñanza superior: investigación teórica y empírica sobre su influencia en las clasificaciones de las instituciones universitarias*” foi elaborado um quadro de acordo com as quatro perspectivas genéricas (atividade, competência, *éthos* e processo) estabelecidas por Knight (1997) para definir internacionalização e efetuaram um levantamento bibliográfico com outros autores que tratam sobre essas perspectivas listadas no quadro 2.

Quadro 2: Perspectivas de internacionalização no contexto das IESs

<b>1. Perspectiva da atividade</b>	<b>Autores</b>
Focaliza as atividades de Educação Superior que fomentam uma dimensão intercultural, incluída a presença do alunado internacional, currículo e intercâmbio alunado/professorado.	Harari (1992); Klasek (1992); Arum e Van de Water (1992); Mestenhauser e Ellingboe (1998); Green e Olson (2003); Javalgi <i>et al.</i> (2003); Powell (2004); Green e Shoenberg (2006).
<b>2. Perspectiva da competição</b>	<b>Autores</b>
Destaca o desenvolvimento de habilidades, de conhecimentos e de valores que são importantes para que se possa competir no mercado global.	Soderqvist (2002); Van der Wende (2007); Ayoubi e Massoud (2007); McGowan e Potter (2008); Elkin <i>et al.</i> (2008); Lipsett (2009).
<b>3. Perspectiva do <i>éthos</i></b>	<b>Autores</b>
Destaca a criação de uma cultura ou entorno onde se valorizam e se apoiam as perspectivas e as iniciativas interculturais/internacionais.	Pickert e Turlington (1992); Hanson e Meyerson (1995).
<b>4. Perspectiva do processo</b>	<b>Autores</b>
Enfatiza a integração de uma dimensão internacional e intercultural no ensino, na pesquisa e nos serviços, por meio de uma combinação de atividades, políticas e procedimentos.	Knight (1994); Schoorman (1999); De Wit (2002); Olson <i>et al.</i> (2001).

Fonte: Delgado-Márquez, Hurtado-Torres e Bondar (2011, tradução nossa).

Esclarecendo essas perspectivas estabelecidas por Knight (1997) que constam no estudo de Delgado-Márquez, Hurtado-Torres e Bondar (2011), também os autores Belfort *et al.* (2019, p. 2019) as compreendem como abordagens e descrevem as ações relativas à atividade, à competência, ao caráter e ao processo no quadro 3.

Quadro 3: Abordagens da internacionalização das universidades

Abordagem	Ações
Atividade ( <i>activity approach</i> )	Uso de categorias ou atividades para descrever a internacionalização, tal como currículo, intercâmbio de estudantes/professores, assistência técnica, estudantes internacionais.
Competência ( <i>competency approach</i> )	Desenvolvimento de novas habilidades, conhecimentos, atitudes e valores em estudantes, docentes e funcionários.
Caráter ( <i>ethos approach</i> )	Criação de cultura e clima no campus que promova e suporte iniciativas internacionais/interculturais.
Processo ( <i>process approach</i> )	Integração ou infusão de uma dimensão internacional ou intercultural em ensino, pesquisa e serviço através de uma combinação de uma vasta gama de atividades, políticas e procedimentos.

Fonte: Knight (1997) traduzido e adaptado por Belfort *et al.* (2019, p. 212)

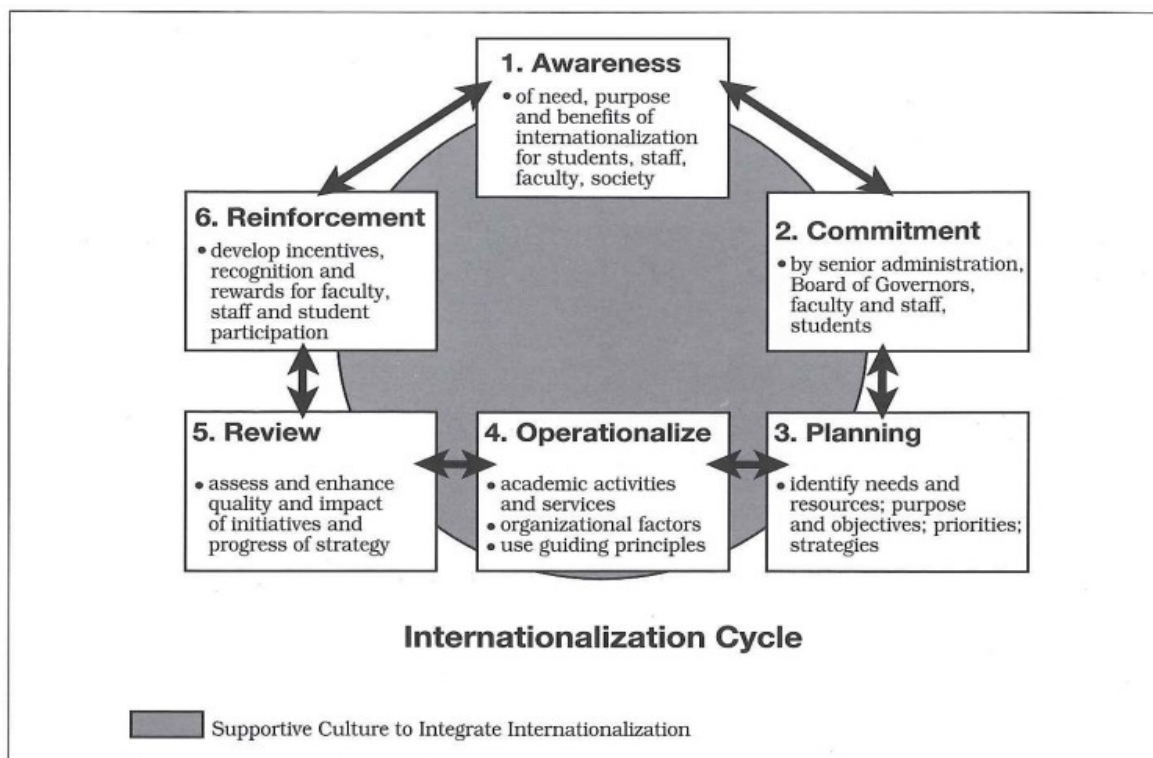
A primeira perspectiva/abordagem da atividade está voltada para o processo de integração da educação internacional no currículo e o intercâmbio. A segunda perspectiva/abordagem da competição/competência está voltada para adquirir capacidades globais a fim de promover a concorrência. A terceira perspectiva/abordagem do *éthos*/caráter está voltada para concepção de culturas e costumes de vários locais com o apoio de uma instituição líder. A quarta perspectiva/abordagem do processo está voltada para intercâmbio cultural e internacional através da associação das atividades.

### 2.1.1 Processo e mensuração da internacionalização

A internacionalização é muito discutida pelas instituições de ensino, mas não se resume apenas a realizar ações isoladas e pontuais. Para uma estratégia institucional, é necessário utilizar uma metodologia para que seja delineada uma política, com normativos, planejamento de ações, metas, indicadores e meios de avaliação.

Segundo Knight (1994, p. 12), o ciclo de internacionalização das faculdades e universidades pode ser dividido em seis fases detalhadas a seguir, estabelecendo um processo contínuo com etapas interconectadas e flexíveis permeado pela cultura organizacional como demonstrado na figura 3.

Figura 3: Ciclo da internacionalização



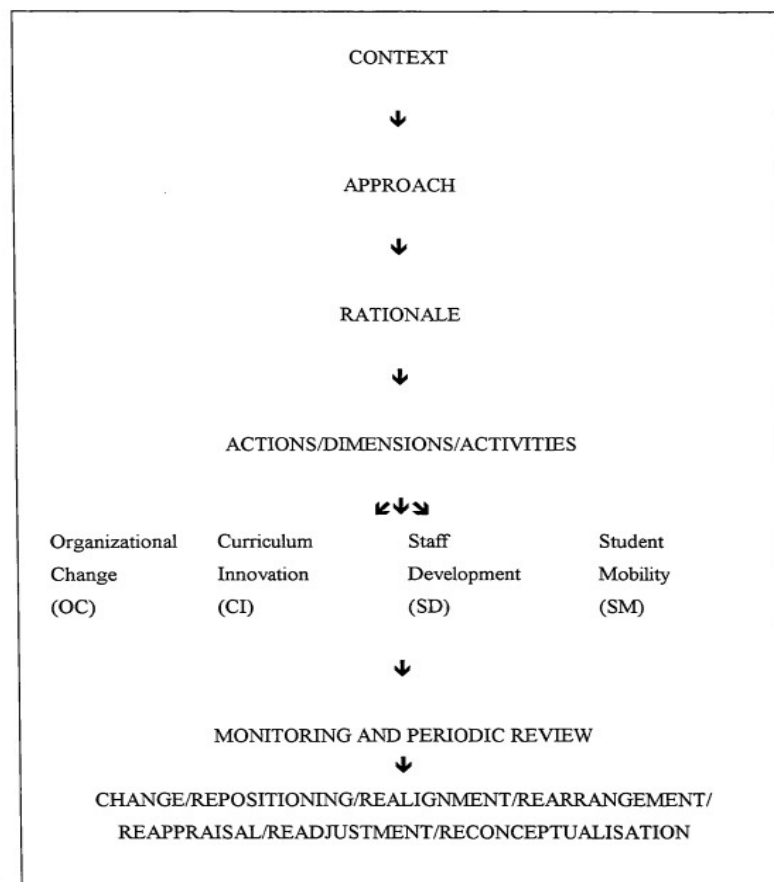
Fonte: Knight (1994, p. 12).

As fases da internacionalização em conformidade com Knight (1994), envolvem:

- A fase 1 **Consciência**, trata da necessidade, propósito e benefícios da internacionalização dos estudantes, dos funcionários, da faculdade e da sociedade.
- A fase 2 **Comprometimento**, trata do compromisso pela administração sênior, pelo quadro de governantes, pela faculdade e funcionários, e pelos estudantes.
- A fase 3 **Planejamento**, trata da identificação das necessidades e recursos, propósitos e objetivos, prioridades, estratégias.
- A fase 4 **Operacionalização**, trata das atividades e serviços acadêmicos, fatores organizacionais e uso de princípios orientadores.
- A fase 5 **Revisão**, trata de avaliar e melhorar a qualidade e o impacto das iniciativas e o progresso da estratégia.
- A fase 6 **Reforço**, trata do desenvolvimento de incentivos, reconhecimento e recompensas para a participação da faculdade, dos funcionários e dos estudantes.

Nesse sentido, considerando a internacionalização como um processo cíclico Rudzki (1998, p. 220) propõe um modelo do processo de internacionalização fragmentado em seis etapas apresentadas na figura 4 e discriminadas posteriormente.

Figura 4: Modelo do processo de internacionalização



Fonte: Rudzki (1998, p. 220).

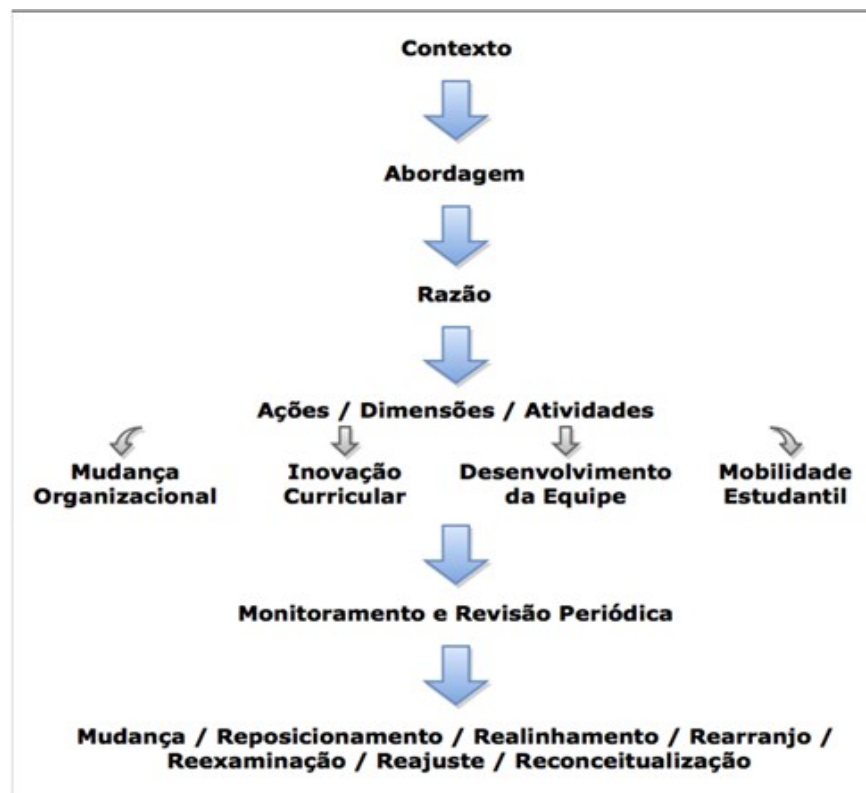
- A primeira etapa é o **Contexto**, leva em conta o ambiente externo (transnacional e nacional) para analisar a política, o financiamento e as oportunidades com a finalidade das instituições verificarem se o processo é atingível e sustentável nesse contexto.
- A segunda etapa é a **Abordagem**, para averiguar os fatores internos que envolvem o histórico, a cultura, as prioridades e a missão da instituição, a percepção a respeito dos propósitos e benefícios, além das condições de sucesso e as barreiras da internacionalização, logo, as abordagens são compreendidas como aberta (proativa), passiva (reativa), secreta e inexistente.
- A terceira etapa é a **Razão**, onde serão percebidos os motivos econômicos, políticos, culturais e educacionais das partes interessadas (governos, instituições, funcionários e alunos) para buscar a internacionalização.
- A quarta etapa são as **Ações/Dimensões/Atividades**, essas ações foram estabelecidas em quatro dimensões a saber: mudança organizacional, inovação curricular,

desenvolvimento da equipe e mobilidade estudantil, por meio da realização de determinadas atividades que se relacionam.

- A quinta etapa é o **Monitoramento e a Revisão Periódica**, para acompanhar as ações e obter um retorno quanto ao andamento do processo a fim de rever as ações que precisam ser ajustadas para possibilitar melhorias.
- A sexta etapa é a **Mudança/ Reposicionamento/ Realinhamento/ Rearranjo/ Reavaliação/ Reajuste/ Reconceitualização**, todas essas modificações visam corrigir as falhas e adequar o ciclo aos ambientes externo e interno da instituição para o processo de internacionalização ser contínuo.

Esse modelo de Rudzki (1998) foi traduzido para língua portuguesa e adaptado por Alves (2017) no seu trabalho “Avaliação da internacionalização da educação superior: proposição de indicadores e mapeamento de processos” como mostramos na figura 5:

Figura 5: Modelo de internacionalização



Fonte: Rudzki (1998, p. 220) traduzido e adaptado por Alves (2017, p. 67).

Dessa maneira, os conceitos trazidos à baila remontam a ideia de processo integrado e contínuo, assim as etapas a serem implementadas dependem da realidade existente em cada instituição e nessa ótica apresentamos o ciclo de internacionalização de Knight (1994) e o



modelo do processo de internacionalização de Rudzki (1998). Levando em consideração que um modelo é definido segundo Brasil (2009, p. 12) como:

[...] um recurso analítico com o propósito de representar a realidade a partir da definição de um conjunto de variáveis (ou aspectos da realidade que se pretende representar, aspectos estes que podem ser vistos/definidos/medidos de forma quantitativa ou qualitativa, por meio de indicadores).

Nessa perspectiva, os indicadores são definidos como ferramentas utilizadas pela gestão para monitorar e avaliar as organizações, do mesmo modo, seus projetos, programas e políticas, visto que possibilitam observar a conquista de metas, reconhecer avanços, melhorias de qualidade, retificar problemas e captar necessidades de modificações (BRASIL, 2009). Logo, os indicadores servem para:

- mensurar os resultados e gerir o desempenho;
- embasar a análise crítica dos resultados obtidos e do processo de tomada decisão;
- contribuir para a melhoria contínua dos processos organizacionais;
- facilitar o planejamento e o controle do desempenho; e
- viabilizar a análise comparativa do desempenho da organização e do desempenho de diversas organizações atuantes em áreas ou ambientes semelhantes (BRASIL, 2009, p. 13).

De acordo com Hudzik (2009, p. 14), existem três elementos para mensurar as avaliações da internacionalização conforme a modelagem de sistemas, sendo:

- *INPUTS: resources (money, people, policies, etc) available to support internationalisation efforts;*
- *OUTPUTS: the amount and types of work or activity undertaken in support of internationalisation efforts; and*
- *OUTCOMES: impacts or end results. It is these that are usually most closely associated with measuring achievement and the missions of institutions.*

Portanto, os *inputs* (entradas) compreendem os recursos (financeiro, pessoal, políticas, entre outros) para colaborar com esforços de internacionalização; os *outputs* (produtos) representam o montante e os tipos de trabalhos efetuados em suporte a esforços de internacionalização; e os *outcomes* (resultados) correspondem aos impactos ou resultados que em geral estão mais relacionados com a medição do desempenho e as missões das instituições segundo Hudzik (2009, p. 14, tradução nossa).

Em nosso estudo daremos ênfase à internacionalização como um processo para identificar os *outcomes* (resultados), sendo detalhado ao longo do trabalho. Pois, o mais

importante de internacionalizar é incentivar que as instituições se desenvolvam para atender às demandas da sociedade mundial, apesar do mercado produtivo e da economia exercerem forte influência. Uma vez que um indicativo de qualidade de uma IES está vinculado à internacionalização, gerando prestígio para instituição e para o quadro docente e discente.

Nesse sentido para mensurar a internacionalização, apresentamos a cienciométrica ou cientometria, ramo da ciência da informação que consiste no estudo métrico para quantificação do progresso científico como uma disciplina ou atividade econômica por meio de indicadores cienciométricos, isto é, a quantidade da produção de trabalhos, coautorias, publicações do autor, instituição ou país; citações obtidas; patentes; artigos publicados; média de citações por artigo; fator de impacto; citações e nível da revista/periódico e potenciais e limitações da área investigada segundo Mattos (2019) e Silva e Bianchi (2001).

Silva, De Almeida e Grácio (2018), acreditam que o Fator de Impacto e o Índice  $h$  são indicadores bibliométricos, apesar de serem indicadores cienciométricos. O Fator de Impacto (FI) mensura a quantidade média de citações recebidas por trabalho em um determinado período e é aferido pelo *The Clarivate Analytics Impact Factor*, que inclusive é responsável pela publicação do *Journal Citation Report* (JCR). O Índice  $h$  mede, simultaneamente, o impacto da produção científica (citação) e o volume (quantidade de artigos produzidos) de um pesquisador.

Conforme De Wit (2009) afirma, a demanda por mensurar o processo de internacionalização não é uma novidade e vem se desenvolvendo sobretudo em virtude dos *rankings* nacionais e internacionais da educação superior que são impostos às instituições de ensino para fortalecer a internacionalização.

Em se tratando dos *rankings* acadêmicos foi efetuado um trabalho por Leal, Stallivieri e Moraes (2017) focado na internacionalização, com três *rankings* internacionais, sendo eles *Academic Rankings of World Universities* (ARWU); *Q&S World University Rankings* (Q&S) e *Times Higher Education World University Rankings* (THE) e três *rankings* nacionais, sendo eles *Ranking Universitário Folha* (RUF); *Ranking Guia do Estudante* (GE) e *Conceito Preliminar de Curso* (CPC) / *Índice Geral de Cursos* (IGC). Nesse trabalho buscaram analisar os *rankings* como medida de internacionalização das instituições de ensino superior, assim foram comparados os *rankings* internacionais Q&S e THE e o nacional RUF, então elaboraram o quadro 4 para identificar como estão sendo mensurados.

Quadro 4: Critérios de avaliação dos *rankings* acadêmicos relacionados à internacionalização

Ranking	Q&S	THE	RUF
<b>Indicadores de internacionalização e respectivo peso (%)</b>	Proporção de estudantes internacionais (5%);  Proporção de docentes internacionais (5%).	Proporção de estudantes estrangeiros por estudantes domésticos (2,5%);  Proporção de estudantes estrangeiros por funcionários domésticos (2,5%);  Colaboração internacional (2,5%).	Número de citações de trabalhos da instituição por grupos internacionais (2%);  Proporção de publicações da universidade em coautoria internacional (2%).
<b>Percentual destinado à internacionalização</b>	10%	7,5%	4%

Fonte: Leal, Stallivieri e Moraes (2017, p. 66).

O resultado dessa pesquisa demonstrou que um *ranking* não usa a internacionalização como critério e os cinco demais a empregam como critério de forma direta e indireta. Logo, observamos no quadro 4 que a internacionalização tem o peso maior de 10% para o Q&S (considera a presença e de certo modo a pesquisa internacional), seguido de 7,5% para o THE (considera a presença e a colaboração internacional) e de apenas 4% para o RUF (considera elementos da pesquisa internacional).

A análise dos resultados do estudo de Leal, Stallivieri e Moraes (2017) comprova que os *rankings* acadêmicos levam em conta à internacionalização quanto à mobilidade, às parcerias para pesquisa e às citações de artigos, por serem medidas mais simples para quantificar e comparar. Porém, os autores advertem que a internacionalização tem um significado mais vasto decorrente de diversas motivações e que acontece em distintos contextos, por isso, não deve ser reduzida aos indicadores quantitativos apresentados uma vez que também tem como propósitos as políticas de idiomas, a adaptação de currículo e consequentemente aumentar a qualidade da educação e proporcionar benefícios à sociedade.

Para efetuar os *rankings* das instituições são elaborados indicadores de acordo com vários critérios, sendo um deles a internacionalização, com o intuito desses indicadores poderem ser ordenados para gerar uma pontuação e designar uma nota, o que sugere uma qualidade da instituição atribuída em face desses instrumentos de classificação.

Nesse sentido, Mueller (2013, p. 45-46) traduziu e adaptou o modelo de indicadores de Brandenburg e Federkeil (2007) relativo ao processo de internacionalização das instituições de ensino superior, esse modelo apresentado no quadro 5 a seguir é dividido em três blocos: 1 – aspectos gerais; 2 – pesquisa acadêmica; e 3 – ensino e estudo.

Quadro 5: Construção de modelo de indicadores de internacionalização

<b>Aspectos Gerais</b>	
A gestão em geral	- A relação do gestor com a internacionalização. - As ações do gestor priorizam e/ou incentivam a internacionalização.
Professores	- Experiência e formação internacional dos professores. - Recrutamento de professores internacionais. - Professor visitante.
Jovens pesquisadores, candidatos de doutorado e pós-doutorado	- Experiência e formação no exterior. - Candidatos do exterior.
Técnico administrativo	- Conhecimento de língua estrangeira. - Participação em programa de intercâmbio internacional. - Número de empregados no exterior de RI ou Equivalente.
Recursos	- Orçamento para cooperação internacional com proporção do total de IEs. - Número de funcionários/vagas para atender RI.
Network Internacional	- Parcerias ativas. - Participações em eventos internacionais. - Membro de redes internacionais.
<b>Pesquisa acadêmica</b>	
Professores	- Experiência e formação internacional dos professores. - Recrutamento de professores internacionais. - Professor visitante.
Network internacional em pesquisa	- Fundos externos. - Recursos derivados de projetos com parceria internacional. - Número de comitês e atividades, associações profissionais internacionais. - Número de condições em jornais internacionais. - Número de doutorados internacionais.
Recursos	- Orçamento de cooperação de pesquisa internacional e bolsas para doutorado. - Bolsas ofertadas pela IES para candidatos internacionais a doutorado.
Projeto de pesquisa internacional	- Número de projetos com parceria internacional. - Número de pesquisadores envolvidos em projeto de pesquisa com cooperação internacional. - Número de projetos com fundos internacionais.
Resultados da pesquisa	- Número de publicações internacionais por pesquisador. - Número de citações por "paper". - Número de contribuições em conferências internacionais para professor. - Número de patentes internacionais por professor.
Jovem pesquisador	- Experiência e formação no exterior. - Número de duplo diploma.
<b>Ensino e estudo</b>	
Professores	- Número de professores que lecionam disciplina em língua estrangeira. - Número de professores que passam ao menos 1 semestre no exterior. - Atividade no exterior como visitante. - Formação doutorado no exterior. - Com experiência profissional do exterior. - Recrutamento de outras nacionalidades.

Estudantes (Graduação e Mestrado)	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Número de estudantes internacionais.</li> <li>- Número de estudantes internacionais de intercâmbio.</li> <li>- Número de estudantes de IES ao exterior.</li> <li>- Número de estudantes de duplo diploma.</li> <li>- Estágio internacional.</li> </ul>
Serviço e administração	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Número de postos para auxílio a estudantes de intercâmbio.</li> <li>- Centro de orientação internacional.</li> <li>- Funcionários internacionais.</li> <li>- Aulas de aprendizagem intercultural.</li> <li>- Informações sobre países/culturas.</li> </ul>
Network internacional para ensino e aprendizagem	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Número de estudantes em intercâmbio in e out.</li> <li>- Número de estudantes em intercâmbio in e out relativo ao número de acordos.</li> <li>- Membro ativo de associações especializadas em <i>network</i> internacional.</li> </ul>
Recursos	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Bolsas para período no exterior.</li> <li>- Orçamento para <i>marketing</i> em internacionalização, comparado ao orçamento total.</li> <li>- Fundos para aulas de visitantes.</li> <li>- Fundos e suporte para estadas próprias no exterior.</li> </ul>
Programas de Estudo / Currículo	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Proporção de cursos ofertados em língua estrangeira.</li> <li>- Currículos internacionais.</li> <li>- Número de línguas estrangeiras ofertadas.</li> <li>- Reconhecimento de créditos no exterior.</li> <li>- Ofertas de programas sobre interculturalidade.</li> </ul>
Graduados	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Egressos com duplo diploma.</li> <li>- Egressos graduados de outra nacionalidade.</li> <li>- Informações sobre desenvolvimento profissional dos graduados.</li> </ul>
Reputação internacional	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Número de publicações internacionais por programa.</li> <li>- Número de aplicantes internacionais.</li> </ul>

Fonte: Brandenburg e Federkeil (2007) traduzido e adaptado por Mueller (2013, p. 45-46).

Os indicadores para a internacionalização listados anteriormente por Mueller (2013) dos autores Brandenburg e Federkeil (2007) subsidiam a concepção das estratégias institucionais efetuadas pelas instituições de ensino superior, pois são orientadores para aplicação sem rigidez, ou seja, de forma individual e flexibilizada. Além disso, relatam a fragilidade de alguns *rankings* internacionais e de outros modos de mensuração que não se adequam às distintas realidades de cada IES.

Apesar de entendermos que os indicadores são os mais diversos e até o momento estão passando por construção e reconstrução para melhor demonstrar a internacionalização das instituições de ensino, também acreditamos que deve haver um balizador para que o processo seja congruente ao nível mundial, isto é, onde sejam adotados indicadores que possam ser convergentes para possibilitar a comparação com IESs de diversos países.

### 2.1.2 Desafios da internacionalização para professores, alunos e instituições

Existem diversos desafios para tornar uma IES internacionalizada e é muito discutido por vários autores que a internacionalização não é um fim por si mesma, mas um meio para subsidiar as três dimensões da instituição: ensino, pesquisa e extensão. Logo, a respeito da internacionalização do corpo docente das IESs, requer políticas para atrair profissionais que nasceram ou se formaram em distintas localidades e que possuem redes de conhecimento e aptidão em outros idiomas, especialmente o inglês. É preciso, portanto, mudanças na contratação de professores para evitar determinadas restrições impostas tradicionalmente, como jornada de trabalho integral e dedicação exclusiva.

Conforme Stallivieri (2016, apud BARANZELI, 2019 p. 191), “O docente é arquiteto do currículo e da sala de aula, facilitador dos processos de interação/aprendizagem e no desenvolvimento de competências internacionais e interculturais nos estudantes.” E demonstra características dos docentes para realizarem aulas com perspectiva internacional, onde eles precisam: conhecer as particularidades do estudante, atualizar os assuntos debatidos em aula, aperfeiçoar as dinâmicas sugeridas em grupo, ter tempo para organização e reunião entre professores a fim de evitar o excesso de trabalho, se interessar pelo conhecimento e trabalho multi/interdisciplinar, dominar recursos tecnológicos e revisar o material usado (construção própria/ bibliográfica).

Observamos ainda nos indicadores de internacionalização de Brandenburg e Federkeil (2007) que os professores são relevantes tanto para a pesquisa como para o ensino, logo sendo mensurados: a quantidade de docentes que ensinam em outro idioma e que vão para o exterior pelo menos durante um semestre, as atividades desempenhadas como visitante em outro país, a formação em nível de doutorado ou a experiência no exterior e também a seleção de docentes estrangeiros. Além disso, os professores também atuam na constituição de *network* internacional, apesar de não estar explícito, através das redes de relacionamento de pesquisa e ensino, da intermediação de parcerias e da participação em eventos no exterior.

A esse respeito, Duarte *et al.* (2012) efetuaram um estudo sobre o papel dos docentes e dos relacionamentos interpessoais para o processo de internacionalização das IESs. Existem dois processos interdependentes para internacionalizar no âmbito da graduação e da pós, sendo caracterizado como formal, quando conduzido pela instituição e informal, quando incentivado pelos docentes. Adicionalmente, Duarte *et al.* (2012) argumentaram que os professores influenciam esse processo de modo direto, por meio das redes de relacionamentos

para garantir efetivos acordos acadêmicos e de modo indireto, por exemplo, com a orientação aos estudantes e o desenvolvimento de currículos, programas e cursos.

Com isso, os autores Duarte *et al.* (2012) identificaram a importância dos relacionamentos interpessoais dos docentes para internacionalizar os programas de pós-graduação. Apesar de os professores de certo modo dependerem da sua instituição e das agências de fomento, como a Capes e o CNPq, para formar e preservar suas redes de relacionamentos, eles também possuem independência para desempenhar atividades isoladas e individuais. Portanto, essas redes geram autonomia e poder para o docente, uma vez que se o professor mantém muitos relacionamentos no exterior, mas não se relaciona com seus pares internos ou então sai da IES, isso repercutirá negativamente para a pós-graduação e em consequência para a instituição a que ele pertencia.

Stallivieri (2017, p. 34) explana especificamente que a criação de grupos de professores visitantes estrangeiros sem compatibilidade com outros membros da comunidade acadêmica é capaz de obstar o trabalho colaborativo e talvez esta situação seria decorrente da ausência de adequação cultural relativa aos hábitos, valores e crenças e também da falta de interação com a comunidade daquele local onde o visitante encontra-se.

Compreendemos que Duarte *et al.* (2012) e Stallivieri (2017) trataram de relacionamentos entre os professores e que institucionalizar o processo informal de criação das redes é um desafio para internacionalização na ótica da IES, pois as relações de interação dos professores permitem que os acordos não sejam apenas assinados, ou seja, instituídos de modo formal, mas de fato possam gerar resultados acadêmicos e científicos significativos.

Além disso, a língua é uma das barreiras iniciais para promover a internacionalização, sobretudo no Brasil que não tem muitas pessoas com formação em uma segunda língua. Apesar que desde a infância deve ser ofertada a disciplina de inglês nas escolas de ensino básico, que é considerada uma linguagem universal, poucos alunos do ensino superior têm fluência ou, pelo menos, um nível de compreensão adequado para assistir aulas em inglês. Isso, conseqüentemente constitui um obstáculo maior para os cursos de graduação e uma limitação menor para os cursos de pós-graduação, visto que esses últimos normalmente requerem para o ingresso proficiência em língua estrangeira. Portanto, atualmente a inserção internacional parece ser mais impulsionada pela pós-graduação do que pela graduação.

Para os programas se tornarem mais atrativos impõe-se o desenvolvimento em línguas diferentes do português, principalmente em inglês ou espanhol, dada a presença de estudantes estrangeiros que criam ambientes multiculturais. Com isso, tanto os professores, funcionários e gestores devem ser capacitados em outros idiomas para melhorar a comunicação com a

comunidade, sendo de muito valor que a instituição ofereça cursos de línguas, até mesmo para incentivar a qualificação e a ida de alunos e do quadro pessoal ao exterior, assim consolidando uma condição para a internacionalização (STALLIVIERI, 2017).

Conforme Marrara e Rodrigues (2009), o emprego de idiomas estrangeiros é uma medida de internacionalização interessante e polêmica, em virtude de argumentos administrativos, pedagógicos e jurídicos que foram objeto de estudo detalhadamente. Existe a possibilidade de serem utilizados outros idiomas em vários processos como uma estratégia de auxiliar a internacionalização ativa ou passiva. Logo, há situações específicas na pós-graduação que podem ser utilizadas línguas estrangeiras a saber: a) no processo seletivo de ingresso, b) na oferta de disciplinas de mestrado e doutorado e c) na elaboração e defesa de dissertações e teses.

Atualmente, no século XXI, vivemos num mundo tecnológico onde a educação é impactada por esse progresso e pode ser realizada de forma física e virtual, conseqüentemente a orientação acadêmica é modificada e segundo Nóbrega (2018, p. 1068):

O fato é que as tecnologias alteraram por completo todos os arranjos econômicos e sociais, o que acabou por dar centralidade à educação e, como a produção tornou-se dependente de complexos processos comunicativos, o conhecimento linguístico está hoje no cerne dos recursos indispensáveis. Conhecer o idioma nativo e línguas estrangeiras é fundamental para transitar por culturas cada vez mais próximas, interdependentes e inter-relacionadas. Essa proximidade entre as culturas, fruto do acesso facilitado às tecnologias e às viagens internacionais, ampliou também os limites da ciência, que deixou de se balizar por fronteiras geográficas. Pela internet, estudantes acessam colegas em outros países, descobrem orientadores em temas similares aos deles, conectam-se a grupos internacionais de pesquisa.

Outro grande desafio não só para a internacionalização, mas para todas as relações humanas foi o aparecimento em 2019 do Coronavírus (COVID-19), que atrasou bastante alguns projetos e até mesmo impossibilitou o início de outros, devido à gravidade da doença e ao fechamento das fronteiras nacionais e internacionais.

De acordo com Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS) (2020), foi declarado no dia 30 de janeiro de 2020 pela Organização Mundial da Saúde (OMS) que o surto do novo coronavírus consistia numa Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional (ESPII) que significava o grau mais alto de alerta da OMS sobre o risco de saúde pública em consonância com o Regulamento Sanitário Internacional e no dia 11 de março de 2020 foi divulgado que a COVID-19 caracterizava-se como uma pandemia, pois havia muitos países no mundo com surtos, isto é, pessoas infectadas pelo vírus, retratando a rapidez da disseminação geográfica da doença.



A COVID-19 acometeu diversas áreas, gerou crises sanitária, econômica e social, provocou mudanças gigantescas na educação e acentuou ainda mais a diferença de classes. Assim, demonstrando a dificuldade que muitos alunos tiveram no Brasil por não possuírem condições para estudar em casa e ficaram durante longo período da pandemia sem assistir às aulas. Enquanto isso, uma parcela minoritária detinha recursos que possibilitavam dar continuidade aos estudos de forma remota com uso da internet, de modo semelhante ao presencial antes realizado, logo esses alunos não foram tão afetados e não perderam o ano acadêmico.

Muitas instituições de ensino adotaram o ensino remoto emergencial que segundo Garcia, Moraes, Zaros e Rêgo (2020, p. 5) é um “[...] formato de escolarização mediado por tecnologia, mantidas as condições de distanciamento professor e aluno. Esse formato de ensino se viabiliza pelo uso de plataformas educacionais ou destinadas para outros fins, abertas para o compartilhamento de conteúdos escolares”. Algumas IESs elaboraram um calendário acadêmico suplementar, inclusive a UFPB, para ofertar disciplinas de modo online enquanto não tinham condições sanitárias possíveis de retorno às atividades presenciais. Isso gerou outro desafio para professores e alunos, a adequação pedagógica para tornar apta a utilização das tecnologias da informação, por meio de programas e aplicativos onde as aulas poderiam ser transmitidas pela internet.

Isso tudo aumentou a percepção das disparidades sociais e de que as agendas governamentais devem priorizar políticas educacionais que garantam a melhor qualidade do ensino, ao invés do que está ocorrendo nos últimos anos, pois é notório que a ciência propicia mudanças essenciais a nível internacional, a exemplo das vacinas contra a COVID-19 que foram criadas em tempo recorde com parcerias mundiais.

Então, se internamente apresentamos grandes desigualdades, imagina-se que não é diferente com instituições estrangeiras. Assim, essas questões devem ser levadas para a elaboração de medidas que reduzam as assimetrias a fim de serem institucionalizadas mediante políticas e planos de educação e com isso tornar o sistema de educação mais equânime e gradativamente mais internacional.

Nez e Morosini (2020, p. 90), desde o estudo escrito em junho de 2020 sobre o Programa Institucional de Internacionalização (PrInt) ao longo da pandemia de COVID-19 diziam que “Os impactos dessa crise ainda não são possíveis de serem mensurados, mas um primeiro reflexo é identificável: a mobilidade, tanto *out* como *in*, diminuiu drasticamente; e, provavelmente, retornará, em patamares menores do que os anteriores.” E ainda que houve

repercussões em todo o mundo ao tratar da internacionalização e do empobrecimento da população.

Reconhecemos que os impactos da COVID-19 não têm como serem calculados fielmente, mas é nítido que os efeitos negativos foram maiores do que os relatados e continuam ocorrendo. Mas de certa forma a COVID-19 também forçou a humanidade a buscar novos caminhos, tornando-se uma oportunidade para estabelecer novas formas virtuais de ensino e o encurtamento das distâncias físicas, para atingir estudantes e professores que não teriam condições de efetuar a mobilidade presencial.

Nez e Morosini (2020, p. 91) concluíram que:

Para suprir a internacionalização via mobilidade que foi minimizada, se aponta como direção, a internacionalização *at home*. Acompanha esse movimento a educação on-line e suas inúmeras possibilidades. É um grande desafio, pois, essa transição de modelos implica em capacitação de docentes, acadêmicos, corpo técnico, entre outros elementos, tais como; política institucional, suporte de conexão de internet e computador que constituem a cultura *on-line*.

Esse panorama evidencia o quanto sofremos com os efeitos de acontecimentos internacionais e a necessidade de transformações na educação para inserção no âmbito global, para isto poderia facilitar a mobilidade, a cooperação entre instituições, a exigência de currículos mais flexíveis e da interdisciplinariedade, o acesso às tecnologias, o treinamento do quadro de pessoal docente e administrativo.

Portanto, são vários os desafios encontrados pelos professores, alunos e instituições, sendo em comum para os três: a aptidão em outros idiomas, a pandemia de Coronavírus (COVID-19), a adaptação as tecnologias. A seguir, buscaremos compreender sobre a educação superior, dada a expansão das instituições de ensino superior e as agências de fomento, além da importância da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) para a avaliação da pós-graduação.

## 2.2 EDUCAÇÃO SUPERIOR, FINANCIAMENTO E AVALIAÇÃO

No Brasil, em consonância com o art. 2º do Decreto nº 9.235/2017 o sistema federal de ensino divide-se em: I – Instituições Federais de Ensino Superior (IFESs); II – Instituições de Ensino Superior (IESs) criadas e mantidas pela iniciativa privada; e III – Órgãos Federais de Educação Superior.

Quanto à organização acadêmica, de acordo com o art. 15 do referido decreto as instituições de ensino superior são classificadas em três tipos: I – faculdades; II – centros universitários; e III – universidades. Conforme a categoria administrativa, as IESs dividem-se em públicas, financiadas principalmente pelo setor público; e privadas, constituídas pelo setor empresarial. As IESs também são divididas em conformidade com o âmbito administrativo em federais, estaduais e municipais.

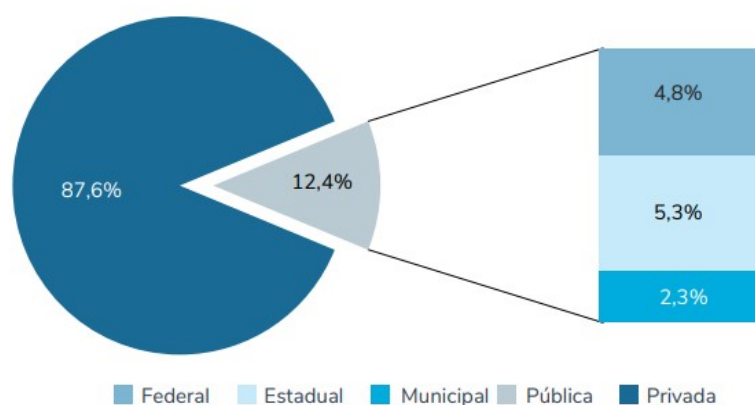
O Censo da Educação Superior efetuado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) demonstra a quantidade de IESs por organização acadêmica e por categoria administrativa, contando no ano de 2020 com o total de 2.457 instituições conforme a figura 6 abaixo.

Figura 6: Quantidade de IESs por organização acadêmica e por categoria administrativa em 2020

Ano	Total	Universidade		Centro Universitário		Faculdade		IF e Cefet	
		Pública	Privada	Pública	Privada	Pública	Privada	Pública	Privada
2020	2.457	112	91	12	310	140	1.752	40	n.a.

Fonte: Elaboração própria.

Nota: n.a. = Não se aplica.



Fonte: Brasil (2022, p. 11)

Verificamos na figura 6 que o número de universidades públicas e privadas é quase o mesmo, mas os centros universitários e as faculdades são predominantemente constituídos de instituições privadas, mostrando que houve mais investimentos para a abertura de grandes grupos de empresas particulares. Já os Institutos Federais (IFs) e Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFETs) são todos públicos.

A educação superior é composta de cursos sequenciais, de graduação, de pós-graduação e de extensão conforme o art. 44 da LDB nº 9.394/1996 e tratando-se da pós-graduação abrange “[...] programas de mestrado e doutorado, cursos de especialização, aperfeiçoamento e outros, abertos a candidatos diplomados em cursos de graduação e que atendam às exigências das instituições de ensino” (BRASIL, 1996).

O Ministério da Educação (MEC) diferencia as modalidades de pós-graduações em *lato sensu* e *stricto sensu*. Os primeiros programas são de especialização, incluindo os cursos denominados *Master Business Administration* (MBA), com duração mínima de 360 horas e o estudante concluinte receberá um certificado de acordo com Resolução CNE/CES nº 1, de 8 de junho de 2007. Os segundos envolvem programas de mestrado e doutorado e o estudante concluinte receberá um diploma.

Para planejar e regular a pós-graduação, existe o Plano Nacional de Pós-Graduação (PNPG) 2011-2020 organizado pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes); esclarecemos que o PNPG de 2021-2030 ainda não foi divulgado. Também há a avaliação do Sistema Nacional de Pós-Graduação (SNPG) para o credenciamento dos cursos novos e a manutenção dos Programas de Pós-Graduação (PPGs). Inclusive aponta-se que PPGs com notas maiores influenciam no maior recebimento de recursos.

As Instituições Federais de Ensino Superior (IFESs) são financiadas pelo poder público, como expressa o art. 55 da LDB: “Caberá à União assegurar, anualmente, em seu Orçamento Geral, recursos suficientes para manutenção e desenvolvimento das instituições de educação superior por ela mantidas” (BRASIL, 1996). Portanto, o orçamento das IFES é de responsabilidade da União, ou seja, é composto em sua maior parcela pelo aporte do governo federal, sendo que o MEC distribui os recursos através de transferências, já a menor parte do orçamento é originada de fontes próprias. Ressaltando que os recursos advindos do tesouro nacional se dividem entre o gasto de pessoal e benefícios, e o gasto de manutenção e investimentos das IFESs. Já os recursos próprios são aqueles que as IFESs arrecadam diretamente com serviços e convênios.

Com relação às despesas segundo o glossário orçamentário do Congresso Nacional (2020), dividem-se em obrigatórias e não obrigatórias (ou discricionárias). As obrigatórias envolvem gastos com pessoal para pagamento de remuneração dos servidores ativos e inativos, e ainda com encargos tributários. As discricionárias abrangem as outras despesas de custeio, para manutenção por meio do pagamento de água, luz, telefone, insumos, bolsas de pesquisa; e despesas de investimentos para comprar equipamentos, fazer obras e reformas de infraestrutura.

A despesa total das IFESs cresce todo ano em razão das despesas obrigatórias, pois devem ter um valor fixo e um incremento para custear as alterações de pessoal. Além das despesas discricionárias que também aumentam, mas pelo caráter facultativo de deliberação podem ser bloqueadas durante o ano e, ainda, ser contingenciadas a cada ciclo orçamentário pelo governo federal.

De acordo com a Constituição Federal (CF) de 1988:

Art. 207. As universidades gozam de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, e obedecerão ao princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.

§ 1º É facultado às universidades admitir professores, técnicos e cientistas estrangeiros, na forma da lei.

Art. 211. A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios organizarão em regime de colaboração seus sistemas de ensino.

§ 1º A União organizará o sistema federal de ensino e o dos Territórios, financiará as instituições de ensino públicas federais e exercerá, em matéria educacional, função redistributiva e supletiva, de forma a garantir equalização de oportunidades educacionais e padrão mínimo de qualidade do ensino mediante assistência técnica e financeira aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios; (BRASIL, 1998).

Também o art. 77 da LDB relata que “§ 2º As atividades universitárias de pesquisa e extensão poderão receber apoio financeiro do Poder Público, inclusive mediante bolsas de estudo.” (BRASIL, 1996). Assim, as universidades precisam planejar as prioridades, analisar o que é essencial e o que pode ser retirado ou diminuído do orçamento, exercendo a autonomia financeira e patrimonial concedida pela CF/88. Lembrando que a atividade universitária difere dos outros tipos de IESs, pois deve promover a tríade ensino, pesquisa e extensão, o que necessita de mais recursos.

Ainda ao tratar de financiamento foi emitida a Emenda Constitucional nº 95/2016 estipulando um novo regime fiscal com vigência nos próximos 20 anos, com isso foi determinado um teto de gastos até 2036 a fim de que as despesas não excedam os valores pagos com base no ano de 2017 para manter e desenvolver a educação.

Além disso, foi elaborada a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº 206/2019 para alterar o texto constitucional e assim as universidades públicas passariam a cobrar mensalidade, sendo a gratuidade atribuída apenas aos alunos que comprovarem não dispor de recursos financeiros, ou seja, pessoas com baixa renda ou carentes.

Em face dessa autonomia, as universidades públicas podem buscar outras fontes de recursos no intuito de atenuar os desafios impostos pela limitação orçamentária, pois necessitam de investimentos para executar suas atividades e garantir a qualidade da educação superior através da realização das metas estipuladas no Plano Nacional de Educação (PNE).

Logo, as universidades são prejudicadas com as decisões do governo quando diminuem bolsas e auxílios ofertados. Em decorrência dessa carência de recursos e da necessidade de tornar as IESs inseridas no mundo globalizado, as agências de fomento desempenham um papel essencial para possibilitar o financiamento principalmente da pesquisa nas instituições.

No Brasil existem órgãos públicos que financiam a educação superior e contribuem para pós-graduação, como a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) ligada ao Ministério da Educação que trataremos com mais detalhes a seguir; o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e a Financiadora de Estudos e Projetos (Finep) relacionados ao atual Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC); e a Divisão de Temas Educacionais associada ao Ministério das Relações Exteriores (MRE), segundo informações sobre Bolsas e Auxílios Internacionais contidas no site da Capes (2022).

A respeito da pós-graduação, a Capes (2021a, p. 39) demonstra que:

A política de fomento voltada ao Sistema Nacional de Pós-Graduação (SNPG) envolve diversos atores: governo federal, estados, municípios e também setor privado, embora o financiamento principal seja realizado a partir de recursos públicos. No âmbito federal, o sistema está estruturado no tripé: Capes, CNPq e Finep. No âmbito estadual, as Fundações de Amparo à Pesquisa (FAPs) têm participado de forma irregular, com algumas e louváveis exceções, o que não caracteriza um ciclo contínuo de financiamento ao longo da década. O setor privado tem crescido em termos de financiamento ao longo dos anos, inclusive com iniciativas inovadoras e de apoio à pós-graduação.

Diante do exposto, as políticas de financiamento da educação superior podem considerar diversas fontes para possibilitar o acesso e a permanência de alunos nesse nível educacional, a formação de profissionais no Brasil e a contínua capacitação dos professores. Assim, as instituições públicas podem obter novos meios até mesmo com recursos advindos das empresas privadas para destinar a realização das suas atividades. Porém, deve-se ter cuidado com a relação de poder que esses financiamentos exercem, para não atender apenas a exigência do mercado e das organizações que custeiam principalmente as atividades de pesquisa que possuem interesse comercial.

Como no Brasil, a internacionalização está sendo desenvolvida pela pós-graduação, abordaremos no próximo tópico sobre o papel da Capes e da iniciativa de internacionalização promovida por meio do Programa Institucional de Internacionalização (Capes-PrInt) para as instituições brasileiras de ensino e pesquisa.

### 2.2.1 Importância da Capes e do Programa Institucional de Internacionalização (Capes-PrInt)

A Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) é um órgão muito relevante no país porque possui programas e iniciativas que incentivam por exemplo a capacitação de pessoal e a cooperação internacional, através do fomento de ações voltadas a pós-graduação. Seus objetivos consistem em: avaliar os PPGs *stricto sensu*; promover a cooperação científica internacional; publicizar a produção científica; investir na formação de recursos humanos de elevado nível no Brasil e no exterior; e capacitar professores para a educação básica.

Em síntese sobre a análise do financiamento do Plano Nacional de Pós-Graduação (PNPG) 2011-2020, a Capes (2021a, p. 39-40) relatou que:

O orçamento executado com recursos de custeio destinados ao financiamento de bancas de defesas de teses e dissertações, coleta de dados, compra de insumos e manutenção de laboratórios, apresenta uma curva decrescente a partir do ano de 2015, o que indica perdas significativas para o financiamento das atividades de pesquisa, com uma redução de cerca de 40% em relação ao início da década, apesar da expansão do SNPG. Portanto, esta retração no investimento em custeio pode ter causado prejuízos à qualidade das pesquisas e formação de pessoal. Os investimentos em capital, ou seja, os recursos financeiros aplicados na aquisição de equipamentos para a pesquisa científica, também apresentaram uma acentuada queda. O orçamento executado em capital atingiu importantes patamares (acima de R\$ 100 milhões anuais) até 2014, mas a partir de então, este tipo de investimento foi drasticamente reduzido.

Destaca-se que há algumas décadas houve a expansão das IESs no Brasil, porém desde 2015 há um contingenciamento de recursos destinados sobretudo a concessão de bolsas de pesquisa no nosso país, inclusive porque as crises mundiais afetam bastante a educação pública. À vista disso, com os orçamentos sendo reduzidos ano a ano sensibiliza ainda mais a oferta do tripé: ensino, pesquisa e extensão. Conseqüentemente, as universidades acabam sendo obrigadas a buscar novas formas de financiamento para continuarem acessíveis, sustentáveis e manterem a qualidade.

Segundo Oliveira (2019, p. 130) “[...] no final da década de 1990 a exigência de caráter internacional nos cursos de pós-graduação de excelência foi incluída como critério de avaliação e, em 2007, a internacionalização passou a integrar a missão institucional da Capes” e cita que a Capes criou a Diretoria de Relações Internacionais (DRI) para possibilitar que esse critério fosse incorporado aos programas de pós-graduação.

Nesse sentido, se discutiu bastante sobre internacionalização e vários programas foram criados com esta finalidade, mas muitos voltados para mobilidade de docentes e discentes ao exterior. Somente em 2017, foi organizado pela DRI da Capes e por consultores *ad hoc* das IESs, um questionário de levantamento das necessidades visando descobrir o estado de internacionalização das IESs e os seus projetos institucionais para tal. Nesse mesmo ano o questionário foi enviado a 430 instituições que tinham programas de pós-graduação *stricto sensu* e pesquisa reconhecidos pela Capes.

A Capes estabeleceu indicadores e apresentou no relatório “A Internacionalização na Universidade Brasileira: resultados do questionário aplicado pela Capes” as médias obtidas em 2016 e as metas para o ano de 2020. Esses indicadores da Capes (2017a, p.18) compreendiam o:

- a) Número de professores visitantes e pós-doutores estrangeiros;
- b) Percentual de professores do quadro permanente que são estrangeiros;
- c) Número de projetos com cooperação internacional;
- d) Número de artigos publicados em revistas com JCR (*Journal Citation Reports*);
- e) Número de artigos publicados com coautoria estrangeira;
- f) Percentual de aulas ministradas em outro idioma;
- g) Percentual de alunos estrangeiros matriculados;
- h) Percentual de alunos estrangeiros regulares na pós-graduação;
- i) Percentual de alunos estrangeiros temporários na pós-graduação;
- j) Número de alunos que obtiveram dupla titulação/cotutela com uma instituição estrangeira;
- k) Número de alunos de pós-graduação em disciplinas lecionadas em idiomas estrangeiros;
- l) Número de alunos de pós-graduação que possuam fluência em língua estrangeira;
- m) Número de alunos brasileiros em doutorado sanduíche;
- n) Percentual do corpo técnico com fluência em outros idiomas.

Para identificar a situação de internacionalização de cada IES, verificamos que esses indicadores quantitativos mensuravam a relação com o ensino (a quantidade de professores e alunos vindos do exterior, as disciplinas ministradas em línguas estrangeiras) e com a pesquisa (a quantidade de publicações no exterior).

As IESs brasileiras participantes desse questionário precisaram ser divididas em dois grupos para análise em virtude de estarem em momentos distintos do processo de internacionalização. O agrupamento 1 composto por 198 IESs era menos internacionalizado, apesar de possuir maior quantidade de instituições e menor quantidade de programas de pós-graduação. O agrupamento 2 composto por 48 IESs era mais internacionalizado, possuía mais bolsas, acordos de cooperação e projetos internacionais (CAPES, 2017a).

Conclui-se a partir dos resultados do estado das IESs demonstrado pela Capes (2017a) que o processo de internacionalização não estava em fase embrionária, no entanto para se



tornar mais eficiente necessitava de ajustes. Além disto, a internacionalização passiva era tendência nacional devido à baixa atratividade de pessoal do exterior, mas o cenário da educação é dinâmico e a atração de visitantes estrangeiros encontrava-se como uma das prioridades.

Em 2017, a Capes utilizou os resultados desse diagnóstico para elaborar o Programa Institucional de Internacionalização de Instituições de Ensino Superior e de Institutos de Pesquisa do Brasil (Capes-PrInt). Assim, o programa considerado como uma forma de internacionalização em casa foi impulsionado pela pós-graduação no Brasil e mudou a abordagem da internacionalização no país. Inclusive, Stallivieri (2017, p. 23) esclarece que:

Um diagnóstico institucional previamente desenvolvido não é apenas recomendado, mas essencial porque, ao fazê-lo, a instituição pode identificar com maior precisão o potencial de inserção internacional e as capacidades que tem para absorver as demandas resultantes. Um diagnóstico deve detectar o nível de internacionalização já estabelecido antes de iniciar um novo processo, e deve ser feito de preferência por especialistas internos e externos.

A Capes estabeleceu a Portaria nº 220, de 3 de novembro de 2017, publicada no DOU nº 214, de 8 de novembro de 2017, seção 1, criando o Programa Capes-PrInt para apoiar e fomentar as instituições brasileiras através de bolsas e auxílios financeiros e apresenta no seu art. 1º os seguintes objetivos:

- I – Fomentar a construção, a implementação e a consolidação de planos estratégicos de internacionalização das instituições contempladas nas áreas do conhecimento por elas priorizadas;
- II – Estimular a formação de redes de pesquisas internacionais com vistas a aprimorar a qualidade da produção acadêmica vinculadas à pós-graduação;
- III – Ampliar as ações de apoio à internacionalização na pós-graduação das instituições contempladas;
- IV – Promover a mobilidade de docentes e discentes, com ênfase em doutorandos, pós-doutorandos e docentes para o exterior e do exterior para o Brasil, vinculados a programas de pós-graduação *stricto sensu* com cooperação internacional.
- V – Fomentar a transformação das instituições participantes em um ambiente internacional.
- VI – Integrar outras ações de fomento da Capes ao esforço de internacionalização (CAPES, 2017c, p. 20).

Nesse sentido, a Capes lançou o Edital nº 41/2017 para escolher propostas de Projetos Institucionais de Internacionalização (PIIs) de IESs ou Institutos de Pesquisa. Para isso, estipulou um orçamento anual de até R\$300.000.000,00 (trezentos milhões de reais), sendo previsto distribuir a partir de agosto/2018 até R\$150.000.000,00 (cento e cinquenta milhões de reais) entre os projetos selecionados. Esses PIIs poderiam durar até quatro anos, mas

devido à pandemia de COVID-19, algumas atividades foram suspensas e a Capes prorrogou o prazo do programa até o ano de 2023.

O referido orçamento contempla mais detalhadamente que os itens financiáveis conforme o Edital nº 41/2017 Capes compreendem: auxílios para missões de trabalho no exterior; recursos para manutenção de projetos para ações específicas de projetos de pesquisa em cooperação internacional; bolsas fora do país (doutorado sanduíche, professor visitante sênior e júnior, capacitação em cursos de curta duração ou “*summer/winter schools*”) e bolsas dentro do país (professor visitante no Brasil, jovem talento e pós-doutorado, ambos com experiência no exterior). Salientamos que o termo visitante aqui se refere aos professores efetivos da IESs para receberem auxílios e bolsas, diferentemente dos professores visitantes que mantêm vínculo temporário com as IESs e consistem no foco deste estudo discriminados mais adiante.

Dentre os requisitos do Edital nº 41/2017 Capes podiam participar as instituições que possuíssem no mínimo quatro Programas de Pós-Graduação (PPGs) recomendados pela Capes nas avaliações trienal de 2013 e na quadrienal de 2017, e ainda, ao menos dois desses PPGs deveriam ter cursos de doutorado. Logo, essa seleção beneficiaria aqueles programas que já têm nota superior e presume-se que dispõem de condições de excelência, já os outros PPGs que estão numa fase mais elementar não seriam contemplados pelo Capes-PrInt. De certa forma, os programas escolhidos teriam mais chances de executar os planos de internacionalização, porém entendemos que essa exigência pode acarretar um grau maior de desigualdade entre as instituições brasileiras.

As estratégias dos PIIs discriminadas no item 3.4.1.10 do Edital nº 41/2017 Capes demonstravam que as instituições deveriam planejar a:

- a) Consolidação de parcerias internacionais existentes, bem como a construção de novas parcerias e projetos de cooperação para aumento da interação entre a instituição brasileira e grupos de pesquisa no exterior.
- b) Atração de discentes estrangeiros para o Brasil;
- c) Atração de docentes e pesquisadores com experiência internacional para período de atividades no Brasil;
- d) Preparação do docente/discente tanto para o período no exterior quanto para seu retorno, especialmente de forma a ampliar a apropriação pela instituição de origem do conhecimento e experiência adquiridos pelo beneficiário (CAPES, 2017b, p. 4-5).

Quanto aos requisitos da proposta, os PIIs tinham que conter determinadas políticas e na letra a, do item 3.4.1.11, do Edital nº 41/2017 tratava da seleção de parceiros estrangeiros, levando em conta que no mínimo 70% dos recursos teriam que ser remetidos às instituições de países elencados no anexo I, uma vez que a Capes possui cooperação efetiva com eles,

sendo essas parcerias com os seguintes países apresentados em ordem alfabética: África do Sul, Alemanha, Argentina, Austrália, Áustria, Bélgica, Canadá, China, Coreia do Sul, Dinamarca, Espanha, Estados Unidos da América, Finlândia, França, Índia, Irlanda, Itália, Japão, México, Noruega, Nova Zelândia, Países Baixos, Reino Unido, Rússia, Suécia e Suíça. Os 30% dos recursos remanescentes poderiam ser destinados para outros países, de acordo com prioridades e estratégias da instituição proponente.

Ainda sobre os requisitos da proposta, na letra c, do item 3.4.1.11 constava a “Contratação de professores com reconhecido desempenho científico em nível internacional” e além disso, abordava no item 3.4.1.14 as contrapartidas devidas pelas instituições:

- a) Internacionalização do ensino – incorporação de temas internacionais nas aulas de pós-graduação;
- b) Produção de material de divulgação da universidade em outras línguas, incluindo obrigatoriamente versão das páginas dos cursos de pós-graduação;
- c) Treinamento e capacitação de servidores e técnicos para a internacionalização da Instituição Proponente. (CAPES, 2017b, p. 5-6).

O Edital nº 41/2017 Capes pretendia selecionar 40 PIIs através da avaliação acerca do mérito acadêmico e científico e recebeu 108 propostas. O resultado final foi publicado em 28 de setembro de 2018 e a Diretoria de Relações Internacionais (DRI) aprovou apenas 36 instituições que estão listadas a seguir por ordem alfabética no quadro 6.

Quadro 6: Resultado final do edital nº 41/2017 com instituições aprovadas no Capes-PrInt

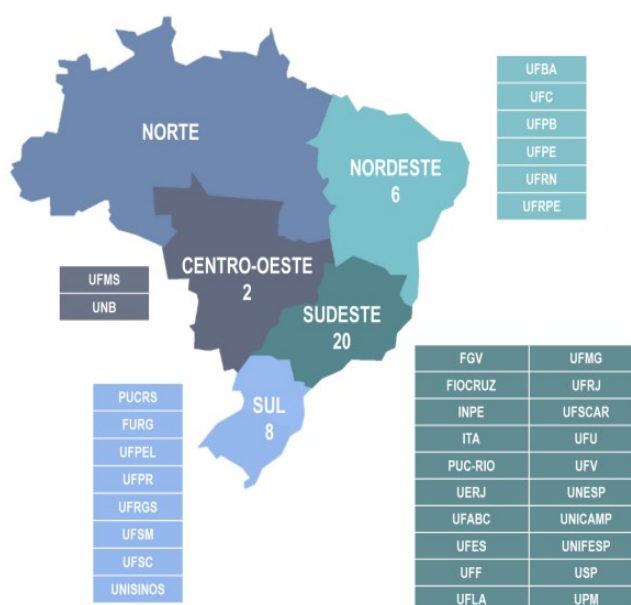
<b>INSTITUIÇÕES APROVADAS NO CAPES-PRINT</b>
FGV – FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS
FIOCRUZ – FUNDACAO OSWALDO CRUZ
FURG – UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE
INPE – INSTITUTO NACIONAL DE PESQUISAS ESPACIAIS
ITA – INSTITUTO TECNOLÓGICO DE AERONÁUTICA
PUC/RIO – PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO DE JANEIRO
PUC/RS – PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO GRANDE DO SUL
UERJ – UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
UFABC – UNIVERSIDADE FEDERAL DO ABC
UFBA – UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
UFC – UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
UFES – UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
UFF – UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE
UFLA – UNIVERSIDADE FEDERAL DE LAVRAS
UFMG – UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
UFMS – FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL
UFPB – UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAIBA

UFPE – UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
UFPEL – UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS
UFPR – UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
UFRGS – UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
UFRJ – UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
UFRN – UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE
UFRPE – UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
UFSC – UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
UFSCAR – UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
UFSM – UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
UFU – UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
UFV – UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA
UNB – UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
UNESP-REITORIA – UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA JÚLIO DE MESQUITA FILHO
UNICAMP – UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
UNIFESP – UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO PAULO
UNISINOS – UNIVERSIDADE DO VALE DO RIO DOS SINOS
UPM – UNIVERSIDADE PRESBITERIANA MACKENZIE
USP – UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

Fonte: Capes (2017b).

No trabalho das autoras Nez e Morosini (2020, p. 87), foram exibidas as instituições selecionadas para o programa Capes-PrInt por meio de uma ilustração do mapa do Brasil dividido por regiões:

Figura 7: Distribuição das instituições aprovadas no Capes-PrInt por regiões brasileiras



Fonte: Nez e Morosini (2020, p. 87).

Observamos na figura 7 que de acordo com a quantidade de IESs aprovadas não foi contemplada nenhuma da região Norte, apenas 2 da região Centro-Oeste, 6 da região Nordeste, seguida de 8 da região Sul e 20 da região Sudeste. Dado que somente 36 IESs participam do Capes-PrInt e já existiam 2.457 IESs segundo o Censo da Educação no ano de 2020, logo representava apenas 1,46% das IESs. Sendo assim, haverá uma distribuição desigual dos recursos pelo Capes-PrInt a nível regional. Também indica que é uma política de internacionalização focada na pós-graduação e nesse sentido o país precisa promover ações para institucionalizar de fato o sistema federal de ensino como um todo.

Quanto à avaliação do programa Capes-PrInt, em janeiro de 2022 houve uma avaliação intermediária dessas 36 instituições sendo baseada no Plano de Trabalho para Internacionalização (PTI). Logo, a Capes analisou o que foi executado em três módulos, considerando o compromisso institucional, as parcerias e redes de pesquisa e o relatório consolidado com os aspectos mais significativos de cada tema estratégico usado pela IES. Ao final dessa avaliação, todas as instituições foram aprovadas conforme consta no site da UFPB (2022) e da Capes (2022).

Oliveira (2019, p. 134), afirma que “[...] o Capes-PrInt traz novidades sobre a forma de entender a internacionalização para além da mobilidade acadêmica, porém o contexto político e econômico do seu momento de formulação impôs limitações orçamentárias.” A autora Oliveira (2019) que estudou a cocriação do programa Capes-PrInt para internacionalização do ensino superior baseou-se nos autores Matross Helms *et al.* (2015) e inicialmente traduziu o trabalho deles, expôs um quadro com cinco tipos de internacionalização: 1) mobilidade dos alunos; 2) mobilidade dos professores e da pesquisa; 3) educação transfronteiriça; 4) internacionalização em casa; e 5) estratégias abrangentes de internacionalização.

Existem muitas vertentes de internacionalização na atuação da Capes, porém sem orientação clara relativa a essa política no Brasil, e dada a análise dos editais da Capes de 2007 a 2018 verifica-se que eles buscam formar recursos humanos no exterior na lógica de internacionalizar as IESs e a pesquisa (OLIVEIRA, 2019). Logo, observamos que a internacionalização vem ocorrendo no país através de iniciativas voltadas a pós-graduação e abordaremos mais a seguir sobre a avaliação dos Programas de Pós-Graduação (PPGs) no tocante a internacionalização.

## 2.2.2 Avaliação da internacionalização dos programas de pós-graduação pela Capes

Para avaliar a internacionalização dos PPGs, foi emitido em 2019 pela Capes o Relatório do Grupo de Trabalho (GT) Internacionalização da Diretoria de Avaliação (DAV) que segundo a Portaria Capes nº 277, de 24 de dezembro 2018 teve como objetivo “Definir de maneira uniforme, para todas as áreas de avaliação da Capes, conceitos, variáveis e indicadores que representem o tema e a dimensão da internacionalização no processo de avaliação dos programas de pós-graduação *stricto sensu*.” (CAPES, 2019a, p. 3).

Esse grupo conceituou que a internacionalização deve ser avaliada quanto à forma e ao conteúdo da formação proporcionada pelos PPGS considerando a pesquisa colaborativa, a produção intelectual, a mobilidade de docentes e discentes e a atuação institucional, e as condições institucionais (CAPES, 2019a). Nesse sentido, o GT recomenda aos PPGS de todas as áreas que para nortear a avaliação da internacionalização no tocante à formação de pós-graduação adotem as seguintes dimensões, princípios/políticas respectivos explanados no quadro 7.

Quadro 7: Dimensões, princípios/políticas para avaliação da internacionalização dos PPGs

DIMENSÃO		PRINCÍPIO/POLÍTICA	
1	PESQUISA	1.1	Desenvolver projetos de Pesquisa com financiamento internacional.
		1.2	Realizar projetos de Pesquisa com equipe internacional.
		1.3	Participar de projetos de pesquisa realizados no exterior.
2	PRODUÇÃO INTELLECTUAL	2.1	Estimular a produção intelectual em veículos de circulação internacional.
		2.2	Estimular a produção intelectual com coautoria de pesquisadores sediados em instituição estrangeira.
		2.3	Estimular a produção intelectual resultante de projetos de pesquisa internacionais colaborativos.
3	MOBILIDADE E ATUAÇÃO ACADÊMICA	<b>NO BRASIL</b>	
		3.1	Acolher nos Programas docentes ou pesquisadores visitantes em estágio pós-doutoral estrangeiros.
		3.2	Receber discentes estrangeiros regulares no Programa.
		3.3	Fomentar a participação de docentes/pesquisadores estrangeiros como membros de bancas de defesa de teses.
		3.4	Proporcionar a recepção de pós-graduandos estrangeiros para visitas técnicas, missão de curta duração, doutorado sanduíche nos Programas de Pós-Graduação no Brasil.
		<b>NO EXTERIOR</b>	
		3.5	Incentivar docentes permanente e discentes a realizar estágio/treinamento, visitas técnicas, reuniões de pesquisa e cooperação científica e tecnológica em instituição estrangeira.
		3.6	Estimular docentes e egressos do Programa a participar estágio de pós-doutoral/ou estágio sênior no exterior.
		3.7	Estimular a orientação e coorientação de docentes permanentes em Programas de Pós-Graduação no exterior.

		3.8	Valorizar a atuação de docentes com participação em atividades acadêmicas no exterior (docência, seminários, bancas, comissões, processos seletivos).
		3.9	Estimular docentes e discentes a participarem da organização de eventos acadêmico-científicos no exterior.
		3.10	Estimular a participação de docentes permanentes em comitês editoriais e em editoria de periódicos do exterior.
		3.11	Motivar docentes do Programa a participarem de comitês e diretorias de associações, sociedades científicas e programas internacionais.
		3.12	Valorizar premiações internacionais de docentes e discentes, que tenham relação com as atividades de ensino, pesquisa e orientação desenvolvidas no Programa.
		3.13	Valorizar docentes e egressos em cargos relevantes voltados para a política de educação e/ou ciência e tecnologia em agências internacionais.
		3.14	Estimular a participação de docentes permanentes do Programa como conferencistas ou palestrantes em eventos científicos internacionais relevantes.
		3.15	Proporcionar a mobilidade em nível internacional, enviando os pós-graduandos do Programa (notadamente doutorandos, para estágio sanduíche).
4	CONDIÇÕES INSTITUCIONAIS	4.1	Valorizar a inserção de ações voltadas à internacionalização no Planejamento Estratégico Institucional.
		4.2	Valorizar a inserção de ações voltadas à internacionalização no Planejamento Estratégico do Programa.
		4.3	Promover a visibilidade do Programa.
		4.4	Promover a transparência ativa de acesso ao Programa.
		4.5	Disponibilizar estrutura para internacionalização.
		4.6	Estimular programas de cotutela e dupla diplomação em parceria com instituições estrangeiras.

Fonte: Capes (2019a, p. 8-11).

Portanto, essas quatro dimensões gerais (pesquisa, produção intelectual, mobilidade e atuação acadêmica e condições gerais) guiam os programas de pós-graduação de qualquer área de conhecimento a fim de que eles reconheçam essas formas de internacionalização para desenvolverem suas atividades.

Para efetuar a avaliação, a Capes (2022) classifica os PPGs de acordo com os níveis demonstrados no quadro 8, sendo 3 colégios e 9 grandes áreas, essas últimas são subdivididas em 49 áreas de conhecimento.

Quadro 8: Colégios, grandes áreas de avaliação e áreas de conhecimento da Capes

COLÉGIO	GRANDE ÁREA	ÁREA DE CONHECIMENTO
CIÊNCIAS DA VIDA	CIÊNCIAS AGRÁRIAS	Ciências Agrárias I
		Zootecnia/Recursos Pesqueiros
		Medicina Veterinária
		Ciência de Alimentos
	CIÊNCIAS BIOLÓGICAS	Ciências Biológicas I
		Ciências Biológicas II
		Ciências Biológicas III

		Biodiversidade
	CIÊNCIAS DA SAÚDE	Medicina I
		Medicina II
		Medicina III
		Nutrição
		Odontologia
		Farmácia
		Enfermagem
		Saúde Coletiva
		Educação Física
HUMANIDADES	CIÊNCIAS HUMANAS	Filosofia
		Teologia
		Sociologia
		Antropologia/Arqueologia
		História
		Geografia
		Psicologia
		Educação
		Ciência Política e Relações Internacionais
	CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS	Direito
		Administração Pública e de Empresas, Ciências Contábeis e Turismo
		Economia
		Arquitetura, Urbanismo e Design
		Planejamento Urbano e Regional/Demografia
		Comunicação e Informação
LINGUÍSTICA, LETRAS E ARTES	Letras/Linguística	
	Artes/Música	
CIÊNCIAS EXATAS, TECNOLÓGICAS E MULTIDISCIPLINAR	CIÊNCIAS EXATAS E DA TERRA	Matemática, Probabilidade e Estatísticas
		Ciência da Computação
		Astronomia/Física
		Química
		Geociências
	ENGENHARIAS	Engenharias I
		Engenharias II
		Engenharias III
		Engenharias IV
	MULTIDISCIPLINAR	Interdisciplinar
		Ensino
		Materiais
		Biotecnologia
		Ciências Ambientais

Fonte: Capes (2022).

Logo, para a avaliação quadrienal dos PPGs *stricto sensu* as 49 áreas possuem fichas de avaliação que podem mensurar com pesos diferentes os itens dos quesitos programa,



formação e impacto constantes na Portaria Capes nº 122/2021, dada a importância que cada área estabelece para os indicadores dos seus programas acadêmicos e profissionais.

A Capes também emitiu um guia para aceleração da internacionalização institucional da pós-graduação *stricto sensu* em dezembro de 2020 (versão 1.0) a fim de auxiliar a gestão dos projetos das 36 instituições participantes do Programa Capes-PrInt, onde apresentou os níveis de maturidade em internacionalização: 1. Conhecimento e Compromisso, 2. Implementação, 3. Consolidação, e 4. Internacionalização Plena; de acordo com a concretização de atividades pelas instituições de ensino e pesquisa (CAPES, 2020a, p. 8).

Este documento guia Capes (2020a, p. 13-14) indicou também que ao elaborar o Plano Institucional de Internacionalização deve ser introduzido critérios internacionais ajustados com o cenário mundial, levando em consideração os padrões de universidades de nível internacional (*World Class Universities*) e constitui-se bases comuns de critérios:

- 1. Reputação pelo ensino (relação professor e aluno internacionais em comparação com nacionais e a permanência na instituição);
- 2. Reputação pela pesquisa (pesquisadores internacionais no programa e publicações em periódicos internacionais com fator de impacto alto);
- 3. Influência científica (citações internacionais decorrentes das pesquisas);
- 4. Presença de internacionais (docentes e professores visitantes); e
- 5. Colaboração internacional (acordos de cooperação com parceiros estrangeiros).

Portanto, a Capes primeiro vem instruindo as IESs e, mais especificamente, os programas de pós-graduação a realizarem a internacionalização, para a medida em que as ações estiverem ocorrendo poder efetuar uma avaliação e identificar o nível de internacionalização em que ambos, instituições e PPGs, se encontram.

### 2.3 AÇÕES DE INTERNACIONALIZAÇÃO DA UFPB E A ATUAÇÃO DOCENTE

Para atender a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) e o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), a UFPB redefiniu a sua missão institucional e elaborou seus Planos de Desenvolvimento Institucional (PDI) de 2014-2018 e de 2019-2023 alinhando-se com o Plano Nacional de Pós-Graduação (PNPG) de 2011-2020 no intuito de estabelecer as diretrizes da política para a pós-graduação e na busca pela excelência para elevar os conceitos atribuídos pela Capes, a modernização dos currículos, a ampliação de convênios e com isto impactar diretamente na internacionalização das suas atividades.

Devido à necessidade de ampliar conhecimentos, os docentes e discentes começaram a buscar novas culturas que pudessem enriquecer suas capacidades de captação e modernização do saber. Por sua vez, a UFPB já investia em ações de internacionalização propondo a abertura de um leque de oportunidades para professores e alunos participarem da mobilidade de primeira geração citada por Knight (2020) referente à saída do país pelos docentes para fazer principalmente cursos de pós-graduação, participar de eventos e visitas em instituições no exterior e pelos discentes para cursar uma determinada disciplina ou passar um período letivo numa instituição de fora.

No Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) 2014-2018 da UFPB, a respeito da internacionalização havia um projeto de elaboração de resoluções para tratar da mobilidade estudantil e ainda da cotutela de tese e dupla titulação, onde o aluno teria dois orientadores e consequentemente a emissão do diploma pelas duas instituições do acordo, UFPB e de outro país. Nesse PDI também continham novas ações transversais de apoio à pesquisa e à pós-graduação e a UFPB financiaria com recursos próprios à produção científica em periódicos nos Estratos A1, A2 e B1 sendo essas classificações mais elevadas de periódicos que possuem circulação internacional do sistema Qualis da Capes de 2010-2012 e 2013-2016. No tocante à consolidação de ações transversais de apoio à pesquisa e à pós-graduação, a UFPB oferecia o Programa de Tradução de Artigos com o objetivo de traduzir e revisar textos e visando aumentar as publicações da UFPB em revistas de alto índice de impacto.

A respeito da cooperação internacional, o PDI 2014-2018 apontou que a universidade subsidiaria à pesquisa e à pós-graduação através do apoio à publicação em periódicos estrangeiros com elevado fator de impacto e do incentivo de programas para estudantes e professores estudarem fora do Brasil. Neste momento, a UFPB já enxergava que as ações eram mais voltadas à mobilidade ao exterior e com isso identificava a relevância de trazer discentes e docentes pesquisadores, como também aumentar a quantidade de convênios, parcerias estratégicas e pesquisas em conjunto para fortalecimento da universidade no cenário internacional.

No PDI 2014-2018 da UFPB também mencionou que foi criada a Assessoria Internacional de Extensão pela Pró-Reitoria de Extensão e Assuntos Comunitários (PRAC) para possibilitar a articulação de intercâmbios e convênios com universidades de vários países, levando a troca de conhecimentos e experiências entre alunos e professores e ainda permitir o emprego de novos meios tecnológicos, como videoconferência, facilitando a realização das defesas dos trabalhos em cursos presenciais da pós-graduação.

Com a perspectiva de melhorar a internacionalização da UFPB e oportunizar a inscrição no Edital Capes nº 41/2017 para participação no programa Capes-PrInt, a universidade elaborou o seu Projeto Institucional de Internacionalização (PII) divulgado em 2018 e o objetivo geral desse projeto “foi consolidar e expandir a internacionalização dos Programas de Pós-Graduação (PPGs) da Instituição em torno de identificação de três eixos temáticos, que congregam os onze projetos de internacionalização do PrinT UFPB” (UFPB, 2018, p. 10), abaixo apresentamos o quadro 9 com os temas e os seus respectivos projetos:

Quadro 9: Temas e projetos do projeto institucional de internacionalização da UFPB

<b>Tema 1. Intervenções, tecnologias, produtos e processos aplicados à saúde.</b>
Projeto 1. Prospecção, melhoramento e desenho de produtos, propriedades e indicadores de interesse para a saúde
Projeto 2. Fatores e processos biológicos, psicológicos, sociais e ambientais relacionados à saúde das populações
Projeto 3. Intervenções farmacológicas e não farmacológicas em doenças crônicas e desenvolvimento humano
<b>Tema 2. Territórios da Diversidade: Educação, Linguagens, Mediações Culturais e Políticas Públicas</b>
Projeto 1. Mediações sociais, educativas, culturais, linguísticas e políticas em contextos marcados pela diversidade
Projeto 2. Concepções de espaços, territórios e redes em contextos marcados pela diversidade
Projeto 3. Territórios da diversidade: sistemas de aprendizagem, práticas reflexivas e disseminação de informações em rede
<b>Tema 3. Bioma Caatinga, Biodiversidade e Sustentabilidade</b>
Projeto 1. Ciências ômicas aplicadas à prevenção da resistência antimicrobiana na interface humano-animal-ambiente e à promoção da saúde e da segurança alimentar na Caatinga: uma abordagem <i>One Health</i>
Projeto 2. Inovação em materiais, produtos e processos associados à conservação ambiental e sustentabilidade
Projeto 3. Sustentabilidade e qualidade dos centros urbanos e da gestão territorial e socioambiental
Projeto 4. Impactos das mudanças climáticas sobre a gestão da cobertura vegetal e sobre a (sócio)biodiversidade no bioma Caatinga no Nordeste do Brasil
Projeto 5. Aspectos taxonômicos e ecológicos e avaliação das ações antrópicas na biodiversidade da Caatinga

Fonte: Elaborado pela autora (2022), com base no Projeto Institucional de Internacionalização UFPB (2018)

Deste modo, esse Projeto Institucional de Internacionalização da UFPB priorizou três eixos temáticos de acordo com o diagnóstico de 2017 e agrupou os Programas de Pós-Graduação conforme a interdisciplinaridade evidenciada nas pesquisas e ações internacionais para potencialmente solucionar problemas nesses temas do quadro 9.

Quanto às contrapartidas com relação à internacionalização solicitadas pela Capes no mencionado edital, a UFPB estabeleceu no seu PII o ensino e a comunicação institucional em mais de uma língua e a oferta de formação do corpo docente e administrativo.

Para atender às necessidades de internacionalização a UFPB elaborou documentos normativos, dentre eles destacamos: a Resolução nº 06/2018 do Conselho Universitário

(CONSUNI) que regulamentou a Política de Internacionalização; a Resolução CONSUNI nº 44/2018 que criou a Agência UFPB de Cooperação Internacional (ACI-UFPB); além da aprovação do Regimento Interno do Grupo Gestor do Programa Capes-PrInt UFPB através da Resolução nº 001/2019 emitida pela Pró-Reitoria de Pós-Graduação (PRPG).

A Resolução CONSUNI nº 06/2018 apresenta algumas estratégias de implementação da internacionalização e salientamos o item “XX – Incentivo à contratação de professores visitantes estrangeiros”, esse tipo de recrutamento está determinado como parte da gestão institucional para efetuar temporariamente a contratação de visitantes com notável desempenho científico em nível internacional, sendo eles professores estrangeiros ou brasileiros com formação no exterior.

Quanto aos indicadores de internacionalização estipulados no art. 6º da referida Resolução CONSUNI nº 06/2018, a UFPB deve verificar nos relatórios anuais:

- I – número de convênios existentes com as instituições internacionais;
- II – número de artigos em periódicos internacionais qualificados, com a indicação do fator de impacto médio e número de citações da produção científica da instituição;
- III – número de visitas técnicas de docentes e discentes em instituições estrangeiras;
- IV – número de títulos de material bibliográfico de cada centro em outras línguas;
- V – número de artigos internacionais com coautoria estrangeira;
- VI – número de visitas de docentes estrangeiros aos Centros de Ensino;
- VII – número de visitas de discentes estrangeiros aos centros e aos PPGs, com indicação das atividades desenvolvidas ou em curso;
- VIII – número de alunos estrangeiros matriculados nos PPGs ou nos cursos de graduação, com a indicação do programa de fomento e da fonte de financiamento, se houver;
- IX – número de professores estrangeiros com vínculo acadêmico, como professor visitante, permanente ou colaborador, aos PPGs;
- X – número de servidores docentes e técnico-administrativos capacitados a ministrar aulas em outros idiomas;
- XI – quantidade de bolsas implementadas por modalidade, tempo de duração das bolsas e dos contratos, quantificados em número de meses;
- XII – Número de editais que a universidade participa internacionalmente;
- XIII – Número de editais que Universidade apresenta para apoio às ações de internacionalização;
- XIV – Evolução dos periódicos institucionais no Qualis-Capes;
- XV – Captação de recursos em editais para ações de internacionalização. (UFPB, 2018, p. 8-9)

No PDI 2019-2023, a UFPB efetuou o planejamento estratégico para esses cinco anos e na perspectiva da gestão acadêmica traçou o objetivo “PI.GAc.04: Consolidar e ampliar as ações de internacionalização” buscando assim desenvolver práticas de ensino, pesquisa e extensão para solidificar o processo de internacionalização e transformar a universidade em uma integrante da produção global de conhecimento mediante o estabelecimento de intercâmbios acadêmicos, parcerias com centros de pesquisa, órgãos de fomento e agências

internacionais. Para cumprimento desse objetivo PI.GAc.04 foram criados indicadores e metas quanto às taxas de internacionalização da produção científica e de publicações técnico-científicas em coautoria com pesquisadores de instituições de fora do país e quanto aos números de bolsas de mobilidade, de convênios com instituições estrangeiras e parceiras de internacionalização nas atividades da extensão universitária (UFPB, 2019).

Conseqüentemente o objetivo PI.GAc.04 do PDI 2019-2023 associa-se ao Plano Nacional de Educação (PNE) que contém a “META 14.9: Consolidar programas, projetos e ações que objetivem a internacionalização da pesquisa e da pós-graduação brasileiras, incentivando a atuação em rede e o fortalecimento de grupos de pesquisa” e está subordinadamente atrelada à “META 14: Elevar gradualmente o número de matrículas na pós-graduação *stricto sensu*, de modo a atingir a titulação anual de 60.000 (sessenta mil) mestres e 25.000 (vinte e cinco mil) doutores” (UFPB, 2019, p. 204).

Inclusive o PDI 2019-2023 da UFPB ao tratar sobre o perfil do corpo docente no item “8.1.5 Incorporação de Professores com comprovada experiência em áreas estratégicas vinculadas ao desenvolvimento nacional, à inovação e à competitividade, de modo a promover a articulação com o mercado de trabalho” faz referência ao lançamento de edital para eleger professor visitante nacional e estrangeiro através de processo seletivo simplificado a fim de fomentar o desenvolvimento nacional e a internacionalização da universidade que será mais detalhado a seguir.

### **2.3.1 Programa de contratação temporária de professor visitante**

A política de internacionalização da UFPB ganhou maior notoriedade com a sua participação no Programa Institucional de Internacionalização (Capes-PrInt), promovendo assim a internacionalização passiva com o financiamento para os professores efetivos e alunos realizarem missões ou projetos no exterior; e ao mesmo tempo possibilitando a internacionalização ativa da instituição com a vinda de professores visitantes, visto que para uma parcela considerável dos discentes e até mesmo dos docentes é inviável realizar mobilidade para estudo e pesquisa no exterior por falta de condições financeiras.

Nesse sentido, dada a extrema importância do corpo docente para o desempenho das instituições de ensino, a UFPB vem investindo na contratação de professores visitantes para diversificar e melhorar o quadro de pessoal, uma vez que este procedimento adotado pela universidade é uma forma de internacionalização “em casa” com a finalidade de gerar aperfeiçoamento da comunidade acadêmica de modo mais abrangente.

De acordo com o Projeto Institucional de Internacionalização (PII), a UFPB indicou que para atrair professores e pesquisadores com experiência internacional lançou chamada pública no intuito de contratar 90 visitantes (81 estrangeiros e 9 brasileiros com experiência internacional) para atuar nos PPGs. Essa chamada possuía duas etapas: 1ª) selecionar projetos de solicitação de contratação de docente visitante efetuado pelos PPGs com notas da CAPES 4, 5 e 6 distribuindo até 4 vagas e os PPGs com nota 3 distribuiria somente 1 vaga; 2ª) A Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas (PROGEP) publicou edital de processo seletivo para contratação contendo a ficha de avaliação dos candidatos com atendimento a requisitos de internacionalização, sendo atribuída pontuação maior para aqueles que possuem tais condições. O PII da UFPB descreve que as chamadas e os editais de seleção estão sendo publicados em inglês e português e ainda divulgados no âmbito internacional por meio da parceria com a EURAXESS – Pesquisadores em Movimento, uma plataforma de interação para pesquisadores, empreendedores, universidades e empresas a fim de possibilitar uma rede de colaboração científica com a Europa e o mundo (UFPB, 2018).

A Lei nº 8.745/1993 que trata da contratação temporária por excepcional interesse público de professor visitante brasileiro e estrangeiro foi reformada pela Lei nº 12.772/2012. Conforme o seu art. 2º, § 5º apresenta quatro objetivos: apoiar a execução dos PPGs; aperfeiçoar o ensino, a pesquisa e a extensão; colaborar com programas de capacitação docente e facilitar o intercâmbio científico e tecnológico. Ainda determina no art. 2º, § 7º o preenchimento cumulativo dos requisitos de titulação e de competência profissional para a contratação de visitante brasileiro ou estrangeiro e indica no § 8º uma exceção:

Art. 2º, § 7º: I - ser portador do título de doutor, no mínimo, há 2 (dois) anos;  
II - ser docente ou pesquisador de reconhecida competência em sua área;  
III - ter produção científica relevante, preferencialmente nos últimos 5 (cinco) anos.  
§ 8º Excepcionalmente, no âmbito das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, poderão ser contratados professor visitante ou professor visitante estrangeiro, sem o título de doutor, desde que possuam comprovada competência em ensino, pesquisa e extensão tecnológicas ou reconhecimento da qualificação profissional pelo mercado de trabalho, na forma prevista pelo Conselho Superior da instituição contratante. (Incluído pela Lei nº 12.772, de 2012) (BRASIL, 2012).

A respeito dos documentos normativos da UFPB sobre professores visitantes existem as Resoluções CONSEPE nº 61/1995, nº 35/2014 e nº 24/2019. Essa última resolução nº 24/2019 revogou a nº 61/1995, no entanto como já tinham visitantes na universidade antes de tais mudanças e o período da nossa pesquisa inicia em 2017 apresentamos esses regimentos.

O visitante não pode ter vínculo ativo com a instituição, é um docente ou pesquisador contratado durante um período consecutivo e em regime de dedicação integral, para trabalhar em projeto de pesquisa e/ou atividades de ensino de forma preponderante em PPGs *stricto sensu*, permitindo-se que seja orientador e efetue atividades de extensão e inovação conforme o art. 1º, §1º da Resolução CONSEPE nº 24/2019.

Quanto à duração do contrato do professor visitante, se for brasileiro pode ser emitido por um ano e prorrogado por igual prazo, se for estrangeiro pode ser emitido por dois anos com o mesmo tempo de prorrogação. Com relação à jornada de trabalho, pode ser de 40 horas semanais com ou sem dedicação exclusiva de acordo com o art. 4 da Resolução CONSEPE nº 24/2019.

As obrigações dos professores visitantes segundo o art. 14 da Resolução CONSEPE nº 24/2019 consistem em:

- I - assumir integralmente as suas atividades previstas no Plano Individual Docente, que contém o detalhamento de pesquisa e ações acadêmicas junto ao Programa de Pós-Graduação ao qual está vinculado;
  - II - atender aos requisitos e exigências estabelecidos na Chamada Pública e no respectivo Projeto de Solicitação de Contratação de Docente Visitante aprovados pelo PPG;
  - III - colaborar para a atualização de conhecimentos na linha de pesquisa e na área de concentração escolhidas, mediante oferta de disciplinas, no âmbito do PPG ou da graduação, e outras atividades previstas no Plano Individual Docente e no Projeto de Solicitação de Contratação de Docente Visitante;
  - IV - participar, como avaliador, no PPG e/ou no Departamento, de processos seletivos e de bancas de defesa de trabalho final ou qualificação;
  - V - intermediar e estimular a realização de novos Acordos de Cooperação, nacionais e internacionais;
  - VI - produzir textos bibliográficos de elevado *qualis* e alto fator de impacto internacional;
  - VII - apresentar sua pesquisa e suas ações de suporte ao PPG através de Relatório Parcial semestral em Seminário, Workshop, evento equivalente promovido pelo PPG, pelo Centro ou pela PRPG, ou diretamente ao colegiado do PPG, sua unidade de efetivo exercício, no qual destaque a produção acadêmica e seu impacto na produção total do PPG.
- Parágrafo único.** No prazo de 60 dias após o término do contrato, o docente visitante deverá apresentar ao Departamento e à PRPG, relatório circunstanciado de atividades, devidamente homologado pelo colegiado do PPG (UFPB, 2019, p. 7-8).

Quanto às atribuições desses professores visitantes especialmente em programas de pós-graduação se faz necessário para possibilitar a modernização dos cursos e das disciplinas, firmar parcerias e aumentar a produção acadêmica a nível internacional. Observamos também que deve haver a elaboração de dois tipos de relatórios de atividades pelos visitantes, sendo eles:

- parcial (emitido com periodicidade semestral e deve constar no pedido de renovação para ser emitido o termo aditivo) e;
- final, nomeado de circunstanciado (emitido com até 60 dias do final do seu vínculo temporário).

É uma prerrogativa de cada instituição criar categorias de professores visitantes equivalentes às classes dos professores do magistério superior para fins de remuneração segundo a Lei nº 12.772/2012 e de acordo com o tempo de experiência acadêmica, científica ou técnico-profissional. Logo, a Resolução CONSEPE nº 61/1995 instituiu quatro categorias (A, B1, B2, B3 e B4), enquanto a Resolução CONSEPE nº 24/2019 instituiu três categorias (Sênior, Pleno e Júnior), apresentadas no quadro 10.

Quadro 10: Categorias dos professores visitantes conforme resoluções CONSEPE nº 61/1995 e 24/2019 e Lei nº 12.772/2012

CATEGORIAS	RESOLUÇÃO CONSEPE Nº 61/1995 / LEI Nº 12.772/2012						RESOLUÇÃO CONSEPE Nº 24/2019 / LEI Nº 12.772/2012				
	EXPERIÊNCIA	VISITANTE CATEGORIA/ NÍVEL/ ART.			MAGIST. SUPERIOR CLASSE/ DENOMINAÇÃO/ NÍVEL			VISITANTE CATEGORIA/ ART.		MAGIST. SUPERIOR CLASSE/ DENOMINAÇÃO/ NÍVEL	
mínimo 10 (dez) anos	A	único	8º	E	Titular	1	Sênior	2º I	E	Titular	1
mínimo 06 (seis) anos	B	4	9º	C	Adjunto	4	Pleno	2º II	D	Associado	4
mínimo 04 (quatro) anos	B	3	9º	C	Adjunto	3					
mínimo 02 (dois) anos	B	2	9º	C	Adjunto	2	Júnior	2º III	D	Associado	1
até 2 (dois) anos	B	1	9º	C	Adjunto	1					

Fonte: Elaborado pela autora (2022), com base em UFPB (1995; 2019) e BRASIL (2012).



Com a publicação da Resolução CONSEPE nº 24/2019, os editais dos processos seletivos passaram a incluir as três categorias (Sênior, Pleno e Júnior) para contratação de novos visitantes. As modificações feitas nas categorias tornaram mais atrativa a escolha dos candidatos pela UFPB em virtude do aumento na remuneração, já que as novas categorias Pleno e Júnior (equiparadas à classe de professor associado do magistério superior) possuem remunerações maiores do que a antiga categoria B (equiparada à classe de professor adjunto).

Quanto ao processo seletivo, inicialmente pode haver uma chamada pública interna para que o Programa de Pós-Graduação (PPG) elabore um projeto de solicitação de contratação de docente visitante e encaminhe à Pró-Reitoria de Pós-Graduação (PRPG). Em seguida, a PRPG seleciona os projetos e divulga os PPGs aprovados com as quantidades de vagas de visitantes. Posteriormente, a Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas (PROGEP) promove a abertura de edital de seleção, o PPG aplica as provas e após a homologação dos resultados é efetivada a contratação desses professores.

De acordo com os artigos 3º, 5º, 6º e 7º da Resolução CONSEPE nº 24/2019, para participação no certame, o candidato deve apresentar um plano individual de trabalho, com as ações que serão desenvolvidas no ensino de pós-graduação, os projetos especiais de ensino, pesquisa, extensão e/ou inovação tecnológica, os resultados esperados, os impactos previstos e o cronograma de atividades. A seleção para a contratação de professor visitante, possui duas etapas:

1) PT - Prova de Títulos, com peso seis para análise do *curriculum vitae* do candidato com base na Tabela de Pontuação indicada no Anexo I dessa Resolução;

2) PID - Plano Individual Docente, com peso quatro, para análise do plano de trabalho/projeto de pesquisa a ser executado com base na Tabela de Pontos e Critérios indicada no Anexo II dessa Resolução.

Em relação à internacionalização, destacamos que na Resolução CONSEPE nº 24/2019 consta nas tabelas de avaliação dos candidatos os seguintes itens do quadro 11:

Quadro 11: Itens de avaliação dos candidatos a professores visitantes

<b>1) CURRICULUM VITAE</b>	<b>2) PLANO INDIVIDUAL DOCENTE</b>
<b>ITEM DE JULGAMENTO</b>	<b>ITEM DE JULGAMENTO</b>
<b>I - PRODUÇÃO ACADÊMICA</b>	
a) Artigo em periódico <b>internacional</b> sem <i>Qualis</i> , mas indexado, com corpo editorial e com fator de impacto conhecido, como JCR ( <i>Journal Citation Reports</i> ), índice H da base Scopus ou outro equivalente.	I - Plano de Trabalho, levando em consideração a potencial contribuição para o fortalecimento do Programa Pós-Graduação;
b) Trabalhos completos publicados em anais de eventos <b>internacionais</b>	II - Exequibilidade do Plano de Trabalho, bem como sua compatibilidade com a proposta do Programa;
c) Autoria/coautoria de livro, publicado por editora <b>estrangeira</b> , que apresente avaliação por pares e conselho editorial	III - Impacto da proposta na melhoria do desempenho da pesquisa e da <b>internacionalização</b> do Programa de Pós-Graduação:  <b>CRITÉRIOS</b>  8. Estabelecimento de <b>Parcerias Internacionais</b> 9. Previsão de <b>Publicações Internacionais</b> 10. Potencial de <b>Captação de Recursos e Apoios para Pesquisa</b>
d) Organização de livro publicado em editora <b>estrangeira</b> , que apresente avaliação por pares e conselho editorial	
e) Capítulo de livro publicado em editora <b>estrangeira</b> , que apresente avaliação por pares e conselho editorial	
<b>II - ATUAÇÃO PROFISSIONAL/ATIVIDADES DE ENSINO, PESQUISA, EXTENSÃO</b>	
a) Coordenação de projeto de pesquisa em âmbito <b>internacional</b> aprovado por órgão de fomento (com instituições, grupos de pesquisa ou pesquisadores internacionais)	
b) Participação em projeto de pesquisa em âmbito <b>internacional</b> aprovado por órgão de fomento (com instituições, grupos de pesquisa ou pesquisadores internacionais)	

Fonte: Adaptado da Resolução CONSEPE nº 24/2019 UFPB (2019, p. 10-11, grifo nosso).

Observamos que os candidatos que disputam a vaga para professores visitantes desde antes de ingressar na instituição, precisam de produção acadêmica e de atuação internacionais. Devem também planejar como serão realizados as atividades e os impactos do seu trabalho a fim de realizar parcerias e publicações internacionais. Logo, esses itens dos currículos e dos planos de trabalho podem constituir categorias de análise do trabalho executado e da sua contribuição para a internacionalização.

Portanto, cada IES que pretende contratar professores visitantes pode emitir documentos normativos para estabelecer quais as categorias de remuneração e os requisitos, além das regras de participação de seleção, da emissão dos contratos, aditivos e rescisões, sempre considerando a Lei nº 8.745/1993 e a Lei nº 12.772/2012.

### 2.3.2 Avaliação da atuação docente

De acordo com Tardif (2019) os docentes possuem uma pluralidade de saberes, sendo eles pessoais, advindos da formação escolar e profissional, adquiridos de programas e livros didáticos e também oriundos das experiências na profissão, na sala de aula e na escola. Portanto, a atuação dos docentes é fruto do emprego desses saberes para o desempenho das atividades de ensino, pesquisa e extensão no âmbito da educação superior, sendo assim, buscamos compreender como se dá o trabalho docente.

Na UFPB, a Resolução CONSEPE nº 52/2018 estabeleceu critérios para distribuição de encargos ao pessoal da carreira do magistério superior, regulamentou o Plano Individual Docente (PID) e o Relatório Individual Docente (RID). Para os professores efetivos, estes encargos discriminados no art. 2º da referida resolução consistem em:

- I – ensino na graduação e na pós-graduação, presencial e a distância;
- II – ensino básico, técnico e tecnológico, presencial e a distância;
- III – ensino em cursos de extensão e de aperfeiçoamento;
- IV – orientação de estudantes de nível básico, técnico e tecnológico, de graduação e de pós-graduação e de projetos institucionais e/ou financiados por órgãos de fomento públicos ou privados;
- V – participação em bancas examinadoras;
- VI – produção bibliográfica, técnica, artística, cultural e inovação;
- VII – atividades de pesquisa e de extensão;
- VIII – exercício de funções de direção, chefia, coordenação, assessoramento, membro de comissões e assistência na própria UFPB ou em órgãos públicos, desde que designados por portaria da UFPB; e
- IX – representação, compreendendo a participação em órgãos colegiados na UFPB ou em órgãos públicos, conselhos e associações profissionais, ou outro relacionado à área de atuação do docente, na condição de representante designado por portaria da UFPB (UFPB, 2018, p. 1-2).

A Resolução CONSEPE nº 52/2018 determina que o plano individual docente deve ser demonstrado pelo professor ao seu departamento a cada período letivo conforme o art. 5º, já a periodicidade do relatório individual docente é anual conforme o art. 8º, mas este relatório deve ser preenchido a medida que ocorrerem as atividades de ensino, pesquisa, extensão e gestão durante todo o período. Ambos os documentos PID e RID devem ser cadastrados no sistema de gestão acadêmico da UFPB, no caso o Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas (SIGAA).

No anexo I dessa Resolução CONSEPE nº 52/2018 consta um formulário com as atividades dos professores e a carga horária semanal na parte I e de forma mais detalhada as atividades que serão desempenhadas na parte II, agrupadas em: A - atividades de gestão e de

representação; B – afastamentos; C - atividades de ensino; D - atividades de pesquisa; E - atividades de extensão; F – outras atividades.

É perceptível que a educação superior exige cada vez mais que os professores desenvolvam além de capacidades para excelência no ensino, ainda o envolvimento em projetos de pesquisa e extensão, por isso explanaremos mais adiante sobre as diversas atividades atribuídas aos docentes.

As pesquisas são muito relevantes para as IESs e a sociedade por gerar conhecimentos, contribuir com a ciência e proporcionar melhorias para toda comunidade. A pesquisa científica difere do senso comum, pois para ser realizada deve ser respaldada por regras específicas e os professores são essenciais para o bom desenvolvimento das pesquisas. Inclusive, a partir da pesquisa pode-se captar recursos de outras entidades públicas e da iniciativa privada para continuamente aprimorar o conhecimento e originar serviços e produtos. A pesquisa é muito associada a produção bibliográfica, como artigos e livros, mas não se limita somente a isto, podendo também gerar produções artística, cultural e técnica. Citamos como importante exemplo de pesquisa a criação de vacinas em tempo recorde contra a COVID-19 por diferentes países.

Grabinski (2019) afirma que gradativamente se formam redes de colaboração para elaborar pesquisas em nível internacional rompendo as barreiras geográficas. Por consequência, as parcerias de pesquisa podem criar para a instituição a que mantém vínculo, tanto produtos (como as publicações científicas), quanto benefícios e ações de internacionalização (como intercâmbio de alunos, organização de eventos e de visitas). Assim, o caráter agregador de conhecimento dessas redes possibilita a melhora da qualidade das Instituições de Ensino Superior (IESs), pois esses resultados se associam direta e indiretamente à procura pela excelência ao padrão internacional.

A extensão na educação superior está disciplinada na Resolução CNE/CES nº 7, de 18 de dezembro de 2018, publicada no DOU nº 243 de 19 de dezembro de 2018, seção 1, p. 49-50 e de acordo com o art. 3º é uma atividade que se liga à matriz curricular e à organização da pesquisa, estabelecendo um processo interdisciplinar, político educacional, cultural, científico e tecnológico. A extensão vincula as instituições com a sociedade através da produção e da aplicação do conhecimento de forma articulada com o ensino e a pesquisa. Segundo os arts. 4º e 7º da referida resolução os cursos de graduação devem conter nos seus currículos pelo menos 10% (dez por cento) de atividades de extensão caracterizadas nas modalidades: I - programas; II - projetos; III - cursos e oficinas; IV - eventos; V - prestação de serviços, representando a curricularização da extensão. Portanto, como podemos notar diante dessas

cinco modalidades a prática do ensino não deixa de ser classificada como uma atividade de extensão.

Quanto à extensão a Resolução CONSEPE nº 61/2014 traz que:

Art. 1º - A extensão é constituída, na UFPB, como um processo educativo, cultural, científico e tecnológico que articula o ensino e pesquisa de forma indissociável e viabiliza a relação transformadora entre a Universidade e a sociedade, podendo ser exercida em caráter:

I. Eventual, compreendendo atividades esporádicas visando o aperfeiçoamento e a atualização de conhecimentos, implantação ou implementação de práticas que objetivem a produção técnico-científica, cultural e artística através de serviços educativos, assistenciais e comunitários.

II. Permanente, compreendendo atividades elencadas no inciso anterior efetivadas na forma sistemática e/ou contínua (UFPB, 2014, p.1).

De acordo com o art. 119 do Regimento Geral da UFPB e também o art. 4º da Resolução CONSEPE nº 61/2014, a extensão será efetuada por meio de cursos, estágios, consultorias ou assessorias, atendimento à comunidade, atividades artísticas e culturais, publicação de trabalhos, articulação com o meio empresarial e interiorização da UFPB. Tanto nos cursos de graduação como de pós-graduação, a extensão visa promover a aproximação da academia com vários setores da sociedade, como denota a expressão universidade extramuros, onde as universidades preocupam-se em evidenciar o que acontece dentro do ambiente para a comunidade não acadêmica, também buscam captar as necessidades sociais e propor soluções através das ações desenvolvidas pelos alunos, docentes e servidores administrativos. Assim, a convivência com esses diversos atores enriquece todas as áreas de conhecimento, pois constitui um processo interdisciplinar que adquire e transfere saberes aos envolvidos.

A sociedade contemplada aqui não precisa ser apenas aquela próxima geograficamente das instituições de ensino, além da local, pode ser regional, nacional e até mesmo internacional, basta que o conhecimento gerado na universidade seja transmitido para o público externo. Salientando que esse público pode ter demandas muito distintas devido à diversidade de carências, assim pode fazer a universidade ampliar os seus horizontes e enxergar diferentes maneiras adotadas para possíveis resoluções no ambiente próximo.

Com relação a eventos, a Capes emitiu em 2019 o Relatório do Grupo de Trabalho (GT) do Qualis Artístico e Classificação de Eventos segundo a Portaria Capes nº 172/2018 que o define:

Evento Científico é uma atividade que tem como objetivos reunir especialistas e interessados em determinadas áreas do saber para discussão de temas que atendam a preocupações comuns, com vistas à atualização e ao progresso da pesquisa

científica; divulgar resultados de pesquisa e colocar os pesquisadores em debate com vistas à qualificação e validação das investigações no âmbito da comunidade científica; incentivar o desenvolvimento de campos de pesquisa ainda emergentes; promover a formação de pesquisadores por meio da interação de discentes, docentes, profissionais e grupos de pesquisa com interesse na área; valorizar a interdisciplinaridade inerente à área (CAPES, 2019c, p. 6).

O GT do Qualis Artístico e Classificação de Eventos elenca também três critérios para avaliar os eventos e dentre eles destacamos alguns requisitos de internacionalização conforme Capes (2019c):

- **I. Obrigatórios** – 1. Aderência à pesquisa; 2. Reconhecimento por entidade científica, 3. Comitê científico representativo; 4. Publicação de trabalho completo nos anais; 5. Avaliação por pares; 6. Registro da publicação em bibliotecas digitais;
- **II. Classificatórios** – 1. Abrangência da entidade/associação científica, se é internacional; 2. Composição do comitê científico, se tem membros internacionais; 3. Impacto dos trabalhos, medido por índices;
- **III. De indução** – 1. Relevância para a formação discente; 2. Relevância para a área em regiões estratégicas; 3. Relevância acadêmica, se gera avanço científico-acadêmico; 4. Relevância regional, nacional, internacional.

Logo, observa-se que os eventos são importantes momentos para o debate de ideias com toda comunidade, seja ela científica ou não, e podem ser realizados internacionalmente por entidades ou por um comitê científico de fora do país para possuírem relevância internacional, inclusive esses eventos podem ter parceiros do setor privado interessados em conhecer o que as pesquisas podem gerar de produtos e serviços relevantes para o setor.

Segundo Costa, Sousa e Silva (2015), a orientação deve ser concebida como uma atividade especializada do docente que demanda a criação de modelos reflexivos das práticas e de inovações de modelos a exemplo das orientações de grupo, colaborativa e a distância. O desafio principal da formação de orientadores é elaborar uma capacitação própria, estabelecer uma carga horária reservada à orientação; aumentar o grau da qualidade da formação de doutores; e ampliar a formação do conhecimento do aluno de doutorado. Neste sentido, os programas de pós-graduação precisam considerar o docente não apenas como orientador da pesquisa, mas ampliar a orientação acadêmica tendo o dever de formar os seus alunos de mestrado e doutorado a se tornarem pesquisadores, professores e profissionais.

Nóbrega (2018), afirma que o orientador além do seu papel educativo sobre a produção acadêmica tem que indicar as oportunidades profissionais relativas à temática da pesquisa, assim como estimular atividades que promovam o desenvolvimento do orientando,

a exemplo da apresentação de trabalhos em eventos no exterior, da publicação em revistas de alta qualidade, da convivência com outros pesquisadores da área, tanto brasileiros como estrangeiros.

Nóbrega (2018), também identificou que além de instruir a parte metodológica, compete a atividade de orientação levar em conta o comportamento e a relação entre o orientando e o orientador, uma vez que o resultado desse conjunto importa na conclusão do trabalho de mestrado ou doutorado.

Corroborando com a afirmação acima, Massi e Giordan (2017), mapearam temas sobre a formação do orientador mediante um levantamento bibliográfico nos cenários nacional e internacional devido à atividade ainda ser efetuada pelo orientador de forma espontânea e individual. No entanto, é urgente o debate sobre a ética, a produtividade, a pedagogia, os modelos coletivos através de coorientações ou grupos de pesquisa, os modelos híbridos com emprego de tecnologias, além das percepções e da relação dos orientadores com os seus orientandos.

De acordo com Nóbrega (2018, p. 1069), ao estudar sobre a orientação acadêmica esclarece que:

[...] barreiras culturais podem interferir vigorosamente na relação orientando-orientador. [...] além de boa formação teórica sobre interculturalidade, seria adequado o orientador ter tido vivência no exterior. Isso permitiria um conhecimento não apenas teórico sobre o processo de adaptação em contexto de imersão linguística e cultural.

Neste caso, percebe-se que a tecnologia e a educação podem andar lado a lado para encurtar as distâncias e favorecer a internacionalização, pois utilizar recursos tecnológicos possibilita a orientação dos professores para a elaboração dos trabalhos pelos alunos por meio virtual; pode ampliar o *network*, ou seja, a rede de contatos e o progresso cultural, sem necessitar da mobilidade de pessoas. Contudo é visível que ainda hoje o relacionamento do orientador com o orientado pode ser prejudicado em razão da dificuldade com diferentes línguas e obstáculos culturais.

Mazilli (2009, apud NAVES, 2013, p.16) considera que as bancas examinadoras de trabalhos de conclusão de cursos integram o processo de orientação e Naves (2013, p. 15-16) no seu estudo a respeito da participação dos professores nessas bancas menciona o seguinte:

Acredita-se que os docentes devem conscientizar-se da importância da sua participação em bancas, não só como seu dever acadêmico, mas, sobretudo, por sua enorme responsabilidade na conclusão de trabalhos de boa qualidade, que consista

em real contribuição teórica para determinada área do conhecimento, na busca de uma literatura especializada respeitável e consolidada.

Deste modo, Naves (2013, p. 16-17) recomenda algumas etapas que o professor deve realizar quando é membro de uma banca, sendo elas: a) Avaliação da adequação do tema e do título do trabalho; b) Leitura do resumo e do *abstract*; c) Observação da estrutura do trabalho; d) Verificação da introdução; e) Leitura cuidadosa da revisão de literatura; f) Procedimentos metodológicos; g) Descrição e análise dos resultados; h) Conclusões; i) Recomendações ao final do trabalho; j) Redação e estilo do texto; k) Normalização do trabalho; l) Formulação de questões objetivas a serem respondidas pelo candidato.

Assim, entende-se que ao ser membro de uma banca examinadora, o professor deve conhecer bem as regras acadêmicas determinadas pela instituição a qual o aluno pertence, visto que não basta apenas o avaliador ter conhecimento sobre o tema, mas, também sobre a linha de pesquisa e a ótica que a instituição pretende em relação à produção do trabalho.

Fato atípico aconteceu durante a pandemia de COVID-19 permitindo que as bancas de qualificação e defesa pudessem ser realizadas remotamente devido ao fechamento das fronteiras, possibilitando a análise dos trabalhos de conclusão de cursos de graduação, mestrado e doutorado. De certa forma também propiciou a maior participação de professores externos a instituição de origem, uma vez que os mesmos não tinham custos de locomoção. Conseqüentemente, as IESs perceberam que essa modalidade remota poderia trazer benefícios e ser instituída mesmo após a liberação para o retorno das atividades presenciais, podendo ser incentivada a participação de professores de outras instituições e países como mecanismo de internacionalização.

Isto posto, as atividades dos professores da educação superior precisam ser continuamente avaliadas. Fernandes (2008) enfatiza que a avaliação docente pode ter duas repercussões: desvantajosa, considerando uma rotina burocrática e administrativa com pouco ou nenhum impacto para motivar o desempenho, a competência e a eficácia dos professores e; outra vantajosa, como um processo de melhoria pedagógica e do ensino, estimulando a inovação, o desenvolvimento profissional e a aprendizagem dos estudantes.

Segundo Biffi (2018), o instrumento de avaliação do trabalho docente adotado na Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP) foi construído com base nos seguintes itens: 1) Aulas, 2) Orientações, 3) Bancas e pareceres acadêmicos/científicos, 4) Publicações, 5) Produtos gerados, 6) Programas, Projetos ou Convênios, 7) Captação de Recursos Financeiros, 8) Eventos Científicos/Acadêmicos, 9) Prestação de serviços, 10) Formação e Aprimoramento do docente, 11) Premiações e 12) Atividades de gestão e 13)



Considerações do docente. Biffi apresentou nesta sua tese um estudo sobre avaliação e qualidade da educação, realizou entrevistas com professores a respeito da planilha de avaliação do trabalho docente para obter uma abordagem qualitativa sobre os processos avaliativos, onde os docentes entendiam que a avaliação era realizada para mensurar a produtividade acadêmica, ou seja, tinha uma abordagem quantitativa. Porém, mesmo assim foi elaborado um novo instrumento com alguns vícios da planilha anterior, determinando pontuações por atividades efetuadas.

Por isso, para avaliar o trabalho dos professores de nível superior é necessário utilizar instrumentos que considerem o desempenho de forma quantitativa e qualitativa em virtude das características e da complexidade da atuação do ensino, pesquisa e extensão, e atualmente da internacionalização dada a extrema importância dos docentes para as IESs.

Pedrini (2019) relata que “a internacionalização ocorre na própria instituição e fora dela, nos diferentes âmbitos institucionais, voltados para a inovação de seus processos pedagógicos e de gestão da aprendizagem, articulando graduação, pós-graduação, pesquisa e extensão.” Portanto, o professor deve estar envolvido em todos esses âmbitos das IESs e tem um papel fundamental para implementar essas formas de internacionalização. Por fim, compreendemos a avaliação docente como um processo vantajoso para aprimorar a qualidade da educação em âmbito nacional ou internacional.

### 3 METODOLOGIA

Neste capítulo, descrevemos os procedimentos metodológicos da pesquisa, os caminhos para a concretização, apresentando o ambiente, a delimitação, o tipo, a coleta, o instrumento e o tratamento de dados e, por fim, a análise dos dados.

#### 3.1 AMBIENTE E DELIMITAÇÃO DA PESQUISA

A pesquisa foi efetuada na Universidade Federal da Paraíba, instituição que possui 4 campi nos seguintes municípios: I – João Pessoa, II – Areia, III – Bananeiras e IV – Rio Tinto e Mamanguape, divididos em 16 Centros de Ensino. Quanto à pós-graduação, a UFPB possui 78 Programas de Pós-Graduação (PPGs) *stricto sensu* envolvendo cursos de mestrado e doutorado. Esclarecemos que os programas que não contrataram professores visitantes não fazem parte do universo desta pesquisa.

Para identificar o perfil dos visitantes contratados e as ações de internacionalização desenvolvidas pelos estrangeiros, foram realizadas buscas em plataformas digitais (sistemas integrados de gestão da UFPB, plataforma *lattes* e plataforma integrada de ouvidoria e acesso à informação).

A amostra não probabilística intencional foi composta apenas dos currículos *lattes*, por serem documentos uniformizados, dos professores visitantes estrangeiros, dado que provavelmente possuem mais indicativos para internacionalização por eles terem nascido e estudado em outros países. Logo, conviveram numa cultura e receberam uma educação diferente da oferecida no Brasil.

A delimitação temporal abrangeu os períodos de 2017 a 2022, visto que em 2017 inicialmente tinha um visitante na UFPB e foi lançado o Programa Institucional de Internacionalização (Capes-PrInt), apesar de que a contratação de visitantes pela universidade foi ampliada em 2018 com a aprovação nesse programa. Já o ano de 2022 foi considerado o ponto de corte, porque foi o último exercício concluído durante a elaboração da pesquisa.

#### 3.2 TIPO DE PESQUISA

A pesquisa tem natureza básica, pois efetuamos uma avaliação do programa de contratação de professor visitante e da internacionalização da universidade com a finalidade de gerar conhecimento sobre esta ação institucional. No entanto, após o diagnóstico da

execução do programa, identificamos situações que poderiam ser melhoradas, e sugerimos soluções para aplicação prática, ou seja, medidas para subsidiar a gestão da UFPB.

Quanto aos objetivos, a pesquisa é descritiva, pois descrevemos os documentos institucionais a respeito da política de contratação de professores visitantes, assim como as características desses docentes, ou seja, perfil pessoal e profissional. Ao final, apresentamos os resultados do trabalho desenvolvido pelos visitantes, pontuando as atividades de ensino, pesquisa e extensão que mais se destacaram durante o período de contratação. Para isto, selecionamos trabalhos científicos alinhados com os assuntos desta dissertação e que foram considerados relevantes de acordo a percepção da pesquisadora e do seu orientador para conhecer mais a temática, além de identificar bases, periódicos e autores que vêm estudando sobre a internacionalização e a avaliação docente. Ao tratar de pesquisas quantitativas descritivas, Marconi e Lakatos (2021b, p. 89) afirmam que um dos propósitos é avaliar programas e compreendem que:

Estudos de avaliação de programa: consistem em estudos quantitativo-descritivos relativos à procura dos efeitos e resultados de todo um programa ou método específico de atividades de serviços ou auxílio, que podem dizer respeito a grande variedade de objetivos sobre educação, saúde e outros. As hipóteses podem ou não estar explicitamente declaradas e com frequência derivam dos objetivos do programa ou método que está sendo avaliado e não da teoria. Empregam larga gama de procedimentos que podem aproximar-se do projeto experimental [...]

Quanto aos procedimentos técnicos, a pesquisa é documental, visto que empregamos a base de pesquisa Google e consultamos os sites oficiais da UFPB e da Capes à procura de documentos institucionais sobre internacionalização, avaliação, atuação docente e professores visitantes a fim de elaborar a fundamentação teórica, a análise e a discussão dos resultados da pesquisa.

De acordo com Gil (2019), os documentos são originados por várias fontes que se dividem em: PRIMÁRIAS, retratadas do mesmo modo que foram geradas pelos autores (como legislações, periódicos, documentos governamentais); SECUNDÁRIAS, baseadas em outros trabalhos, ou seja, representam documentos indiretos (como bancos de dados, livros, os catálogos de bibliotecas); e TERCIÁRIAS, formadas através de seleções ou compilações de fontes primárias e secundárias (como bibliografias, as guias de literatura e obras de indexação e os resumos).

O método da pesquisa teve abordagem quantitativa e qualitativa, também denominado de método misto, pois a avaliação do programa de professores visitantes tratou os dados coletados por meio da análise estatística descritiva simples do perfil dos docentes e dos

programas de pós-graduação, das atividades de internacionalização, então elaboramos tabelas com a frequência absoluta (a quantidade de resultados obtidos) e a frequência relativa (o resultado em percentual, dividindo a quantidade obtida pelo total da amostra).

A pesquisa de métodos mistos é “prática” no sentido de que o pesquisador está livre para usar todos os métodos possíveis para abordar um problema de pesquisa. É também “prática” porque os indivíduos tendem a resolver os problemas usando tanto números quanto palavras, combinam o pensamento indutivo e o dedutivo, e empregam as habilidades em observar as pessoas e também em registrar seu comportamento. É natural, então, que os indivíduos empreguem a pesquisa de métodos mistos como um modo preferido para entender o mundo (CRESWELL; PLANO CARK, 2013, p. 28).

Quanto à abordagem qualitativa, foi efetuada a análise de conteúdo dos documentos normativos sobre a educação superior, a internacionalização e a avaliação dos programas de pós-graduação, a importância da Capes e do programa Capes-PrInt, a atuação dos docentes e a contratação de professores visitantes pela UFPB, para embasar a pesquisa.

Em seguida, procuramos estudos acadêmico-científicos a respeito da internacionalização e da avaliação docente no intuito de levantar os instrumentos utilizados para mensuração das ações de internacionalização que poderiam ser empregados neste trabalho para a análise quantitativa.

Posteriormente, construímos categorias e variáveis de internacionalização dos currículos *lattes* detalhadas a seguir, através da classificação dos dados inseridos nos currículos dos professores visitantes estrangeiros. Logo, torna-se relevante identificar se o visitante estrangeiro realizou ações que apontam a internacionalização e comparar esses resultados com o que foi abordado na fundamentação teórica deste trabalho.

### 3.3 TÉCNICAS DE COLETA DE DADOS E ANÁLISE

Para a construção do referencial teórico buscamos nas bases de pesquisa Google Acadêmico, *Scientific Electronic Library Online* (SciELO), *Scientific Periodicals Electronic Library* (SPELL), Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD) pelos termos “internacionalização da educação superior”, “financiamento da educação superior”, “avaliação”, “docente”, “desempenho”, “universidade”, “pós-graduação”, “Capes”, “professor visitante”, para identificar as produções acadêmicas até o momento e selecionar artigos científicos, monografias, teses e dissertações que guardem maior semelhança com o presente estudo. Também foi utilizada a Minha Biblioteca do Sistema Integrado de Gestão de

Atividades Acadêmicas (SIGAA) para consultar livros relativos aos temas e ainda auxiliar na metodologia deste trabalho.

De acordo com Marconi e Lakatos (2021a, p. 121-122), as técnicas de pesquisas são o “[...] conjunto de preceitos ou processos de que se serve uma ciência; consistem também na habilidade para usar esses preceitos ou normas, na obtenção de seus propósitos. Correspondem, portanto, à parte prática de coleta de dados”. Os autores explicam que as técnicas de pesquisas se dividem em: DOCUMENTAÇÃO INDIRETA (pesquisa documental e bibliográfica) e DOCUMENTAÇÃO DIRETA (observação direta intensiva: observação e entrevista; e observação direta extensiva: questionário, formulário, medidas de opinião e de atitudes, testes, sociometria, análise de conteúdo, história de vida, pesquisa de mercado).

Para efetuar esse estudo utilizamos ambas as técnicas, tanto a documentação indireta através da pesquisa documental, como a documentação direta empregando a observação direta extensiva por meio da análise de conteúdo. Os autores Marconi e Lakatos (2021a, p. 121-122) citam que a análise de conteúdo é uma técnica que possibilita “[...] a descrição sistemática, objetiva e quantitativa do conteúdo de uma comunicação”.

De acordo com Richardson (2017), a análise de conteúdo aponta a um tratamento quantitativo, porém não afasta uma interpretação qualitativa e essa análise usa procedimentos com diferentes níveis de complexidade, sendo o mais simples o cálculo de frequências e porcentagens que possibilitam determinar a importância dos elementos analisados. Para Bardin (2006, apud ZAMBERLAN, 2019, p. 155-156), as etapas cronológicas de organização da análise de conteúdo envolvem a pré-análise (leitura flutuante, escolha de documentos, preparação do material); a exploração do material (codificação e classificação) e o tratamento dos resultados para inferência e interpretação.

Em síntese, apresentamos o quadro 12 com os objetivos específicos, os instrumentos de coleta e as fontes dos dados para possibilitar o alcance do objetivo geral e a solução do problema de pesquisa.

Quadro 12: Procedimentos para coleta e fontes de dados

OBJETIVOS ESPECÍFICOS	TÉCNICAS DE COLETA E ANÁLISE	FONTES DE DADOS
1º Analisar os documentos institucionais a respeito da internacionalização e do programa de contratação de professor visitante da UFPB	Análise Documental/ Conteúdo	Planos de Desenvolvimento Institucional (PDI) 2014-2018 e 2019-2023 da UFPB; Edital nº 41/2017 da Capes; Lei nº 8.745/1993; Resoluções emitidas pela UFPB acerca dos docentes e da internacionalização; Projeto Institucional de Internacionalização (PII) da UFPB; e Relatório de Professores Visitantes da CAAPG/PRPG.
2º Caracterizar o perfil pessoal e profissional dos visitantes contratados desde 2017 pela UFPB e verificar os programas de pós-graduação contemplados com esses professores	Análise Documental/ Conteúdo	Resposta da UFPB pela Plataforma Integrada de Ouvidoria e Acesso à Informação (Fala.BR); PDI 2019-2023 da UFPB; e site da PRPG.
3º Identificar atividades de internacionalização desenvolvidas pelos visitantes estrangeiros contratados pela UFPB inseridas em plataformas digitais	Análise Documental/ Conteúdo	Referencial Teórico; SIPAC; Currículos <i>Lattes</i> dos visitantes estrangeiros.
4º Elaborar um relatório diagnóstico sobre o programa de contratação de professor visitante e a internacionalização da UFPB	Análise Documental/ Conteúdo	Referencial Teórico; Relatório Anual de Execução do Projeto Institucional de Internacionalização (PII) da UFPB emitido em 2019 (versão 2).

Fonte: Elaborado pela autora (2022).

Inicialmente, para coleta de dados buscamos nos sítios eletrônicos: os Planos de Desenvolvimento Institucional (PDI) 2014-2018 e 2019-2023 da UFPB; o Edital nº 41/2017 da Capes; a Lei nº 8.745/1993; as Resoluções emitidas pela UFPB acerca dos docentes e da internacionalização; após o levantamento documental, procedemos com a leitura e a construção do referencial teórico e da análise dos resultados.

Como não foram localizados alguns dados do programa de forma pública e surgiram algumas dúvidas sobre os visitantes, efetuamos, no dia 29/04/2022, perguntas à UFPB através de questionário enviado pelo Sistema Eletrônico do Serviço de Informações ao Cidadão (e-SIC), mais especificamente na Plataforma Integrada de Ouvidoria e Acesso à Informação (Fala.BR) da Controladoria Geral da União (CGU) e foi obtida a resposta da universidade em 16/05/2022, de acordo com o protocolo nº 23546.029601/2022-56, que consta nos apêndices.

As perguntas trataram de modo geral sobre o perfil dos professores visitantes contratados pela UFPB, o quantitativo de Programas de Pós-Graduação em confronto com os Temas do Programa Capes-PrInt, os relatórios de atividades determinados na Resolução

CONSEPE nº 24/2019 da UFPB, a avaliação do Capes-PrInt e dos visitantes, e também quanto ao financiamento e ao impacto orçamentário para a contratação desses professores temporários.

Para coleta de dados dos visitantes estrangeiros, primeiramente procuramos os currículos na plataforma *lattes* do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), no site (<https://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/busca.do>), inserindo na Busca por Nome. A coleta foi efetuada nos dias 27 e 28/06/2022, e depois, no dia 06/10/2022, para verificar se algum currículo foi atualizado. Em segundo lugar, foram realizadas buscas no Sistema Integrado de Patrimônio, Administração e Contratos (SIPAC) da UFPB no modo público no site (<https://sipac.ufpb.br/public/jsp/portal.jsf>) para obter os relatórios de atividades dos professores visitantes estrangeiros, a coleta foi efetuada no período de 07 a 12/09/2022, no campo Consultas Processos e no campo Consultas Documentos, inserindo no Nome Interessado.

A princípio considerávamos que os relatórios de atividades seriam documentos mais completos e específicos do que os currículos *lattes* para identificar a internacionalização. No entanto, após coletarmos esses relatórios, verificamos que ao tentar tratá-los não havia possibilidade de eles serem comparados, dado que muitos relatórios não foram encontrados no SIPAC. Já outros localizados tinham poucas informações e eram bem sucintos, por fim só alguns tinham uma riqueza de detalhes compatível com o que esperávamos de um relatório de atividades, isto é, com informações sobre todas as atividades executadas a respeito do ensino, projetos de pesquisa e extensão, produção intelectual, atuação como orientadores, membros de bancas examinadoras e de participação em eventos.

No currículo *lattes* também consta um campo para colocar o *Open Researcher and Contributor ID* (ORCID), ID Aberto de Pesquisador e Contribuidor, que é um código digital único para identificar acadêmico/pesquisador. Apesar de o ORCID ser um identificador internacional, verificamos que as informações constantes nele são mais limitadas em comparação com o *lattes* que é mais analítico.

Posteriormente, com as respostas obtidas por meio do Fala.BR e as consultas aos currículos *lattes* efetuamos o tratamento dos dados, com a elaboração de planilhas no programa Calc do *software* LibreOffice, em seguida construímos quadros e tabelas. Especificamente para efetuarmos o relatório diagnóstico, após a busca e impressão dos currículos, foi criada uma planilha com o nome de cada visitante estrangeiro e a fim de preservar a identidade deles codificamos de P1 a P20 para apresentar neste estudo, com as

informações do *lattes* conforme 11 módulos, em que constam dados pessoais, profissionais e acadêmico-científicos, organizados da seguinte forma no quadro 13.

Quadro 13: Módulos do currículo *lattes*

<b>CÓDIGO</b>	<b>MÓDULOS DO CURRÍCULO <i>LATTES</i></b>
1	Dados Gerais
2	Formação
3	Atuação
4	Projetos
5	Produções
6	Inovação
7	Educação e Popularização de C & T
8	Eventos
9	Orientações
10	Bancas
11	Citações

Fonte: Elaborado pela autora (2022), com base no currículo *lattes*.

Nessa planilha, foram inseridas apenas as informações do *lattes* de 2017 a 2022 em virtude da delimitação temporal desta pesquisa, enquanto aquelas atividades que os visitantes tinham concluído em 2016 ou ano anterior não integraram a base para análise. No entanto, foram incluídas na planilha todas as formações acadêmicas independente do ano de conclusão e também se alguma atividade foi iniciada em 2016 e ainda consta como sendo realizada até o presente, por exemplo, no *lattes* tem Membro de corpo editorial de um periódico desde 2017 – Atual ou tem Revisor de projeto de fomento desde 2015 – Atual.

À luz da base teórica e dos currículos *lattes*, identificamos 8 categorias e estabelecemos 28 variáveis para mensurar possíveis ações de internacionalização praticadas pelos professores visitantes conforme o quadro 14. As variáveis foram determinadas da seguinte forma: 0 (zero) ocorreu apenas no Brasil, indica que não seria internacional; 1 (um) ocorreu no exterior, indica que seria internacional; e 2 (dois) o campo está sem informação, ou seja, não encontramos nenhum dado, no caso o professor até pode ter realizado algo, mas não inseriu no seu currículo.



Quadro 14: Categorias e variáveis de internacionalização do currículo *lattes*

CATEGORIAS E VARIÁVEIS DE INTERNACIONALIZAÇÃO				OPÇÃO 0	OPÇÃO 1	OPÇÃO 2
Nº CAT	NOME DA CATEGORIA	Nº VAR	VARIÁVEL	NÃO INTERNACIONAL	SIM INTERNACIONAL	SEM INFORMAÇÃO
1	FORMAÇÃO	1	FORMAÇÃO ACADÊMICA (GRADUAÇÃO)	BRASIL	EXTERIOR	
1		2	FORMAÇÃO ACADÊMICA (MESTRADO)	BRASIL	EXTERIOR	
1		3	FORMAÇÃO ACADÊMICA (DOUTORADO)	BRASIL	EXTERIOR	
1		4	FORMAÇÃO ACADÊMICA (PÓS-DOUTORADO)	BRASIL	EXTERIOR	
2	ATUAÇÃO	5	MEMBRO DE CORPO EDITORIAL	BRASIL	EXTERIOR	
2		6	MEMBRO DE COMITÊ DE ASSESSORAMENTO	BRASIL	EXTERIOR	
2		7	REVISOR DE PERIÓDICO	BRASIL	EXTERIOR	
2		8	REVISOR DE PROJETO DE FOMENTO	BRASIL	EXTERIOR	
3	PESQUISA	9	PROJETOS DE PESQUISA	BRASIL	EXTERIOR	
4	EXTENSÃO	10	PROJETOS DE EXTENSÃO	BRASIL	EXTERIOR	
5	PRODUÇÃO	11	PRODUÇÃO BIBLIOGRÁFICA (ARTIGOS)	BRASIL	EXTERIOR	
5		12	PRODUÇÃO BIBLIOGRÁFICA (LIVROS OU CAPÍTULOS)	BRASIL	EXTERIOR	
5		13	PRODUÇÃO BIBLIOGRÁFICA (TEXTOS, TRABALHOS, RESUMOS OU APRESENTAÇÕES)	BRASIL	EXTERIOR	
5		14	PRODUÇÃO TÉCNICA (ASSESSORIA, CURSOS, EDITORAÇÃO)	BRASIL	EXTERIOR	
5		15	PRODUÇÃO ARTÍSTICA / CULTURAL	BRASIL	EXTERIOR	
6	EVENTOS	16	EVENTOS (PARTICIPAÇÃO: CONVIDADO, PARTICIPANTE OU OUVINTE)	BRASIL	EXTERIOR	
6		17	EVENTOS (ORGANIZAÇÃO OU PALESTRANTE)	BRASIL	EXTERIOR	
7	ORIENTAÇÕES	18	ORIENTAÇÕES (GRADUAÇÃO)	BRASIL	EXTERIOR	
7		19	ORIENTAÇÕES (MESTRADO)	BRASIL	EXTERIOR	
7		20	ORIENTAÇÕES (DOUTORADO)	BRASIL	EXTERIOR	
7		21	ORIENTAÇÕES (PÓS-DOUTORADO)	BRASIL	EXTERIOR	
8	BANCAS	22	BANCAS (GRADUAÇÃO)	BRASIL	EXTERIOR	

8		23	BANCAS (MESTRADO)	BRASIL	EXTERIOR	
8		24	BANCAS (DOUTORADO)	BRASIL	EXTERIOR	
8		25	BANCAS (QUALIFICAÇÃO DE MESTRADO)	BRASIL	EXTERIOR	
8		26	BANCAS (QUALIFICAÇÃO DE DOUTORADO)	BRASIL	EXTERIOR	
8		27	BANCAS (CONCURSO PÚBLICO)	BRASIL	EXTERIOR	
8		28	BANCAS (AVALIAÇÃO DE CURSOS)	BRASIL	EXTERIOR	

Fonte: Elaborado pela autora (2022), com base no currículo *lattes*.

Esclarecemos que compilamos alguns indicadores de internacionalização que constam na literatura apresentada no referencial teórico desta pesquisa e verificamos aqueles que podiam ser identificados nos currículos *lattes* dos visitantes. Para a análise qualitativa, elaboramos tabelas a respeito das atividades desempenhadas pelos 20 visitantes estrangeiros na seguinte ordem: primeiro se não constava informação no *lattes*, depois se tinham dados sobre variáveis ocorridas no exterior e, por fim, ocorreram-se apenas ações no Brasil. Com a obtenção dos resultados, fizemos o resgate da fundamentação teórica. Após essa etapa, foi produzido um relatório do programa de contratação de professor visitante para avaliação sobre o que foi realizado e das lacunas encontradas sobretudo para registro da internacionalização.

## 4 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS

Neste capítulo apresentamos e analisamos os resultados da pesquisa a fim de alcançar o objetivo geral. Por conseguinte, organizamos as informações obtidas de acordo com os três objetivos específicos traçados na introdução deste trabalho. Para análise e discussão dos resultados elaboramos quadros e tabelas, em seguida escolhemos categorias avaliativas que tiveram maior destaque para relacionar com o referencial teórico e estudos anteriores.

### 4.1 ANÁLISE DOS DOCUMENTOS INSTITUCIONAIS DE INTERNACIONALIZAÇÃO E DE PROFESSORES VISITANTES

A respeito da internacionalização e do programa de contratação de professor visitante da UFPB localizamos alguns documentos institucionais e no **Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) 2014-2018 da UFPB** havia o propósito de elaborar resoluções sobre mobilidade, cotutela de tese e dupla titulação, existiam novas ações transversais de apoio à pesquisa e à pós-graduação e a consolidação de outras, além de citar a criação da Assessoria Internacional de Extensão pela Pró-Reitoria de Extensão e Assuntos Comunitários (PRAC).

No **PDI 2019-2023 da UFPB** identificamos o objetivo “PI.GAc.04: Consolidar e ampliar as ações de internacionalização.” estabelecendo indicadores e metas no intuito de aumentar a taxa de internacionalização da produção científica em revistas internacionais e em coautoria com pesquisadores de instituições internacionais, a média do fator de impacto das citações de pesquisadores da UFPB em artigos internacionais; aumentar o número de bolsas de mobilidade, de convênios com instituições estrangeiras e de parcerias de internacionalização nas atividades da extensão. Na parte relativa ao perfil do corpo docente, a UFPB mencionou o edital para contratar professores visitantes nacionais e estrangeiros, assim observamos que a universidade inseriu a internacionalização no seu planejamento e já implantou ações para realizá-la que serão detalhadas posteriormente.

No **Edital nº 41/2017 da Capes** a intenção era selecionar Projetos Institucionais de Internacionalização (PIIs) de IESs ou de Institutos de Pesquisa, verificamos que os objetivos do programa consistiam em elaborar planos estratégicos de internacionalização pelas instituições, incentivar a formação de redes de pesquisas internacionais, viabilizar a mobilidade de docentes e discentes entre os países e transformar as IESs em internacionais. Para isso, a Capes oferecia recursos para financiamento de missões, projetos de pesquisa e bolsas, em contrapartida as IESs se propunham a inserir temas internacionais nas aulas de

pós-graduação; divulgar materiais da instituição em outras línguas, treinar e capacitar servidores e técnicos para a internacionalização.

Com relação aos professores visitantes, analisamos a **Lei nº 8.745/1993** sobre a contratação temporária por excepcional interesse público, que disciplina os objetivos, os requisitos de titulação e competência profissional e também os prazos determinados para a contratação de visitantes nacionais e estrangeiros.

Quanto aos **documentos normativos redigidos pela UFPB** a respeito dos docentes e da internacionalização localizamos: a Resolução CONSUNI nº 06/2018 que regulamentou a política de internacionalização e apresentamos os indicadores estipulados para constar nos relatórios institucionais; a Resolução CONSUNI nº 44/2018 que criou a Agência UFPB de Cooperação Internacional (ACI-UFPB), para fomentar a contínua internacionalização das atividades efetuadas na UFPB nas áreas acadêmica, científica, cultural, de inovação e gestão universitária; a Resolução CONSEPE nº 52/2018 que estabeleceu critérios dos encargos ao pessoal da carreira do magistério superior e regulamentou o Plano Individual Docente (PID) e o Relatório Individual Docente (RID); as Resoluções CONSEPE nº 61/1995, nº 35/2014 e nº 24/2019 que apresenta as regras para seleção dos professores visitantes pela UFPB, como os itens avaliativos do currículo e do plano individual e também apresenta os procedimentos de contratação, renovação e rescisão contratual.

Também encontramos o **Projeto Institucional de Internacionalização (PII) da UFPB** divulgado em 2018 no documento comprovante de inscrição da UFPB no Capes-PrInt que objetivava consolidar e expandir a internacionalização dos PPGS da universidade, com grupos selecionados em três temas; além do **Regimento Interno do Grupo Gestor do programa Capes-PrInt UFPB** aprovado através da Resolução nº 001/2019 emitida pela Pró-Reitoria de Pós-Graduação (PRPG) para vincular as ações do PRINT e do Plano Institucional de Internacionalização, tratar de normas do projeto, da seleção dos beneficiários de financiamento, da divulgação das oportunidades de financiamento, gerenciar e operacionalizar esse PII, entre outras competências do grupo gestor; a Resolução CONSEPE nº 25/2019 alterada pela Resolução nº 36/2019 que trata da cotutela e correspondente dupla titulação para desenvolver tese ou dissertação com dois orientadores (um interno, da UFPB e outro externo, de uma IES de outro país), para cursos congêneres de pós-graduação das duas instituições e desta maneira o aluno vai obter um diploma reconhecido em ambas as IESs, realizando a cooperação internacional.

Localizamos ainda o **relatório de professores visitantes** que foi elaborado pela Coordenação de Acompanhamento e Avaliação dos Programas e Cursos de Pós-Graduação

(CAAPG) da Pró-Reitoria de Pós-Graduação (PRPG) referente ao período de 2018 e 2019, a respeito das características sociais do docente (nacionalidade, gênero, idade, experiência anterior), atuação acadêmica (disciplinas ministradas, publicações, projetos de pesquisa e extensão e etc.) e as percepções dos visitantes relativas as condições de trabalho e a gestão dos Programas de Pós-Graduação.

Após **questionamento feito ao E-SIC** que consta nos apêndices desta pesquisa, a PRPG afirmou que o citado relatório se baseou em ampla pesquisa efetuada com os professores visitantes contratados em 2018, foi aplicado através de questionário do Google *Forms* de 28/02 a 20/03/2020. Além disso, indagamos sobre a existência de relatório semelhante para o período de 2020, 2021 e 2022, mas a PRPG citou que não houve lançamentos de novos editais pela UFPB e por isso não efetuou outros relatórios. Quanto à pergunta sobre se existe um instrumento de avaliação do trabalho dos visitantes, a PRPG respondeu que não tem um instrumento oficial e sistemático de avaliação destes docentes e esse relatório consistiu em iniciativa decorrente de pesquisa própria da PRPG. Logo, o relatório de professores visitantes da CAAPG/PRPG aponta que:

Os reais impactos deste programa institucional para melhoria da pós-graduação na UFPB serão sentidos a partir da Avaliação Quadrienal da Capes que será concluída e divulgada em 2021. Entretanto, já se sente em termos de escala, impactos de curto prazo, alguns não computados por este relatório, tais como, melhoria da qualidade nas aulas de graduação e pós-graduação, facilidade de inserção de alunos brasileiros para intercâmbio em instituições estrangeiras, aumento do número de cotutelas e dupla titulação, vinda de pesquisadores estrangeiros a UFPB com mais frequência, além de ampliação das parcerias regionais, nacionais e internacionais (UFPB, 2020, p. 25).

Posto isto, identificamos a importância desse relatório da CAAPG/PRPG na busca de uma avaliação dos visitantes, apresentando o perfil e a atuação acadêmica desses professores. No entanto, o relatório apesar de ser relevante e bastante esclarecedor, pode ser aprimorado, pois ainda não está institucionalizado e não ocorre de forma obrigatória e contínua. Então, sugerimos a confecção de modelos de formulários para avaliar esses visitantes comparando os objetivos da contratação, o plano de trabalho e as metas alcançadas. Por fim, indicamos a criação de normativos para inserir os modelos como uma ferramenta do processo avaliativo da UFPB.

De acordo com as medidas de internacionalização citadas por Marrara e Rodrigues (2009) verificamos que nos PDIs 2014-2018 e 2019-2023 da UFPB consta o referido objetivo PI.GAc.04, logo a universidade já vem planejando e executando algumas das medidas comuns, especialmente ao firmar convênios internacionais, criar a agência de

internacionalização, publicar informações nos sites da UFPB em língua estrangeira e adequar o corpo docente com a contratação de professores visitantes com renomada experiência.

Portanto, entendemos que o processo de internacionalização da UFPB está na fase 4 Operacionalização do ciclo de Knight (1994) que trata da implementação de atividades e serviços acadêmicos, fatores organizacionais e uso de princípios orientadores; pois, houve um planejamento prévio das ações que atualmente estão sendo implementadas pela universidade, para poder mensurar o cumprimento dos indicadores e assim avaliar os impactos gerados com esse processo.

#### 4.2 ANÁLISE DO PERFIL DOS PROFESSORES VISITANTES DA UFPB

Para caracterização do perfil pessoal e profissional dos visitantes contratados desde 2017 pela UFPB, utilizamos as informações encaminhadas pela Divisão de Seleção e Provisão (DSP) da Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas (PROGEP) por meio do E-SIC em maio de 2022. A DSP divulgou os editais publicados dos processos seletivos simplificados de professores visitantes, também informou o nome, a categoria em que foi contratado, o sexo, a nacionalidade, o país, o centro, o departamento, a jornada de trabalho e as vigências inicial e final dos contratos, sendo os docentes ordenados pela data de vigência final.

Elaboramos a tabela 1 a respeito dos editais de abertura dos processos seletivos simplificados de visitantes, com o número, a data de publicação no Diário Oficial da União (DOU) e a quantidade de vagas. Como existiam dois professores contratados na UFPB em 2017 de acordo com os editais de 2016 e 2017, acrescentamos tais informações na tabela.

Tabela 1: Editais de processo seletivo simplificado de professores visitantes

EDITAL DE ABERTURA Nº	DOU Nº	DATA DA PUBLICAÇÃO	TOTAL DE VAGAS
89	172	06/09/2016	1
89	163	24/08/2017	1
48 (LEIA-SE EDITAL Nº 49)	90	11/05/2018	88
58	119	24/06/2019	3
79	153	09/08/2019	49
119	229	27/11/2019	1
<b>TOTAL DE VAGAS</b>			<b>143</b>

Fonte: Elaborada pela autora (2022), com base no e-SIC da UFPB.

Foram ofertadas 143 vagas para contratação de professores visitantes pela UFPB nas mais diversas áreas, conforme tabela 1. Esclarecemos a respeito desses docentes que a

Resolução CONSEPE nº 61/1995 foi revogada pela Resolução CONSEPE nº 24/2019, assinada em 17 de julho de 2019. À vista disso, os editais dos processos seletivos de visitantes nº 89/2016, 89/2017, 49/2018 e 58/2019 foram regidos pela Resolução CONSEPE nº 61/1995 com quatro categorias sendo A, B1, B2, B3 e B4. Já os editais nº 79/2019 e nº 119/2019 passaram a ser regidos pela Resolução CONSEPE nº 24/2019 para contratar visitantes nas três categorias Sênior, Pleno e Júnior.

Na tabela 2 demonstramos o número de professores contratados por ano entre 2017 a 2022 pela UFPB.

Tabela 2: Professores visitantes contratados por ano

ANO	QTD.	%
2017	2	1,94%
2018	47	45,63%
2019	26	25,24%
2020	21	20,39%
2021	6	5,83%
2022	1	0,97%
<b>TOTAL</b>	<b>103</b>	<b>100,00%</b>

Fonte: Elaborada pela autora (2022), com base no e-SIC da UFPB.

De acordo com a tabela 2 identificamos por ordem decrescente a quantidade de visitantes contratados, sendo 47 (45,63%) em 2018, 26 (25,24%) em 2019, 21 (20,39%) em 2020, 6 (5,83%) em 2021, 2 (1,94%) em 2017 e 1 (0,97%) em 2022. Logo, os processos seletivos foram homologados e a universidade procedeu com a contratação dos aprovados principalmente no ano de 2018.

Comparando as vagas ofertadas e os professores contratados, das 143 vagas de 2017 a 2022, foram preenchidas 103, resultando em 72,03%, sobrando 40 vagas em virtude de algumas razões, por exemplo: não houve inscritos ou aprovados, outros candidatos que não cumpriram no ato da contratação os requisitos exigidos pelo edital ou que ainda não foram convocados para assinatura do contrato. Apontamos também, que uma vaga pode ter sido preenchida por mais de um professor, citando o caso em que um professor pede rescisão e a partir de então é contratado um novo professor para assumir esse lugar.

Lembrando que devido ao estado de calamidade pública provocado pela pandemia de COVID-19, a contagem dos prazos de validade dos concursos públicos foi inicialmente suspensa no período de 20/03/2020 a 31/12/2020 segundo o Decreto Legislativo nº 6 publicado na edição extra do DOU de 20/03/2020, p. 1, seção 1 e a Lei Complementar nº 173

publicada no DOU nº 101 de 28/05/2020, p. 4-6, seção 1. Contudo, o prazo de suspensão foi ampliado por mais um ano, até 31/12/2021, conforme alteração promovida pela Lei nº 14.314 publicado no DOU nº 58 de 25/03/2022, p. 5, seção 1. Assim, possibilitando a UFPB um prazo maior para o preenchimento das vagas remanescentes.

Observamos também que no período de Junho/2020 a Outubro/2020, não teve a emissão de nenhum contrato pela universidade, apontamos que isto ocorreu em virtude do *lockdown*, ou seja, das medidas de isolamento social para diminuir a propagação da COVID-19. Neste ano de 2020 as viagens foram suspensas e as fronteiras fechadas impedindo a mobilidade, as instituições estavam sofrendo adaptações, as pessoas passaram a trabalhar e estudar em casa, inclusive a UFPB.

Na tabela 3 mostramos o número de professores contratados por categoria entre 2017 a 2022.

Tabela 3: Professores visitantes contratados por categoria

CATEGORIA	RESOLUÇÃO	QTD.	%
A	61/1995	31	30,10%
B 4	61/1995	7	6,80%
B 3	61/1995	4	3,88%
B 2	61/1995	10	9,71%
B1	61/1995	10	9,71%
SÊNIOR	24/2019	18	17,48%
PLENO	24/2019	10	9,71%
JÚNIOR	24/2019	13	12,62%
<b>TOTAL</b>		<b>103</b>	<b>100,00%</b>

Fonte: Elaborada pela autora (2022), com base no e-SIC da UFPB.

De acordo com a Resolução CONSEPE nº 61/1995 foi contratada a seguinte quantidade de professores visitantes em ordem decrescente, 31 (30,10%) visitantes na categoria A, 10 (9,71%) visitantes nas categorias B2 e B 1, 7 (6,80%) visitantes na categoria B4 e 4 (3,88%) visitantes na categoria B3. Enquanto segundo a Resolução CONSEPE nº 24/2019 foram contratados 18 (17,48%) visitantes na categoria Sênior, 13 (12,62%) visitantes na categoria Júnior e 10 (9,71%) visitantes na categoria Pleno. Em resumo, a maior quantidade de contratações ocorreu na categoria A e na categoria sênior, salientamos que ambas possuem o mesmo tempo de experiência, no mínimo 10 anos contados a partir da data da titulação de Doutor ou Livre Docente; e a mesma remuneração, sendo essa a maior possível equivalente ao professor titular do magistério superior. Portanto, são professores com



alto nível de qualificação e espera-se que haja muita transferência de conhecimento deles para desenvolver os alunos e professores da UFPB.

Na tabela 4 mostramos o número de professores contratados classificados por sexo e por nacionalidade.

Tabela 4: Professores visitantes contratados por sexo e nacionalidade

SEXO	QTD. TOTAL	%	BRASILEIRO	%	ESTRANGEIRO	%
FEMININO	43	41,75%	37	48,05%	6	23,08%
MASCULINO	60	58,25%	40	51,95%	20	76,92%
<b>TOTAL</b>	<b>103</b>	<b>100,00%</b>	<b>77</b>	<b>100,00%</b>	<b>26</b>	<b>100,00%</b>

Fonte: Elaborada pela autora (2022), com base no e-SIC da UFPB.

Observamos na tabela 4 acima que de acordo com o sexo foram contratados 43 (41,75%) mulheres e 60 (58,25%) homens. Conforme a nacionalidade, foram contratados 77 (74,76%) brasileiros e 26 (25,24%) estrangeiros. Portanto, a maioria dos professores são homens brasileiros. Especificamente sobre os estrangeiros, amostra final desta pesquisa, 20 (76,92%) são do sexo masculino e apenas 6 (23,08%) são do sexo feminino.

Destacamos no Projeto Institucional de Internacionalização (PII) da UFPB, que a chamada pública deveria ser predominantemente para contratar 90% de visitantes estrangeiros. Já nos editais de processo seletivo somente alguns programas de pós-graduação determinavam que um dos requisitos para participar da seleção era o candidato ser estrangeiro ou em maior quantidade dos editais o requisito era ter formação no exterior. Diferentemente do planejado no PII, a maioria dos professores visitantes contratados não foram estrangeiros, isto é, inicialmente seriam 90%, mas de fato foram apenas 25,24%.

Logo, infere-se que os editais foram mais atrativos para professores nascidos no Brasil. Observa-se que talvez os processos seletivos poderiam ter sido mais divulgados em outras línguas e em vários países como medidas de internacionalização, segundo citam Marrara e Rodrigues (2009), a fim de incentivar a atração de docentes do exterior e ainda o alcance do objetivo do Programa Capes-PrInt em promover a mobilidade desses docentes para o Brasil.

Neste estudo, como a amostra foi delimitada aos professores estrangeiros para identificar a atividades desenvolvidas para a internacionalização da UFPB, apresentamos na tabela 5 a quantidade de visitantes e os seus respectivos países, continentes e idiomas próprios desses lugares.

Tabela 5: Países dos professores visitantes estrangeiros contratados pela UFPB

PAÍSES	QTD.	%	CONTINENTES	IDIOMAS
Espanha	7	26,92%	Europa	Espanhol
Portugal	5	19,23%	Europa	Português
Itália	3	11,54%	Europa	Italiano
México	2	7,69%	América	Espanhol
Argentina	1	3,85%	América	Espanhol
Bélgica	1	3,85%	Europa	Francês, Alemão e Neerlandês
Colômbia	1	3,85%	América	Espanhol
Cuba	1	3,85%	América	Espanhol
França	1	3,85%	Europa	Francês
Índia	1	3,85%	Ásia	Hindi e Inglês
Peru	1	3,85%	América	Espanhol, Quíchua e Aymarà
Polônia	1	3,85%	Europa	Polonês
Ucrânia	1	3,85%	Europa	Ucraniano
<b>VISITANTES ESTRANGEIROS</b>	<b>26</b>	<b>100,00%</b>		

Fonte: Elaborada pela autora (2022), com base no e-SIC da UFPB.

A tabela acima demonstra que foram contratados 26 visitantes estrangeiros nascidos em 13 países, sendo: 7 da Espanha, a maior quantidade; seguido de 5 de Portugal; 3 da Itália; 2 do México; e apenas 1 visitante da Argentina, Bélgica, Colômbia, Cuba, França, Índia, Peru, Polônia e Ucrânia. Os países desses professores são de 3 continentes, sendo: 19 da Europa; 6 da América; e 1 da Ásia; observamos que não tem nenhum professor da África e da Oceania. Já com relação aos idiomas próprios, o espanhol é o que prevalece em 6 desses 13 países.

A respeito dos parceiros estrangeiros determinados no Edital nº 41/2017 Capes-PrInt as IESs deveriam considerar que ao menos 70% dos recursos fossem enviados para alguns países, entre eles incluem em comum com o local de nascimento dos visitantes contratados: Espanha, Itália, México, Argentina, Bélgica, França e Índia. Assim, compreendemos que os professores efetivos da UFPB são incentivados a constituírem redes de relacionamentos internacionais com a comunidade desses países que a Capes possui cooperação efetiva, já que existe financiamento do Capes-PrInt para missões, projetos de pesquisa e bolsas. Outro fato é a divulgação dos editais de contratação na plataforma EURAXESS, indicando que a maior parte dos visitantes vieram do continente europeu em virtude do conhecimento dos processos seletivos por meio desse canal.

#### 4.3 ANÁLISE DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU* DA UFPB

De acordo com o PDI 2019-2023, a UFPB oferta 110 cursos de pós-graduação *stricto sensu*, distribuídos em 72 mestrados (60 acadêmicos e 12 profissionais) e 38 doutorados, importando em 78 Programas de Pós-Graduação (PPGs). Já segundo o site da PRPG atualizado em 19/09/2022, a UFPB oferta 113 cursos de pós-graduação *stricto sensu*, distribuídos em 73 mestrados (60 acadêmicos e 13 profissionais) e 40 doutorados (39 acadêmicos e 1 profissional), importando em 78 PPGS.

Quanto à atribuição de notas pela Capes, os PPGS com conceitos 6 e 7 possuem padrão de atuação internacional. De acordo com informações no site da PRPG modificado em 25/08/2020 constava com nota 6: o Programa de Pós-Graduação em Linguística (PROLING) e o Programa de Pós-Graduação em Produtos Naturais e Sintéticos Bioativos (PPGPN). Após a atualização do site em 19/09/2022, além desses dois PPGS que continuaram com esse conceito, também passou a ter nota 6: o Programa de Pós-Graduação em Biotecnologia (RENORBIO) e o Programa de Pós-Graduação em Modelos de Decisão e Saúde (PPGMDS). Sendo assim, atualmente quatro dos 78 PPGs da UFPB possuem a nota 6, sendo este o maior conceito obtido pela universidade.

Na tabela 6 mostramos a comparação do quantitativo dos 78 Programas de Pós-Graduação contidos no PDI 2019-2023 e no site da PRPG.

Tabela 6: Centros de ensino e quantidade de programas de pós-graduação da UFPB

CAMPUS / CIDADE		CENTROS DE ENSINO		PPGS	
				PDI 2019-2023	Site PRPG 2022
<b>I</b>	<b>João Pessoa</b>	<b>Total do Campus I</b>		<b>69</b>	<b>69</b>
		1	CCSA - Centro de Ciências Sociais Aplicadas	7	6
		2	CE - Centro de Educação	4	4
		3	CCJ - Centro de Ciências Jurídicas	1	1
		4	CCHLA - Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes	14	15
		5	CT - Centro de Tecnologia	7	7
		6	CBIOTEC - Centro de Biotecnologia	3	3
		7	CCS - Centro de Ciências da Saúde	11	11
		8	CCM - Centro de Ciências Médicas	1	1
		9	CI - Centro de Informática	3	3
		10	CCTA - Centro de Comunicação, Turismo e Artes	4	4
		11	CEAR - Centro de Ciências Alternativas e Renováveis	2	2
		12	CCEN - Centro de Ciências Exatas e da Natureza	12	12
		13	CTDR - Centro de Tecnologia e Desenvolvimento Regional	0	0
<b>II</b>	<b>Areia</b>	<b>14</b>	<b>CCA - Centro de Ciências Agrárias</b>	<b>5</b>	<b>5</b>
<b>III</b>	<b>Bananeiras</b>	<b>15</b>	<b>CCHSA - Centro de Ciências Humanas, Sociais e Agrárias</b>	<b>2</b>	<b>2</b>

<b>IV</b>	<b>Rio Tinto e Mamanguape</b>	<b>16</b>	<b>CCAIE - Centro de Ciências Aplicadas e Educação</b>	<b>2</b>	<b>2</b>
<b>TOTAL</b>				<b>78</b>	<b>78</b>

Fonte: Elaborada pela autora (2022), com base no PDI 2019-2023 e site PRPG da UFPB.

Logo, observamos divergências entre o PDI e o site da PRPG, visto que alguns cursos foram extintos, descredenciados, ou ocorreu a fusão de programas no período de 2018 a 2022. O Centro de Ciências Sociais Aplicadas (CCSA) antes tinha 7 PPGS e agora tem 6, o Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes (CCHLA) antes tinha 14 PPGS e agora tem 15. Mas ao final de 2022, a UFPB continua tendo 78 PPGS.

Na tabela 7 apresentamos o número de professores visitantes contratados por centro de ensino e o respectivo campus da UFPB.

Tabela 7: Professores visitantes contratados por centro de ensino

CENTRO DE ENSINO		CAMPUS	QTD. VISIT. POR CENTRO	
1	CCHLA - Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes	I (João Pessoa)	24	23,30%
2	CCEN - Centro de Ciências Exatas e da Natureza	I (João Pessoa)	18	17,48%
3	CCS - Centro de Ciências da Saúde	I (João Pessoa)	13	12,62%
4	CT - Centro de Tecnologia	I (João Pessoa)	10	9,71%
5	CCA - Centro de Ciências Agrárias	II (Areia)	10	9,71%
6	CCTA - Centro de Comunicação, Turismo e Artes	I (João Pessoa)	8	7,77%
7	CCSA - Centro de Ciências Sociais Aplicadas	I (João Pessoa)	7	6,80%
8	CE - Centro de Educação	I (João Pessoa)	3	2,91%
9	CCJ - Centro de Ciências Jurídicas	I (João Pessoa)	3	2,91%
10	CBIOTEC - Centro de Biotecnologia	I (João Pessoa)	3	2,91%
11	CI - Centro de Informática	I (João Pessoa)	2	1,94%
12	CCHSA - Centro de Ciências Humanas, Sociais e Agrárias	III (Bananeiras)	1	0,97%
13	CCAIE - Centro de Ciências Aplicadas e Educação	IV (Rio Tinto e Mamanguape)	1	0,97%
14	CCM - Centro de Ciências Médicas	I (João Pessoa)	0	0,00%
15	CEAR - Centro de Ciências Alternativas e Renováveis	I (João Pessoa)	0	0,00%
<b>TOTAL</b>			<b>103</b>	<b>100,00%</b>

Fonte: Elaborada pela autora (2022), com base no e-SIC da UFPB.

Em resumo, listamos os 15 centros da UFPB que possuem PPGS conforme a quantidade decrescente de professores visitantes contratados pela instituição na tabela 7. O Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes (CCHLA) foi o que mais contratou, num total de 24 visitantes, enquanto o Centro de Ciências Médicas (CCM) e o Centro de Ciências Alternativas e Renováveis (CEAR) não contrataram nenhum visitante. Destacamos que o Centro de Tecnologia e Desenvolvimento Regional (CTDR) não tem nenhum PPG, portanto não incluímos na tabela acima.

Para a avaliação da Capes, cada programa de pós-graduação está vinculado a um colégio e a sua respectiva área e na tabela 8 apresentamos o número de professores visitantes contratados por grande área de avaliação da Capes.

Tabela 8: Professores visitantes contratados por grande área de avaliação da Capes

ORDEM	GRANDE ÁREA DE CONHECIMENTO DA CAPES	QTD. VISIT. POR ÁREA	
1º	70000000	CIÊNCIAS HUMANAS	17
2º	60000007	CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS	16
3º	80000002	LINGUÍSTICA, LETRAS E ARTES	16
4º	40000001	CIÊNCIAS DA SAÚDE	13
5º	50000004	CIÊNCIAS AGRÁRIAS	10
6º	90000005	MULTIDISCIPLINAR	10
7º	10000003	CIÊNCIAS EXATAS E DA TERRA	9
8º	20000006	CIÊNCIAS BIOLÓGICAS	7
9º	30000009	ENGENHARIAS	5
<b>TOTAL</b>			<b>103</b>
			<b>100,00%</b>

Fonte: Elaborada pela autora (2022), com base no e-SIC da UFPB e site PRPG da UFPB.

Sinteticamente, listamos as nove grandes áreas de conhecimento da Capes conforme a quantidade decrescente de professores visitantes contratados pela instituição na tabela 8, demonstrando que as três áreas que mais contrataram foram: 1º) ciências humanas, 2º) ciências sociais aplicadas e 3º) linguística, letras e artes, enquanto a que menos contratou foi a grande área de engenharias, logo essa área poderia ser priorizada caso seja possível contratar mais professores. Quanto à classificação pelos colégios da Capes, a maior quantidade contratada foi no colégio humanidades com 49 visitantes, depois no colégio ciências da vida com 30 visitantes e a menor parte foi no colégio ciências exatas, tecnológicas e multidisciplinar com 24 visitantes.

Para verificar os programas de pós-graduação contemplados com visitantes baseamos nas informações disponibilizadas pelo e-SIC, além de buscas no site da Pró-Reitoria de Pós-Graduação (PRPG) e no PDI 2019-2023 da UFPB. Logo, elaboramos a tabela 9 com o centro, o PPG, as respectivas grandes áreas e o quantitativo de visitantes contratados por ordem decrescente.

Tabela 9: Centro de ensino, PPG, grande área da Capes e quantidade de visitantes contratados

CENTRO	PROGRAMA	GRANDE ÁREA DA CAPES	Q T D
CCHLA	PROLING - PPG EM LINGUÍSTICA	LINGUÍSTICA, LETRAS E ARTES	7
CCEN	PPGMAT - PPG EM MATEMÁTICA	CIÊNCIAS EXATAS E DA TERRA	5
CCHLA	PPGNEC - PPG EM NEUROCIÊNCIA COGNITIVA E COMPORTAMENTO	CIÊNCIAS HUMANAS	4
CCS	PPGO - PPG EM ODONTOLOGIA	CIÊNCIAS DA SAÚDE	4

CCTA	PPGM - PPG EM MÚSICA	LINGUÍSTICA, LETRAS E ARTES	4
CCEN	PPGCB - PPG EM CIÊNCIAS BIOLÓGICAS	CIÊNCIAS BIOLÓGICAS	4
CE	PPGE - PPG EM EDUCAÇÃO	CIÊNCIAS HUMANAS	3
CCJ	PPGCJ - PPG EM CIÊNCIAS JURÍDICAS	CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS	3
CCHLA	PPGPS - PPG EM PSICOLOGIA SOCIAL	CIÊNCIAS HUMANAS	3
CT	PPGAU - PPG EM ARQUITETURA E URBANISMO	CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS	3
CCS	PPGN - PPG EM PRODUTOS NATURAIS E SINTÉTICOS BIOATIVOS	CIÊNCIAS DA SAÚDE	3
CCA	PPGA - PPG EM AGRONOMIA	CIÊNCIAS AGRÁRIAS	3
CCA	PPGZOO - PPG EM ZOOTECNIA	CIÊNCIAS AGRÁRIAS	3
CCSA	PPGCI - PPG EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO	CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS	2
CCSA	PPGE - PPG EM ECONOMIA	CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS	2
CCSA	PPESP - PPG EM ECONOMIA DO SETOR PÚBLICO	CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS	2
CCHLA	PPGL - PPG EM LETRAS	LINGUÍSTICA, LETRAS E ARTES	2
CCHLA	PPGSS - PPG EM SERVIÇO SOCIAL	CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS	2
CCHLA	CPRI - PPG EM CIÊNCIA POLÍTICA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS	CIÊNCIAS HUMANAS	2
CT	PPGECAM - PPG EM ENGENHARIA CIVIL E AMBIENTAL	ENGENHARIAS	2
CT	PPCEM - PPG EM CIÊNCIA E ENGENHARIA DE MATERIAIS	MULTIDISCIPLINAR	2
CCS	PPGENF - PPG EM ENFERMAGEM	CIÊNCIAS DA SAÚDE	2
CCTA	PPGAV - PROGRAMA ASSOCIADO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ARTES VISUAIS	LINGUÍSTICA, LETRAS E ARTES	2
CCEN	PPGF - PPG EM FÍSICA	CIÊNCIAS EXATAS E DA TERRA	2
CCEN	PRODEMA - MEST - PPG EM DESENVOLVIMENTO E MEIO AMBIENTE	MULTIDISCIPLINAR	2
CCEN	PPGG - PPG EM GEOGRAFIA	CIÊNCIAS HUMANAS	2
CCEN	PPGMDS - PPG EM MODELOS DE DECISÃO E SAÚDE	MULTIDISCIPLINAR	2
CCA	PPGCS - PPG EM CIÊNCIA DO SOLO	CIÊNCIAS AGRÁRIAS	2
CCSA	PPGPCI - PPG EM GESTÃO PÚBLICA E COOPERAÇÃO INTERNACIONAL	CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS	1
CCHLA	PPGS - PPG EM SOCIOLOGIA	CIÊNCIAS HUMANAS	1
CCHLA	PPGH - PPG EM HISTÓRIA	CIÊNCIAS HUMANAS	1
CCHLA	PPGDH - PPG EM DIREITOS HUMANOS, CIDADANIA E POLÍTICAS PÚBLICAS	MULTIDISCIPLINAR	1
CCHLA	PPGA - PPG EM ANTROPOLOGIA	CIÊNCIAS HUMANAS	1
CT	PPGEP - PPG EM ENGENHARIA DE PRODUÇÃO	ENGENHARIAS	1
CT	PPGEM - PPG EM ENGENHARIA MECÂNICA	ENGENHARIAS	1
CT	PPGEQ - PPG EM ENGENHARIA QUÍMICA	ENGENHARIAS	1
CBIOTEC	RENORBIO - PPG EM BIOTECNOLOGIA (RENORBIO)	MULTIDISCIPLINAR	1
CBIOTEC	PGBIOTECM - PPG EM BIOTECNOLOGIA	MULTIDISCIPLINAR	1
CBIOTEC	PMPGCF - PROGRAMA MULTICÊNTRICO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS FISIOLÓGICAS	CIÊNCIAS BIOLÓGICAS	1
CCS	PMPG - PROGRAMA DE MESTRADO PROFISSIONAL EM GERONTOLOGIA	CIÊNCIAS DA SAÚDE	1
CCS	PAPGEF - PROGRAMA ASSOCIADO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO FÍSICA	CIÊNCIAS DA SAÚDE	1
CCS	PPGFIS - PPG EM FISIOTERAPIA	CIÊNCIAS DA SAÚDE	1
CCS	PPGFON - PROGRAMA ASSOCIADO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM FONOAUDIOLOGIA	CIÊNCIAS DA SAÚDE	1
CI	PPGI - PPG EM INFORMÁTICA	CIÊNCIAS EXATAS E DA TERRA	1
CI	PPGMMC - PPG EM MODELAGEM MATEMÁTICA E COMPUTACIONAL	MULTIDISCIPLINAR	1
CCTA	PROFARTES - PROGRAMA DE MESTRADO PROFISSIONAL EM ARTES EM REDE NACIONAL	LINGUÍSTICA, LETRAS E ARTES	1
CCTA	PPJ - PPG EM JORNALISMO	CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS	1
CCEN	PAPGM - PROGRAMA ASSOCIADO DE PÓS-	CIÊNCIAS EXATAS E DA TERRA	1

	GRADUAÇÃO EM MATEMÁTICA		
CCA	PPGBIO - PPG EM BIODIVERSIDADE	CIÊNCIAS BIOLÓGICAS	1
CCA	PPGCAN - PPG EM CIÊNCIA ANIMAL	CIÊNCIAS AGRÁRIAS	1
CCHSA	PPGCAG - PPG EM CIÊNCIAS AGRÁRIAS (AGROECOLOGIA)	CIÊNCIAS AGRÁRIAS	1
CCA	PPGEMA - PPG EM ECOLOGIA E MONITORAMENTO AMBIENTAL	CIÊNCIAS BIOLÓGICAS	1
CCSA	PPGA - PPG EM ADMINISTRAÇÃO	CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS	0
CCSA	PPGCC - PPG EM CIÊNCIAS CONTÁBEIS	CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS	0
CE	MPGOA - PPG EM GESTÃO EM ORGANIZAÇÕES APRENDENTES	CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS	0
CE	PPGCR - PPG EM CIÊNCIAS DAS RELIGIÕES	CIÊNCIAS HUMANAS	0
CE	PPGAES - PPG EM POLÍTICAS PÚBLICAS, GESTÃO E AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR	CIÊNCIAS HUMANAS	0
CCHLA	PPGF - PPG EM FILOSOFIA	CIÊNCIAS HUMANAS	0
CCHLA	PIPGF - PROGRAMA INTEGRADO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM FILOSOFIA	CIÊNCIAS HUMANAS	0
CCHLA	PPGC - PPG EM COMUNICAÇÃO	CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS	0
CCHLA	MPLA - PPG EM LINGUÍSTICA E ENSINO	LINGUÍSTICA, LETRAS E ARTES	0
CCHLA	PROFHISTORIA - PROGRAMA DE MESTRADO PROFISSIONAL EM ENSINO DE HISTÓRIA	CIÊNCIAS HUMANAS	0
CT	PPGCTA - PPG EM CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE ALIMENTOS	CIÊNCIAS AGRÁRIAS	0
CCS	PPGCN - PPG EM CIÊNCIAS DA NUTRIÇÃO	CIÊNCIAS DA SAÚDE	0
CCS	MPSF - PPG EM SAÚDE DA FAMÍLIA	CIÊNCIAS DA SAÚDE	0
CCS	PPGSC - PPG EM SAÚDE COLETIVA	CIÊNCIAS DA SAÚDE	0
CCS	PPGDITM - PPG EM DESENVOLVIMENTO E INOVAÇÃO TECNOLÓGICA EM MEDICAMENTOS	CIÊNCIAS DA SAÚDE	0
CCM	PROFSAÚDE - PPG EM SAÚDE DA FAMÍLIA EM REDE NACIONAL	CIÊNCIAS DA SAÚDE	0
CI	PPGCCA - PPG EM COMPUTAÇÃO, COMUNICAÇÃO E ARTES	LINGUÍSTICA, LETRAS E ARTES	0
CEAR	PPGEE - PPG EM ENGENHARIA ELÉTRICA	ENGENHARIAS	0
CEAR	PPGER - PPG EM ENERGIAS RENOVÁVEIS	ENGENHARIAS	0
CCEN	PROFBIO - PPG EM ENSINO DE BIOLOGIA EM REDE NACIONAL	CIÊNCIAS BIOLÓGICAS	0
CCEN	PPGQ - PPG EM QUÍMICA	CIÊNCIAS EXATAS E DA TERRA	0
CCEN	PRODEMA - DOUT - PPG EM DESENVOLVIMENTO E MEIO AMBIENTE EM ASSOCIAÇÃO A REDE PRODEMA	MULTIDISCIPLINAR	0
CCEN	PROFMAT - PPG EM MATEMÁTICA EM REDE NACIONAL	CIÊNCIAS EXATAS E DA TERRA	0
CCEN	PPBCM - PPG EM BIOLOGIA CELULAR E MOLECULAR	CIÊNCIAS BIOLÓGICAS	0
CCHSA	PPGTA - PPG EM TECNOLOGIA AGROALIMENTAR	CIÊNCIAS AGRÁRIAS	0
CCA	PROFLETRAS - PPG EM LETRAS EM REDE NACIONAL	LINGUÍSTICA, LETRAS E ARTES	0

Fonte: Elaborada pela autora (2022), com base no e-SIC e PDI 2019-2023 da UFPB.

Dos 78 Programas de Pós-Graduação da UFPB, 52 (66,67%) deles possuíram visitantes e 26 (33,33%) não contrataram. A listagem detalhada com o quantitativo de visitantes contratados em cada PPG por campus e por área de conhecimento da Capes encontra-se nos apêndices desta dissertação.

A seguir apresentamos também se houve ou não a contratação de visitantes pelos PPGs vinculados a cada tema do Programa Capes-PrInt da UFPB. No site da PRPG da universidade constam 40 programas participantes do Capes-PrInt num contexto de interdisciplinaridade de acordo com a seguinte distribuição: tema 1 (13 programas), tema 2 (17 programas) e tema 3 (10 programas). Ao confrontar os dados do site da PRPG com o relatório anual de execução do Projeto Institucional de Internacionalização (PII) da UFPB emitido em 2019 (versão 2) referente ao período de 01/11/2018 a 30/10/2019, observamos algumas diferenças, sendo assim elaboramos os quadros 15, 16 e 17 com os temas e os programas envolvidos.

Quadro 15: Tema 1 x PPGs envolvidos no Programa Capes-PrInt da UFPB

<b>TEMA 1: INTERVENÇÕES, TECNOLOGIAS, PRODUTOS E PROCESSOS APLICADOS À SAÚDE</b>		
<b>QTD.</b>	<b>PPGS</b>	<b>CONT. VISIT.</b>
1	PPGPN - PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PRODUTOS NATURAIS E SINTÉTICOS BIOATIVOS	SIM
2	PPGQ - PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM QUÍMICA (b)	NÃO
3	PPGCN - PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS DA NUTRIÇÃO	NÃO
4	PPGENF - PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ENFERMAGEM	SIM
5	RENORBIO - PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM BIOTECNOLOGIA (RENORBIO)	SIM
6	PROLING - PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LINGUÍSTICA (c)	SIM
7	PPGDITM - PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO E INOVAÇÃO TECNOLÓGICA EM MEDICAMENTOS	NÃO
8	PPGNEC - PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM NEUROCIÊNCIA COGNITIVA E COMPORTAMENTO	SIM
9	PPGO - PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ODONTOLOGIA	SIM
10	PMPG - PROGRAMA DE MESTRADO PROFISSIONAL EM GERONTOLOGIA	SIM
11	PAPGEF - PROGRAMA ASSOCIADO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO FÍSICA	SIM
12	PMPGCF - PROGRAMA MULTICÊNTRICO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS FISIOLÓGICAS	SIM
13	PPGMDS - PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM MODELOS DE DECISÃO E SAÚDE	SIM

Fonte: Elaborado pela autora (2022), com base no e-SIC e site PRPG da UFPB.

Quadro 16: Tema 2 x PPGs envolvidos no Programa Capes-PrInt da UFPB

<b>TEMA 2: TERRITÓRIOS DA DIVERSIDADE: EDUCAÇÃO, LINGUAGENS, MEDIAÇÕES CULTURAIS E POLÍTICAS PÚBLICAS SAÚDE</b>		
<b>QTD.</b>	<b>PPGS</b>	<b>CONT. VISIT.</b>
1	PROLING - PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LINGUÍSTICA (c)	SIM
2	PPGS - PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA	SIM
3	PPGPS - PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA SOCIAL	SIM
4	PPGE - PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ECONOMIA	SIM
5	PPGE - PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO	SIM
6	PPGM - PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM MÚSICA	SIM
7	MPLÉ - PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LINGUÍSTICA E ENSINO	NÃO
8	PPGCR - PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS DAS RELIGIÕES	NÃO



9	PPGCJ - PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS JURÍDICAS	SIM
10	PPGDH - PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS, CIDADANIA E POLÍTICAS PÚBLICAS	SIM
11	PPGCC - PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS CONTÁBEIS	NÃO
12	PPGA - PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO	NÃO
13	PPGL - PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS	SIM
14	PPGCI - PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO	SIM
15	PPGAU - PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ARQUITETURA E URBANISMO (a)	SIM

Fonte: Elaborado pela autora (2022), com base no e-SIC e site PRPG da UFPB.

Quadro 17: Tema 3 x PPGs envolvidos no Programa Capes-PrInt da UFPB

<b>TEMA 3 BIOMA CAATINGA, BIODIVERSIDADE E SUSTENTABILIDADE</b>		
<b>QTD.</b>	<b>PPGS</b>	<b>CONT. VISIT.</b>
1	PPGA - PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM AGRONOMIA	SIM
2	PPGZOO - PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ZOOTECNIA	NÃO
3	PPGG - PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA	SIM
4	PRODEMA - MEST - PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO E MEIO AMBIENTE	SIM
5	PPGCAN - PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA ANIMAL	SIM
6	PPGQ - PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM QUÍMICA (b)	NÃO
7	PPGCTA - PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE ALIMENTOS	NÃO
8	PPGAU - PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ARQUITETURA E URBANISMO (a)	SIM
9	PPGA - PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ANTROPOLOGIA	SIM
10	PPGCB - PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS BIOLÓGICAS	SIM
11	PPGECAM - PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ENGENHARIA CIVIL E AMBIENTAL	SIM
12	PPGI - PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM INFORMÁTICA *	SIM

Fonte: Elaborado pela autora (2022), com base no e-SIC e site PRPG da UFPB.

Deste modo, entendemos que 40 programas participaram do Capes-PrInt, mas com uma nova composição de acordo com o mencionado relatório de execução do PII da UFPB emitido em 2019 (versão 2), sendo: tema 1 (13 programas), tema 2 (15 programas) e tema 3 (12 programas).

Assim, comparando o site da PRPG e esse relatório identificamos que não houve a participação do Programa de Pós-Graduação em Economia do Setor Público (PPESP) no tema 2 e houve uma mudança na participação do Programa de Pós-Graduação em Informática (PPGI) \* no tema 3 e não mais no tema 2.

Além disso, três PPGs participaram de mais de um tema, sendo eles: (a) Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo (PPGAU) nos temas 2 e 3; (b) Programa de Pós-Graduação em Química (PPGQ) nos temas 1 e 3; (c) Programa de Pós-Graduação em Linguística (PROLING) nos temas 1 e 2. Portanto, excluindo os três programas repetidos desse montante de 40, ao final são apenas 37 programas participantes do Capes-PrInt da

UFPB. Deste modo, verificamos ainda que desses 37 PPGs, 30 (81,08%) contrataram professores visitantes e apenas 7 (18,92%) não contrataram.

Sugerimos que seja dado prioridade a contratar visitantes nos programas de pós-graduação *stricto sensu* da UFPB que não houve contratação e que não estavam participando de temas do programa Capes-PrInt. Caso não tenha processo seletivo aberto, propomos que a UFPB abra uma chamada pública e que cada programa efetue projeto de solicitação de contratação de docente visitante como estabelecido pela Resolução CONSEPE nº 24/2019.

Após consulta ao site do Programa Institucional de Internacionalização - PRINT da UFPB, no campo Programa de Pós-graduação participantes, obtivemos informações sobre o orçamento aprovado em 2018 e suas alterações, contendo os itens financiáveis dos três temas detalhados por projeto, sendo assim organizamos a tabela 10 abaixo com os valores por item e tema de forma sintética para melhor compreensão.

Tabela 10: Orçamento por tema do Programa Capes-PrInt da UFPB

ORÇAMENTO	TEMA 1		TEMA 2		TEMA 3		TOTAL	
	Aprovado	Alterações	Aprovado	Alterações	Aprovado	Alterações	Aprovado	Alterações
Itens Financiáveis								
Missões Vinculadas ao Projeto de Pesquisa	0	0	925.249	1.098.523	655.189	915.100	<b>1.580.438</b>	<b>2.013.623</b>
Recursos para manutenção de projetos	80.000	80.000	90.000	130.000	140.000	160.000	<b>310.000</b>	<b>370.000</b>
Bolsas vinculadas ao Projeto de Pesquisa	2.682.108	4.889.405	647.654	1.376.266	896.155	2.004.912	<b>4.225.918</b>	<b>8.270.582</b>
<b>Total</b>	<b>2.762.108</b>	<b>4.969.405</b>	<b>1.662.903</b>	<b>2.604.789</b>	<b>1.691.344</b>	<b>3.080.012</b>	<b>6.116.356</b>	<b>10.654.205</b>

Fonte: Adaptado do site PRINT da UFPB (2018).

Observamos na tabela 10 que os orçamentos dos três temas foram alterados para praticamente o dobro dos valores aprovados, visto que os totais aprovados eram de R\$ 6.116.355,60 e foram alterados para R\$ 10.654.205,40. Deste modo, aponta que a UFPB recebeu muito mais recursos do que estavam orçados inicialmente para os professores efetivos do quadro da universidade financiarem missões, manutenção de projetos e bolsas no programa Capes-PrInt.

#### 4.4 ANÁLISE DOS CURRÍCULOS *LATTES* DOS PROFESSORES VISITANTES

Para análise da atuação dos 26 professores visitantes estrangeiros, inicialmente buscamos os currículos *lattes* na plataforma CNPq, em seguida os relatórios de atividades no SIPAC e adicionalmente localizamos alguns planos de atividades nesse sistema, conforme tabela 11.

Tabela 11: Documentos localizados dos professores visitantes estrangeiros

DOCUMENTO LOCALIZADO	PLANO DE ATIVIDADES		RELATÓRIO DE ATIVIDADES		CURRÍCULO <i>LATTES</i>	
	QTD.	%	QTD.	%	QTD.	%
SIM	4	15,38%	15	57,69%	22	84,62%
NÃO	22	84,62%	11	42,31%	4	15,38%
<b>TOTAL</b>	<b>26</b>	<b>100,00%</b>	<b>26</b>	<b>100,00%</b>	<b>26</b>	<b>100,00%</b>

Fonte: Elaborada pela autora (2022).

Diante dos documentos pesquisados, os currículos foram aqueles que mais localizamos, 22 (85%) visitantes têm currículos *lattes* e 4 (15%) não possuem. Desses 22 currículos encontrados, 2 não estão atualizados a partir de 2017, ano de início do período desta pesquisa. Logo, adicionando esses 2 com os 4 que não possuem currículo, importa um total de 6 professores visitantes estrangeiros que foram retirados da amostra inicial de 26. Sendo assim, a amostra final ficou composta por 20 visitantes que possuem currículos atualizados.

Ressaltamos que o currículo *lattes* é um documento uniformizado que contém informações acadêmicas e profissionais de professores, pesquisadores e alunos. Enquanto observamos que cada professor visitante da UFPB elabora os planos de atividades e os relatórios de atividades da sua maneira, isto é, não seguem nenhum modelo padrão. Portanto, optamos por analisar apenas os currículos *lattes* como base para possibilitar a comparabilidade da atuação dos visitantes estrangeiros contratados pela universidade.

Para análise da formação e das atividades desenvolvidas pelos visitantes, estabelecemos categorias e variáveis com os dados contidos nos currículos *lattes*, discriminadas da seguinte maneira: 1) FORMAÇÃO, 2) ATUAÇÃO, 3) PESQUISA, 4) EXTENSÃO, 5) PRODUÇÃO, 6) EVENTOS, 7) ORIENTAÇÕES, 8) BANCAS.

Para categoria 1 FORMAÇÃO, elaboramos a tabela 12 com a formação dos professores visitantes estrangeiros de acordo com os seguintes níveis acadêmicos: graduação,

mestrado, doutorado e pós-doutorado, relacionando o quantitativo realizado no Brasil, no exterior e daqueles professores que não têm informações no currículo.

Tabela 12: Formação dos professores visitantes estrangeiros

LOCAL	GRADUAÇÃO		MESTRADO		DOUTORADO		PÓS-DOUTORADO	
Brasil	0	0%	2	10%	4	20%	6	30%
Exterior	13	65%	10	50%	16	80%	5	25%
Sem informação	7	35%	8	40%	0	0%	9	45%
<b>TOTAL</b>	<b>20</b>	<b>100%</b>	<b>20</b>	<b>100%</b>	<b>20</b>	<b>100%</b>	<b>20</b>	<b>100%</b>

Fonte: Elaborada pela autora (2022), com base no currículo lattes (CNPQ).

Na categoria 1 FORMAÇÃO, consideramos formação acadêmica no exterior aqueles que concluíram fora do Brasil, tanto no seu país de origem, como em outro país do exterior que não foi aquele do seu nascimento. Verificamos que 13 (65%) visitantes têm graduação no exterior, 10 (50%) têm mestrado no exterior, 16 (80%) têm doutorado no exterior. Além disso, destacamos que a maior parte dos visitantes estrangeiros da UFPB possuem doutorado concluído fora do Brasil, isto constitui um importante indicador de internacionalização, como apontam Brandenburg e Federkeil (2007) traduzido e adaptado por Mueller (2013, p. 45-46) professores com formação internacional e mais especificamente, com doutorado no exterior.

Um fato interessante é que 11 visitantes estrangeiros possuem pós-doutorado, sendo que 5 (25%) deles terminaram no exterior e 6 (30%) no Brasil, indicando que um pouco mais da metade desses professores vieram de fora para fazer esse estágio acadêmico aqui. Infere-se que esses professores estrangeiros mantinham algum conhecimento sobre as instituições e os programas do nosso país ou tinham redes de relacionamento com docentes brasileiros para decidirem vir ao Brasil realizar essa formação e desenvolver suas pesquisas.

Para categoria 2 ATUAÇÃO, elaboramos a tabela 13 com a atuação dos professores visitantes estrangeiros como membros de corpo editorial, membros de comitê de assessoramento, revisores de periódicos e revisores de projetos de fomento, relacionando o quantitativo realizado no Brasil, no exterior e daqueles professores que não têm informações no currículo.

Tabela 13: Atuação dos professores visitantes estrangeiros

LOCAL	MEMBRO DE CORPO EDITORIAL		MEMBRO DE COMITÊ DE ACESSORAMENTO		REVISOR DE PERIÓDICO		REVISOR DE PROJETO DE FOMENTO	
Brasil	0	0%	0	0%	2	10%	0	0%
Exterior	8	40%	5	25%	11	55%	4	20%
Sem informação	12	60%	15	75%	7	35%	16	80%
<b>TOTAL</b>	<b>20</b>	<b>100%</b>	<b>20</b>	<b>100%</b>	<b>20</b>	<b>100%</b>	<b>20</b>	<b>100%</b>

Fonte: Elaborada pela autora (2022), com base no currículo lattes (CNPQ).

Na categoria 2 ATUAÇÃO, 8 (40%) visitantes são membros de corpo editorial no exterior, 5 (25%) visitantes são membros de comitê de assessoramento no exterior, 11 (55%) visitantes são revisores de periódicos do exterior, 4 (20%) visitantes são revisores de projetos de fomento do exterior. Dentre eles, destacamos que a maior atuação no exterior ocorre como revisores de periódicos, deduz-se que seja pela quantidade necessária de revisores para avaliação de trabalhos submetidos a um periódico ser bem maior do que a quantidade de membros do corpo editorial do mesmo periódico.

A atuação como membros e revisores de periódicos e de projetos enriquece as competências dos professores, visto que eles avaliam as produções intelectuais de autores de diversos locais e deste modo também adquirem conhecimentos do exterior. Além disto, quando os professores são membros e revisores podem melhorar a qualidade dos trabalhos acadêmico-científicos dos pesquisadores brasileiros e podem incentivar os seus alunos a submeterem trabalhos em revistas internacionais, consequentemente aumentar a quantidade de publicações nesses periódicos. Com isto, eles tornam-se profissionais mais criteriosos para classificar os trabalhos submetidos a cada periódico e assim ampliam a visão para inclusive aperfeiçoar o desenvolvimento dos trabalhos que atuam como orientadores e membros de bancas.

Para as categorias 3 PESQUISA e 4 EXTENSÃO, elaboramos a tabela 14 com projetos dos professores visitantes estrangeiros a respeito de pesquisa e extensão, relacionando o quantitativo realizado no Brasil, no exterior e daqueles professores que não têm informações no currículo.

Tabela 14: Projetos de pesquisa e de extensão dos professores visitantes estrangeiros

LOCAL	PROJETOS DE PESQUISA		PROJETOS DE EXTENSÃO	
Brasil	5	25%	4	16%
Exterior	5	25%	0	0%
Sem informação	10	50%	16	84%
<b>TOTAL</b>	<b>20</b>	<b>100%</b>	<b>20</b>	<b>100%</b>

Fonte: Elaborada pela autora (2022), com base no currículo lattes (CNPQ).

Na categoria 3 PESQUISA, 5 (25%) visitantes participam de projetos de pesquisa no exterior. Observamos que a pesquisa é mais fomentada que a extensão, até porque a pesquisa gera produtos quantificáveis que os docentes podem utilizar para progressão funcional e consequente aumento salarial e ainda a pesquisa é um indicador bastante utilizado pelos *rankings* acadêmicos para promover a imagem da instituição.

Ressaltamos ainda a importância da criação de grupos de pesquisa e de extensão para elaborar projetos, obter financiamentos e melhorar a qualidade da produção acadêmica a nível internacional. Visto que, esses grupos internacionais são formados devido às redes de relacionamento dos docentes conforme apontam Duarte *et al.* (2012) e Stallivieri (2017), além de que essas redes constituem um dos objetivos do Capes-PrInt (2017) e um dos indicadores de internacionalização de Brandenburg e Federkeil (2007).

Muito é debatido nos trabalhos sobre indicadores de internacionalização da educação superior quanto às publicações de pesquisas, sejam realizadas com financiamento ou equipes internacionais e ainda aquelas ocorridas no exterior. Dada a dificuldade de analisar se existia o recebimento de recursos internacionais ou consultar se cada participante do grupo de pesquisa é brasileiro ou estrangeiro, avaliamos no nosso trabalho se a pesquisa foi efetuada aqui no Brasil ou fora, considerando essa última como pesquisa internacional.

Na categoria 4 EXTENSÃO, 0 (0%) visitante tem participação em projetos de extensão no exterior. Em conformidade com a Resolução CONSEPE nº 61/2014 e a Resolução CNE/CES nº 7/2018, a extensão é um dos pilares das universidades, onde as instituições de ensino se conectam a sociedade para os alunos colocarem em prática a teoria, isto é, aplicar os conhecimentos com a finalidade de satisfazer as necessidades reais da população. Percebe-se que não ocorreu o desenvolvimento de projetos de extensão internacionais, dessa forma deve ser mais estimulado que os professores se envolvam nessas atividades, por exemplo, as instituições podem apoiar financeiramente algumas modalidades de extensão como cursos, eventos e serviços.

Para categoria 5 PRODUÇÃO, elaboramos a tabela 15 com a produção bibliográfica dos professores visitantes estrangeiros, relacionando o quantitativo realizado no Brasil, no exterior e daqueles professores que não têm informações no currículo.

Tabela 15: Produção bibliográfica dos professores visitantes estrangeiros

LOCAL	ARTIGOS		LIVROS OU CAPÍTULOS		TRABALHOS, RESUMOS OU APRESENTAÇÕES	
	Quantidade	Porcentagem	Quantidade	Porcentagem	Quantidade	Porcentagem
Brasil	0	0%	0	0%	0	0%
Exterior	20	100%	15	75%	15	75%
Sem informação	0	0%	5	25%	5	25%
<b>TOTAL</b>	<b>20</b>	<b>100%</b>	<b>20</b>	<b>100%</b>	<b>20</b>	<b>100%</b>

Fonte: Elaborada pela autora (2022), com base no currículo *lattes* (CNPQ).

A categoria 5 PRODUÇÃO, está dividida em bibliográfica, técnica e artística/cultural. Quanto à produção bibliográfica, 20 (100%) visitantes têm artigos no exterior, 15 (75%) visitantes têm livros e capítulos no exterior e também 15 (75%) visitantes têm trabalhos, resumos ou apresentações no exterior. Os professores de nível superior são incentivados a produzirem trabalhos bibliográficos como um meio de divulgação dos resultados das suas pesquisas. Sendo assim, conclui-se que os artigos são o formato predominante de produção dos visitantes, provavelmente porque todas as áreas de conhecimento precisam elaborar artigos, ainda pela facilidade de publicação desse tipo de trabalho acadêmico em virtude da quantidade de periódicos existentes e pelo valor de publicação de artigo ser mais acessível do que de livro ou capítulo.

A produção bibliográfica compreende a publicação de artigos, de livros, de capítulos de livros, de trabalhos, de resumos e apresentações de textos em anais de congressos. Os resultados encontrados na pesquisa corroboram com a afirmação de Stallivieri e Biava (2017) que devido à internacionalização a publicação científica está sendo mais valorizada para divulgar o conhecimento desenvolvido nas instituições de ensino e essencial para avaliar os docentes, sendo um item da progressão na carreira. Logo, a publicação de artigos em periódicos internacionais é importante tanto para a comunidade científica, pois as instituições ganham projeção internacional, quanto para sociedade que se beneficia pelas pesquisas efetuadas.

Ainda para categoria 5 PRODUÇÃO, elaboramos a tabela 16 com a produção técnica e a produção artística/cultural dos professores visitantes estrangeiros, relacionando o quantitativo realizado no Brasil, no exterior e daqueles professores que não têm informações no currículo.

Tabela 16: Produção técnica e artística/cultural dos professores visitantes estrangeiros

LOCAL	PRODUÇÃO TÉCNICA		PRODUÇÃO ARTÍSTICA / CULTURAL	
Brasil	2	10%	2	10%
Exterior	6	30%	2	10%
Sem informação	12	60%	16	80%
<b>TOTAL</b>	<b>20</b>	<b>100%</b>	<b>20</b>	<b>100%</b>

Fonte: Elaborada pela autora (2022), com base no currículo *lattes* (CNPQ).

Quanto à produção técnica, 6 (30%) visitantes realizaram assessoria, trabalhos técnicos, cursos de curta duração ou editoração no exterior, essa produção é mais voltada aos cursos de mestrado e doutorado profissional que exigem a elaboração de produtos técnicos ou tecnológicos para serem utilizados no âmbito ocupacional, isto é, nos setores ou na instituição em que trabalham.

Quanto à produção artística/cultural, apenas 2 (10%) visitantes têm esse tipo de produção no exterior, conclui-se que esse resultado baixo é devido à área de conhecimento de cada professor, pois praticamente apenas esse campo mais ligado as artes que elaboram essas produções.

Para categoria 6 EVENTOS, elaboramos a tabela 17 com os eventos que os professores visitantes estrangeiros participaram ou organizaram, relacionando o quantitativo realizado no Brasil, no exterior e daqueles professores que não têm informações no currículo.

Tabela 17: Eventos dos professores visitantes estrangeiros

LOCAL	PARTICIPAÇÃO		ORGANIZAÇÃO	
Brasil	3	15%	2	10%
Exterior	6	30%	4	20%
Sem informação	11	55%	14	70%
<b>TOTAL</b>	<b>20</b>	<b>100%</b>	<b>20</b>	<b>100%</b>

Fonte: Elaborada pela autora (2022), com base no currículo *lattes* (CNPQ).

Na categoria 6 EVENTOS, 6 (30%) visitantes envolveram-se em eventos no exterior, sejam como convidados para ministrar palestras, como participantes para apresentar trabalhos ou como ouvintes para assistir ao evento, enquanto 4 (20%) visitantes organizaram eventos no exterior. A propósito, consta como indicador de internacionalização para Brandenburg e Federkeil (2007) traduzido e adaptado por Mueller (2013, p. 45-46) *network* internacional: - participações em eventos internacionais.



Logo, os professores ao comparecerem em eventos internacionais ou fora do Brasil como convidados, participantes ou mesmo ouvintes, adquirem experiências e ampliam as redes de relacionamentos que auxiliam a desenvolver atividades no seu país de origem. Além de que, organizar esses eventos possibilita um estreitamento com equipes organizadoras e a compreensão de como ocorrem as definições dos temas internacionais e de palestrantes mais relevantes, logo pode contribuir para a realização de eventos desse porte em nosso país. Também é fundamental que as instituições de ensino incentivem a participação dos professores nesses eventos, concedendo o afastamento das suas atividades laborais ou apoiando financeiramente com ajudas de custo, por exemplo, pagando diárias, passagens e inscrições.

Para categoria 7 ORIENTAÇÕES, elaboramos a tabela 18 com as orientações dos professores visitantes estrangeiros, relacionando o quantitativo realizado no Brasil, no exterior e daqueles professores que não têm informações no currículo.

Tabela 18: Orientações dos professores visitantes estrangeiros

LOCAL	GRADUAÇÃO		MESTRADO		DOUTORADO		PÓS-DOUTORADO	
Brasil	3	15%	9	45%	3	15%	0	0%
Exterior	3	15%	2	10%	5	25%	3	15%
Sem informação	14	70%	9	45%	12	60%	17	85%
<b>TOTAL</b>	<b>20</b>	<b>100%</b>	<b>20</b>	<b>100%</b>	<b>20</b>	<b>100%</b>	<b>20</b>	<b>100%</b>

Fonte: Elaborada pela autora (2022), com base no currículo *lattes* (CNPQ).

A categoria 7 ORIENTAÇÕES, contempla orientações ou coorientações de trabalhos em andamento ou concluídos, sendo que no exterior 5 (25%) visitantes orientaram teses de doutorado, 3 (15%) visitantes trabalhos de conclusão de cursos de graduação e ainda supervisão de pós-doutorado e 2 (10%) visitantes dissertações de mestrado.

A maioria das orientações, somando aquelas realizadas no Brasil e no exterior, envolvem nos cursos de mestrado o quantitativo de 11 e no doutorado de 8, pelo fato dos professores ministrarem aulas majoritariamente nos programas de pós-graduação *stricto sensu*, tanto por ser uma atribuição contida na Resolução CONSEPE nº 24/2019, como ainda por essa atividade ser fundamental para auxiliar os alunos a produzirem bons trabalhos e dessa maneira melhorarem o conceito do seu PPG pela avaliação da Capes.

Consideramos que talvez a maior parte das teses sejam realizadas no exterior devido aos professores estrangeiros serem reconhecidos há mais tempo no seu país de origem, ministrarem aulas principalmente nos cursos de doutorado e serem convidados a orientar

trabalhos, enquanto na UFPB esses visitantes ensinam mais nos cursos de mestrado, até porque o quantitativo desses cursos é maior do que os de doutorado. Além disso, existe a Resolução CONSEPE nº 25/2019 sobre a cotutela de tese ou dissertação, assim o aluno de doutorado ou mestrado tem dois orientadores, um da UFPB e outro de uma instituição estrangeira, analogamente entendemos que essas instituições de fora também precisam ter um normativo para tratar do regime de cotutela a fim de que o professor da IES estrangeira seja orientador na UFPB. Deste modo, acreditamos que isto ocorre de maneira mais frequente com cursos de doutorado do que de mestrado, em decorrência da maior autonomia do aluno de doutorado para o desenvolvimento da sua pesquisa diferentemente do aluno de mestrado, e possivelmente seja mais difícil orientar de forma remota dissertações de mestrado em comparação com teses de doutorado.

Compreendemos a orientação como umas das atividades de ensino dos docentes e que não se limita a nortear metodologicamente discentes a executar trabalhos de conclusão de curso, portanto o orientador para desempenhar esse papel deveria ter recebido uma formação específica, englobando a ética, a pedagogia, os modelos coletivos e híbridos (formas presenciais e on-line) da orientação, isto de acordo com os estudos de Nóbrega (2018); Massi e Giordan (2017) e Costa, Sousa e Silva (2015), esses autores ainda constataram que o tema orientação é mais referenciado em trabalhos do exterior do que no Brasil.

Para categoria 8 BANCAS, elaboramos a tabela 19 com as bancas dos professores visitantes estrangeiros relativas aos trabalhos de conclusão de curso, relacionando o quantitativo realizado no Brasil, no exterior e daqueles professores que não têm informações no currículo.

Tabela 19: Bancas dos professores visitantes estrangeiros de trabalhos de conclusão de curso

LOCAL	GRADUAÇÃO		MESTRADO		DOUTORADO		QUALIFICAÇÃO DE MESTRADO		QUALIFICAÇÃO DE DOUTORADO	
Brasil	4	20%	7	35%	5	25%	6	30%	2	10%
Exterior	0	0%	1	5%	1	5%	0	0%	0	0%
Sem informação	16	80%	12	60%	14	70%	14	70%	18	90%
<b>TOTAL</b>	<b>20</b>	<b>100%</b>	<b>20</b>	<b>100%</b>	<b>20</b>	<b>100%</b>	<b>20</b>	<b>100%</b>	<b>20</b>	<b>100%</b>

Fonte: Elaborada pela autora (2022), com base no currículo *lattes* (CNPQ).

Na categoria 8 BANCAS, mais voltadas a atividade de ensino os resultados demonstram que 0 (0%) visitante é membro de bancas de graduação, de qualificação de mestrado ou qualificação de doutorado no exterior, 1 (5%) visitante é membro de banca de mestrado e essa mesma quantidade de doutorado no exterior. Por ser uma obrigação dos

visitantes contratados pela UFPB participarem de bancas de avaliação de trabalhos de graduação ou de pós-graduação, notamos que essa atividade é mais exercida no Brasil, provavelmente devido aos professores estarem morando no país e participarem como membros nas instituições em que atuam.

Da mesma forma que nas orientações, os professores membros de bancas examinadoras devem seguir as regras das instituições de acordo com as etapas de análise descritas por Naves (2013), assim se torna mais difícil para os professores participarem de bancas no exterior, uma vez que já é uma obrigação serem membros de trabalhos de cursos da instituição que possuem vínculo empregatício.

Portanto, acreditamos que deve haver um incentivo da instituição de origem a fim de estabelecer parcerias com outras instituições estrangeiras para que os professores sejam membros externos de bancas examinadoras constituindo uma das atividades do plano de trabalho. Assim, as instituições parceiras poderiam compartilhar as necessidades que possuem e as normas dos trabalhos acadêmicos, para facilitar a participação de professores de vários locais, além da possibilidade da presença de forma remota nas qualificações e defesas, para reduzir o custo com a locomoção.

Ainda para categoria 8 BANCAS, elaboramos a tabela 20 com as bancas dos professores visitantes estrangeiros relativas a concurso público e avaliação de cursos, relacionando o quantitativo realizado no Brasil, no exterior e daqueles professores que não têm informações no currículo.

Tabela 20: Bancas dos professores visitantes estrangeiros de concurso e avaliação

LOCAL	CONCURSO PÚBLICO		AVALIAÇÃO DE CURSOS	
Brasil	3	15%	2	10%
Exterior	2	10%	0	0%
Sem informação	15	75%	18	90%
<b>TOTAL</b>	<b>20</b>	<b>100%</b>	<b>20</b>	<b>100%</b>

Fonte: Elaborada pela autora (2022), com base no currículo *lattes* (CNPQ).

Na variável 8 BANCAS, as bancas voltadas aos processos seletivos e avaliativos, 2 (10%) visitantes são membros de bancas de concurso público no exterior e 0 (0%) é membro de bancas de avaliação de cursos no exterior.

Apontamos que uma das obrigações desses professores de acordo com a Resolução CONSEPE nº 24/2019 art. 14 “IV - participar, como avaliador, no PPG e/ou no

Departamento, de processos seletivos e de bancas de defesa de trabalho final ou qualificação”, isto é, determina apenas bancas no âmbito da UFPB, por isso se infere que poucos são membros de trabalhos de outras instituições, inclusive daquelas fora do Brasil.

Nos currículos *lattes* também consta os idiomas cadastrados pelos professores conforme o domínio no que diz respeito a compreensão, fala, leitura e escrita, classificando os níveis de conhecimento em pouco, razoavelmente e bem, demonstrados na tabela 21 abaixo.

Tabela 21: Idiomas constantes no currículo *lattes* dos professores visitantes estrangeiros

COLOCAÇÃO	IDIOMA	QTD. REPETIÇÕES	%
1º	Inglês	19	95,00%
2º	Espanhol	16	80,00%
3º	Português	15	75,00%
4º	Francês	9	45,00%
5º	Italiano	4	20,00%
6º	Alemão	2	10,00%
6º	Catalão	2	10,00%
7º	Galego	1	5,00%
7º	Harmênio	1	5,00%
7º	Hindi	1	5,00%
7º	Russo	1	5,00%
7º	Servo-Croata	1	5,00%
7º	Polonês	1	5,00%

Fonte: Elaborada pela autora (2022), com base no currículo *lattes* (CNPQ).

Verificamos que os 20 visitantes cadastraram 13 idiomas, organizados na tabela por ordem de repetição, o inglês está em 1º lugar, sendo dominado por 19 professores, seguido do espanhol em 2º lugar por 16 professores e do português em 3º lugar por 15 professores.

Ainda coletamos no *lattes* os indicadores de produção de todos os anos que os professores visitantes estrangeiros incluíram no *lattes* como apresentamos na tabela 22.

Tabela 22: Indicadores de produção constantes no currículo *lattes* dos professores visitantes estrangeiros

Todas as Produções	P 1	P 2	P 3	P 4	P 5	P 6	P 7	P 8	P 9	P 10	P 11	P 12	P 13	P 14	P 15	P 16	P 17	P 18	P 19	P 20
Artes Cênicas	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	5	0	0	0	0	4	0	0
Música	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	104	0	0	0	0	16	0	0
Artes Visuais	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	5	7	0	0	0	0	9	0	0
Orientações Concluídas de Mestrado	0	0	9	7	0	0	2	6	0	0	1	0	6	2	0	17	1	0	1	0
Orientações Concluídas de Doutorado	0	0	3	5	0	0	0	4	0	0	0	0	0	1	0	28	1	0	0	0
Orientações Concluídas de Supervisão de Pós-doutor.	0	0	0	7	0	0	0	3	0	0	0	0	0	0	0	3	0	0	0	0
Patentes	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	3	0	0	0	0	0	0
Trabalhos Publicados em Anais de Evento	0	0	40	43	0	0	0	1	0	8	43	0	26	13	0	0	0	2	0	0
Resumos Publicados em Anais de Eventos	0	0	43	13	0	0	0	1	0	37	10	0	8	0	0	0	0	3	1	0
Artigos Completos Publicados em Periódicos	10	1	61	75	9	201	20	32	6	17	35	9	48	51	24	95	9	10	29	14
Livro ou Capítulo	0	1	11	64	13	4	0	60	0	2	9	12	12	0	3	3	6	3	1	3
Apresentações de trabalho	0	5	44	56	10	0	1	84	0	20	7	59	76	20	1	0	6	16	47	11
Trabalhos Técnicos	0	0	2	1	0	0	0	18	0	0	0	0	8	4	0	0	0	0	0	0
Outras	0	1	19	24	9	1	10	158	0	5	15	25	31	4	1	6	6	41	1	34
<b>Total</b>	<b>10</b>	<b>8</b>	<b>232</b>	<b>295</b>	<b>41</b>	<b>206</b>	<b>33</b>	<b>367</b>	<b>6</b>	<b>89</b>	<b>120</b>	<b>110</b>	<b>331</b>	<b>98</b>	<b>29</b>	<b>152</b>	<b>29</b>	<b>104</b>	<b>80</b>	<b>62</b>

Fonte: Elaborada pela autora (2022), com base no currículo *lattes* (CNPQ).

Percebemos um quantitativo bem diversificado de produções e aquelas mais desenvolvidas por todos os visitantes são as produções bibliográficas que consistem na elaboração de artigos, de livros ou capítulos e apresentações de trabalho. Apontamos que isto ocorre pois provavelmente todas as áreas de conhecimento incentivam este tipo de produção científica.

De acordo com consulta à plataforma *lattes* no Diretório de Grupos de Pesquisa, constam informações sobre os grupos de pesquisa, linhas, estudantes orientados e se o visitante participa como egresso de grupos, como mostramos na tabela 23.

Tabela 23: Diretório de grupos de pesquisa dos professores visitantes estrangeiros

Dir. Gru. Pes.	P 1	P 2	P 3	P 4	P 5	P 6	P 7	P 8	P 9	P 10	P 11	P 12	P 13	P 14	P 15	P 16	P 17	P 18	P 19	P 20
Pesquisador UFPB			1	3	1	1	1			1	1							1		
Pesquisador Outras instituições				3									3	1						1
Colaborador estrangeiro UFPB	1						1	3												1
Colaborador estrangeiro Outras instituições				2				2					1							
Sem informação		x							x			x			x	x	x		x	
<b>Grupos de pesquisa em que atua TOTAL</b>	<b>1</b>	<b>0</b>	<b>1</b>	<b>8</b>	<b>1</b>	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>5</b>	<b>0</b>	<b>1</b>	<b>1</b>	<b>0</b>	<b>4</b>	<b>1</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>1</b>	<b>0</b>	<b>2</b>
Linhas de pesquisa em que atua			1	15	1	1	2			1	2		3	2					1	2
Estudantes participantes de grupo(s) de pesquisa, orientados pelo pesquisador				19									4						2	
Grupos de pesquisa de que é egresso				1	1															1

Fonte: Elaborada pela autora (2022), com base no diretório de grupos de pesquisa (CNPQ).

Com relação aos grupos de pesquisa, observamos que 8 (40%) visitantes são pesquisadores na UFPB, 4 (20%) são pesquisadores em outras IESs, 4 (20%) são colaboradores estrangeiros na UFPB, 3 (15%) são colaboradores estrangeiros em outras IESs e por fim 7 (35%) visitantes não inseriram informações no Diretório de Grupos de Pesquisa, apontando primeiramente que não fazem parte de nenhum grupo ou então que não atualizaram o diretório com a inclusão do grupo a que pertencem. Além disso, 11 (55%) visitantes informaram as linhas de pesquisa em que atuam. Somente 3 (15%) visitantes são orientadores de estudantes participantes de seus grupos de pesquisa. Apenas 3 (15%) colocaram que estão em grupos de pesquisa como egresso da IES em que terminou um curso. Portanto, identificamos que poucos professores se envolvem em grupos de pesquisa de acordo com as informações do *lattes*, assim as IESs precisam fomentar a participação nas pesquisas.

De acordo com Montagner, Montagner e Hoehne (2009, p. 192), no trabalho “A consagração científica em números: análise do perfil de uma vanguarda pelos currículos *Lattes*” analisaram os currículos de professores e asseguram:

Não há dúvidas de que a Plataforma *Lattes* é um modelo sem par no universo acadêmico mundial. Pelo fato de ser pública e de acesso universal, demonstra uma clareza e uma efetividade inigualável na disseminação das informações sobre os intelectuais ligados às universidades brasileiras. Apesar de sua indiscutível importância, falta uma complementação de seus dados de outras atividades relevantes para o trabalho científico, mas não contemplados atualmente. Um problema constatado é quanto ao preenchimento incorreto ou incompleto e à falta de padronização das categorias apontadas. [...] Outra questão pouco clara é quanto à classificação das revistas em nacional ou internacional. Há algum tempo, uma revista seria internacional de acordo com a língua utilizada e o país de publicação. Mas, desde algumas décadas, esse padrão vem mudando. Muitas revistas brasileiras passaram a buscar e preencher os requisitos necessários para serem consideradas internacionais, como: comitê editorial com pesquisadores estrangeiros, indexação em bases de dados mais amplas e outras características, além de algumas publicarem seus textos em língua inglesa. Na Plataforma *Lattes*, a classificação das revistas e publicações não considera a nacionalidade ou a internacionalidade.

Também identificamos nesta pesquisa as situações relatadas pelos autores Montagner, Montagner e Hoehne (2009), pois o currículo *lattes* é um documento muito relevante, mas há uma certa complexidade para inserção de dados em virtude da quantidade e do nível de detalhamento, com isso nem sempre são incluídos todos os campos requeridos. Além disso, ao tratar das revistas também percebemos a dificuldade em reconhecer se são internacionais, pois a revista ser emitida em outro país é um indicativo, mas não necessariamente o único, dado que a revista pode ser elaborada por profissionais de fora do país, ter circulação internacional e ser escrita em outras línguas. Inclusive não consta nos sítios do Qualis Periódicos e do *Internacional Standard Serial Number* (ISSN), Número Internacional Normalizado para Publicações Seriadas sobre a revista ser internacional e também não localizamos um outro site específico com esta informação.

Por fim, a partir da análise dos currículos *lattes*, algumas atividades podem não estar documentadas ou então não serem exibidas adequadamente nos currículos para serem vinculadas como uma atuação internacional. Observamos que uma quantidade significativa de variáveis do *lattes* está com ausência de informações, isto é, os visitantes não cadastraram nada, assim prejudicando a análise. Visto que a atualização dos currículos é algo alternativo e mais relevante no âmbito nacional, acredita-se que os estrangeiros não utilizam com muita frequência por não ser obrigatório ou por já possuir uma outra plataforma semelhante ao currículo *lattes* nos seus países de origem. A partir do exposto, apresentamos no próximo capítulo o relatório diagnóstico do programa de contratação de professor visitante.

## 5 RELATÓRIO DIAGNÓSTICO E PROPOSTA DE MELHORIAS PARA A GESTÃO DO PROGRAMA DE CONTRATAÇÃO DE PROFESSOR VISITANTE

Neste capítulo, apresentamos o produto gerado a partir da presente pesquisa em formato de relatório diagnóstico sobre o programa de contratação de professor visitante e a internacionalização da Universidade Federal da Paraíba (UFPB).

### RESUMO

Neste relatório, foi efetuado um diagnóstico do programa de contratação de professor visitante como ferramenta de internacionalização da Universidade Federal da Paraíba (UFPB) durante o período de 2017 a 2022, foram identificadas as lacunas decorrentes da sua execução e, por fim, foi elaborada uma proposição de melhorias para a gestão e a transparência do programa.

Palavras-chave: professor visitante; internacionalização; UFPB.

### ABSTRACT

In this report, a diagnosis was made of the visiting professor hiring program as an internationalization tool at the Federal University of Paraíba (UFPB) during the period from 2017 to 2022, the gaps resulting from its execution were identified and, finally, a proposal was elaborated for improvements to program management and transparency.

Keywords: visiting professor; internationalization; UFPB.

### 5.1 APRESENTAÇÃO

Este relatório é o produto técnico da dissertação realizada na UFPB a partir da análise dos documentos sobre os professores visitantes contratados para atuar nos programas de pós-graduação *stricto sensu* e a internacionalização da instituição. De acordo com a classificação do Grupo de Trabalho (GT) 06 da Capes, o produto está inserido no eixo 4 – Serviços técnicos (serviços realizados junto à sociedade/instituições de saúde, órgãos governamentais, agências de fomento, vinculados à assistência, extensão, produção do conhecimento), mais especificamente discriminado como produção técnica nº “3 Avaliação de tecnologia, projeto, programa, institucional ou política” (CAPES, 2019b, p. 12) e produção técnica nº “24



Relatório técnico conclusivo” (CAPES, 2019b, p. 13), a seguir descrevemos as informações sobre o relatório.

INSTITUIÇÃO: Universidade Federal da Paraíba

DISCENTE: Vanusa Virgínia da Silva

DOCENTE ORIENTADOR: José Jassuipe da Silva Morais

DISSERTAÇÃO VINCULADA: Avaliação do programa de contratação de professor visitante: um olhar para a internacionalização da Universidade Federal da Paraíba

LINHA DE PESQUISA VINCULADA: Linha 2 – Avaliação e Financiamento da Educação Superior do Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas, Gestão e Avaliação da Educação Superior do Centro de Educação da Universidade Federal da Paraíba

APLICABILIDADE: As proposições do relatório são facilmente aplicadas pelos gestores da UFPB, com a abrangência realizada nos Programas de Pós-Graduação (PPGs) e a abrangência potencial em outras Instituições de Ensino Superior (IESs) que contrataram professores visitantes e possuem situações semelhantes às encontradas neste diagnóstico.

## 5.2 ANÁLISE

O Programa de Contratação de Professor Visitante foi uma ação da UFPB, ampliada em 2018, decorrente do projeto idealizado para participação no Programa Institucional de Internacionalização (Capes-PrInt) como uma forma de promover a internacionalização “em casa”, *at home* ou doméstica, aquela que ocorre dentro da universidade para torná-la internacional com a atração de professores, pesquisadores e alunos do exterior, a realização de pesquisas internacionais, a promoção de cursos de línguas e o ensino em outros idiomas.

Primeiramente, buscamos nos sítios eletrônicos: os Planos de Desenvolvimento Institucional (PDI) 2014-2018 e 2019-2023 da UFPB; o Edital nº 41/2017 da Capes; a Lei nº 8.745/1993; as Resoluções emitidas pela UFPB acerca dos docentes e da internacionalização, o Projeto Institucional de Internacionalização (PII) da UFPB e o Relatório de Professores Visitantes da Coordenação de Acompanhamento e Avaliação dos Programas e Cursos de Pós-Graduação (CAAPG) da Pró-Reitoria de Pós-Graduação (PRPG). Analisamos os documentos institucionais a respeito da internacionalização e do programa de contratação de professor visitante da UFPB e verificamos que esses documentos se encontram de forma esparsa em diferentes sítios, o que dificulta de certo modo a localização dos mesmos.

Quanto ao processo seletivo, no momento inicial de implementação do programa, a PRPG, a Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas (PROGEP), a Pró-Reitoria de Pesquisa

(PROPESQ) e a Pró-Reitoria de Graduação (PRG) elaboraram chamadas públicas internas para selecionar as propostas dos PPGs com a finalidade de contratar professores visitantes. Essas propostas eram constituídas através de projeto contendo a necessidade de contratação dos visitantes, o perfil, a área de atuação, os objetivos pretendidos pelo PPG quanto à internacionalização, o impacto para o desenvolvimento acadêmico-científico, as garantias para acolher e realizar as atividades dos visitantes, os indicadores e as metas do PPG, o potencial de captação de recursos e a descrição das atividades a serem executadas pelo professor. Em seguida, a PROGEP elaborou editais dos processos seletivos para professores visitantes, os PPGs realizaram as seleções e, por fim, encaminharam para PROGEP efetivar as contratações.

Quanto à divulgação desses processos, não localizamos facilmente todas as chamadas públicas e os resultados com os projetos dos PPGs aprovados, pois ao colocarmos no site da PRPG no campo de busca a palavra “chamada” apareceram vários documentos que não eram apenas chamadas para contratação de visitantes. Também não estão aparentemente publicizados os projetos de solicitação de contratação de docente visitante de todos os PPGs nos sítios da UFPB.

Quanto aos relatórios de atividades, verificamos que é uma obrigação dos visitantes segundo o art. 14 da Resolução CONSEPE nº 24/2019 elaborar relatórios de atividades parciais e circunstanciados, sendo possível apresentá-los “em Seminário, Workshop, evento equivalente promovido pelo PPG, pelo Centro ou pela PRPG, ou diretamente ao colegiado do PPG, sua unidade de efetivo exercício, no qual destaque a produção acadêmica e seu impacto na produção total do PPG” (UFPB, 2019). Atualmente, os relatórios parciais fazem parte da instrução do processo de renovação do contrato do professor visitante e os relatórios finais ficam mantidos em cada PPG.

Caso o programa tenha interesse em participar de nova chamada pública deve enviar os relatórios de atividades dos visitantes na proposta atual. Assim, os PPGs estão com a posse dos planos de trabalho inseridos nos projetos e dos relatórios de atividades dos professores visitantes, possibilitando certificar o cumprimento das metas e dos impactos decorrentes da atuação dos visitantes, mas a PRPG nem sempre possui todos esses relatórios. Notamos que não há a divulgação de todos os planos de trabalho e dos relatórios de atividades de forma sucinta num local específico pela UFPB, constam apenas alguns na área pública do Sistema Integrado de Patrimônio, Administração e Contratos (SIPAC).

Quanto à avaliação do programa, identificamos a importância do relatório da CAAPG/PRPG visando uma avaliação dos professores visitantes, com o perfil e a atuação

acadêmica desses professores, mas o relatório apesar de ser relevante e bastante esclarecedor poderia ser aprimorado, uma vez que ainda não está institucionalizado, pois não é obrigatório que seja respondido por todos visitantes e não é aplicado continuamente pela universidade. Quanto à gestão orçamentária e financeira do programa, não identificamos um estudo do impacto sobre o financiamento para a contratação de professores visitantes.

Quanto ao perfil dos professores visitantes, num segundo momento descrevemos as características pessoais e profissionais desses docentes contratados pela UFPB a partir de 2017. Notamos que apenas consta nos anexos do Relatório Anual de Execução do Projeto Institucional de Internacionalização (PII) da UFPB emitido em 2019 (versão 2) uma lista dos professores visitantes contratados em 2019 com nome, nacionalidade, departamento, centro, início e término do contrato. Também não localizamos no site da PROGEP informações sobre esses visitantes, apresenta somente o quantitativo de docentes efetivos do Sistema Integrado de Gestão de Recursos Humanos (SIGRH). Nem localizamos todos os visitantes de forma pública no Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas (SIGAA) e algumas informações desse sistema estão incompletas.

Quanto aos programas de pós-graduação contemplados com professores visitantes, no site da PRPG e no PDI 2019-2023 da UFPB constam os programas de pós-graduação (por campus e por área de conhecimento) e as notas da avaliação da Capes, mas não menciona os PPGs que contrataram visitantes. No site da PRPG, também consta o campo Capes-PrInt que vincula ao site (<http://www.print.ufpb.br/PrInt>), apresentando vários assuntos (Temas Estratégicos, Editais, Documentos e Resoluções – PrInt, Processo de Professor Visitante), porém algumas informações não estão disponibilizadas ou estão incompletas neste site específico (por exemplo: no assunto Processo de Professor Visitante não contém de forma organizada todas as chamadas públicas lançadas, nem todos os editais para contratação). Em virtude de não localizarmos alguns dados, enviamos um questionário à UFPB através do Sistema Eletrônico do Serviço de Informações ao Cidadão (e-SIC), mais especificamente na Plataforma Integrada de Ouvidoria e Acesso à Informação (Fala.BR) da Controladoria Geral da União (CGU).

De acordo com os dados da pesquisa, houve 143 vagas ofertadas através dos editais de 2016 a 2019, foram contratados 103 visitantes entre janeiro de 2017 a maio de 2022, sendo a maior parte nas categorias A e sênior e a maioria dos professores homens brasileiros. Os 26 visitantes estrangeiros contratados são de origem de 3 continentes (19 da Europa, 6 da América e 1 da Ásia), destacando-se a maior quantidade composta por 7 espanhóis. Dos 78 programas de pós-graduação *stricto sensu* da UFPB, 52 (66,67%) contrataram visitantes.

Verificamos ainda que 37 PPGs participaram de temas do programa Capes-PrInt e 30 deles contrataram visitantes.

Posteriormente, buscamos as atividades de internacionalização desenvolvidas pelos visitantes estrangeiros contratados pela UFPB inseridas em plataformas digitais. Coletamos desses 26 professores, os currículos na Plataforma *Lattes* do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e também os relatórios e os planos de atividades no SIPAC da UFPB.

Diante dos documentos pesquisados, optamos por analisar os currículos *lattes*, pois os relatórios e os planos de atividades foram localizados em menor quantidade, além de que o currículo *lattes* é um documento uniformizado diferentemente dos relatórios e planos que não seguem um modelo padrão. Ressaltamos ainda que o currículo *lattes* é feito numa plataforma brasileira importantíssima, muito rica de dados e bem desenvolvida, mas não está voltada particularmente a internacionalização e nem todos os professores preenchem de forma completa e correta os dados solicitados. Assim sendo, não conseguimos nos referidos currículos informações do idioma e do país em que determinadas atividades foram realizadas, nem sobre parcerias e captação de subsídios para pesquisas intermediadas pelos visitantes para a internacionalização.

A amostra final do estudo foi composta dos 20 professores visitantes estrangeiros que possuem o currículo atualizado a partir de 2017. Logo, apresentamos os dados contidos no *lattes* que indicam possível internacionalização desses docentes de acordo com as categorias: FORMAÇÃO, 16 (80%) visitantes concluíram o doutorado no exterior; ATUAÇÃO, 11 (55%) são revisores de periódicos do exterior; PESQUISA, 5 (25%) têm participação em projetos de pesquisa no exterior; EXTENSÃO, nenhum participa de projetos de extensão no exterior; PRODUÇÃO, 20 (100%) visitantes têm artigos no exterior; EVENTOS, 6 (30%) participaram de eventos no exterior; ORIENTAÇÕES, 5 (25%) orientaram teses de doutorado no exterior; BANCAS, somente 2 (10%) visitantes são membros de bancas de concurso público no exterior.

Além disso, os idiomas que mais constam nos currículos *lattes* dos professores visitantes estrangeiros são o inglês e o espanhol. Os indicadores de produção obtidos nos currículos demonstram que as produções mais desenvolvidas por todos consistem na elaboração de artigos, de livros ou capítulos e apresentações de trabalho. Segundo o Diretório de Grupos de Pesquisa da plataforma *lattes*, apenas 8 (40%) visitantes são pesquisadores na UFPB.

### 5.3 RECOMENDAÇÕES

Diante da análise dos documentos e dos dados da pesquisa, identificamos algumas lacunas e construímos propostas para serem empregadas pelos Programas de Pós-Graduação (PPGs), pela Pró-Reitoria de Pós-Graduação (PRPG) e pelos professores visitantes contratados pela UFPB.

Quanto à divulgação do programa e dos processos seletivos, sugerimos que exista um setor específico do programa formado por servidores das áreas de comunicação e de tecnologia da informação para desenvolver um painel na página da Pró-Reitoria de Pós-Graduação (PRPG), mais especificamente no site (<http://www.print.ufpb.br/PrInt/contents/menu/professor-visitante>), no campo Processo de Professor Visitante, contendo diversos dados de forma organizada que poderiam ser enumerados para facilitar a visualização, entre eles:

- Chamadas públicas internas;
- Projetos de solicitação de contratação de docente visitante efetuados pelos PPGs;
- Resultados finais das propostas aceitas dos PPGs;
- Editais de processos seletivos (já constam no site da PROGEP, apenas vincular ao site da PRPG).

Recomendamos ainda que os processos seletivos sejam mais divulgados na África e na Oceania para a universidade possuir professores de todos os continentes e ser mais diversificada, ampliando as vivências e culturas. Adicionalmente, sugerimos uma análise do perfil de pesquisadores desses continentes, para identificar as condições e as necessidades deles, até mesmo considerar possíveis modificações nos editais e assim tornar a UFPB mais atrativa para esses profissionais.

Quanto à divulgação do perfil dos professores visitantes e dos PPGs, sugerimos que no referido painel da PRPG conste a lista de contratados (incluir por exemplo: nome, sexo, nacionalidade, país, idade, estado civil, centro de ensino, departamento, jornada de trabalho, categoria, vigências inicial e final dos contratos/aditivos). Além de apresentar no painel os programas de pós-graduação contemplados com visitantes por campus e por área de conhecimento, para que a UFPB possa futuramente fazer chamadas públicas voltadas aos PPGs que não tiveram nenhum professor visitante. Assim, o painel poderá conter filtros com os dados dos visitantes de acordo com os PPGs e centros de ensino da universidade.

Quanto à gestão orçamentária e financeira, sugerimos que seja dada transparência no painel sobre os gastos de pessoal a partir de 2017, além de apresentar se há recursos orçamentários e financeiros para possibilitar a contratação de novos professores visitantes nos próximos anos. Adicionalmente, caso exista um próximo edital para receber o financiamento do programa Capes-PrInt, recomendamos que a UFPB elabore outros temas, inclua os PPGs que não estavam participando do Edital nº 41/2017 da Capes e que a universidade ofereça vagas para contratar visitantes nesses PPGs.

Quanto à promoção de capacitações, sugerimos que sejam ofertados cursos de idiomas, principalmente de inglês, espanhol e francês para alunos, professores, técnicos administrativos da UFPB e a comunidade; e ainda de português para visitantes e alunos estrangeiros poderem se comunicar melhor com os brasileiros e assim se sentirem mais acolhidos no nosso país. Visto que o emprego de idiomas estrangeiros é uma das medidas comuns de internacionalização como afirmam os autores Marrara e Rodrigues (2009), Stallivieri (2017) e também constituem indicadores de internacionalização da Capes (2017) e da UFPB de acordo com a Resolução CONSUNI nº 06/2018. Outra sugestão é a universidade oferecer um curso de como preencher o currículo *lattes* para toda a comunidade acadêmica.

Quanto à avaliação dos professores visitantes, sugerimos que seja aplicado questionário ou entrevista com os coordenadores dos programas de pós-graduação para verificar conforme os planos de trabalho e os relatórios de atividades se os professores visitantes contribuíram com a internacionalização, assim como evidenciar se os objetivos da contratação e as metas foram alcançados. Recomendamos também que seja aplicado questionário com os alunos para avaliar os visitantes e identificar a satisfação com a atuação desses professores. Por fim, indicamos a criação de normativos para a UFPB estabelecer um processo avaliativo contínuo dos professores visitantes e assim promover a triangulação da avaliação desses docentes pelos coordenadores, alunos e instituição.

Quanto às obrigações dos professores visitantes, a universidade poderia alterar a Resolução CONSEPE nº 24/2019 e determinar como requisito de ingresso o preenchimento do currículo *lattes* para todos os candidatos, sejam eles brasileiros ou estrangeiros; além de requerer aos contratados a atualização do currículo a cada período letivo ou semestralmente, para torná-lo uma fonte de dados constantemente atualizada.

Com relação aos relatórios de atividades dos professores visitantes, propomos que sejam enviados de forma padronizada à PRPG e se possível seja criado um banco de dados com tais relatórios, provavelmente assim seria mais acessível para UFPB fazer uma avaliação do programa de contratação de professores visitantes, tomar decisões sobre próximos

processos seletivos e identificar os objetivos atingidos da internacionalização dos PPGs. Inclusive, sugerimos que de modo semelhante ao Plano Individual Docente (PID) e ao Relatório Individual Docente (RID) dos professores efetivos da UFPB, sejam elaborados planos e relatórios compatíveis com as obrigações dos professores visitantes, requerendo também a inserção no SIGAA ou o cadastro no SIPAC com documentos ostensivos, para melhorar a gestão e aumentar a transparência das atividades desempenhadas.

À vista da dificuldade constatada pela pesquisa em localizar os relatórios de atividades dos visitantes e quanto à uniformidade desses documentos, criamos instruções para o preenchimento desses relatórios pelos professores, podendo ser apresentado com frequência semestral ou a cada período acadêmico de acordo com a necessidade da instituição, a seguir demonstradas no quadro 18.

Quadro 18: Instruções para preenchimento do relatório de atividades dos professores visitantes

PERFIL PESSOAL	DETALHAMENTO
Nome	
Nacionalidade	
Idade	
Sexo	
Estado civil	
Nível de escolaridade	
Idiomas	
E-mail	
PERFIL PROFISSIONAL	
Contrato/aditivo	Nº
Período	Data inicial e final do contrato/aditivo
Categoria	
Jornada de trabalho	
PPG	
Departamento	
Área de conhecimento	
<i>Lattes</i>	Link
<i>Orcid</i>	Link
RELATÓRIO	
Tipo de relatório	Parcial ou final
Período	Data inicial e final ou semestre
PLANO DE TRABALHO	
Metas	Não alcançadas, alcançadas parcialmente ou totalmente
Impacto	Para alunos, para o curso, para a instituição e para a sociedade

<b>ATIVIDADES DE ENSINO</b>	
Disciplinas	Graduação e pós-graduação
Idioma das aulas	Português e outros
Material bibliográfico	Editoras nacionais e estrangeiras
Formato da aula	Presencial, online ou híbrido
Alunos	Nacionalidade, se for de outra instituição especificar o nome e país
Visitas técnicas	Instituição, país, período, finalidade
<b>ATIVIDADES DE PARCERIAS, ACORDOS E CONVÊNIOS</b>	
PARCERIAS, ACORDOS E CONVÊNIOS	Especificar se intermediou a criação de parcerias, acordos, convênios, anexar documento elaborado para formalização, especificar a instituição ou membros, país, os objetivos e as atividades executadas até o momento, se é nacional ou internacional, ano
<b>1 FORMAÇÃO:</b>	
Graduação	Curso, instituição, país, se o curso é nacional ou internacional, ano
Especialização	Curso, instituição, país, se o curso é nacional ou internacional, ano
Mestrado	Curso, instituição, país, se o curso é nacional ou internacional, ano
Doutorado	Curso, instituição, país, se o curso é nacional ou internacional, ano
Pós-doutorado	Curso, instituição, país, se o curso é nacional ou internacional, ano
Livre-docência	Curso, instituição, país, se o curso é nacional ou internacional, ano
<b>2 ATUAÇÃO:</b>	
Membro de corpo editorial	País e circulação do periódico, se é nacional ou internacional, ano
Membro de comitê de assessoramento	País do órgão, entidade ou instituição, se é nacional ou internacional, ano
Revisor de periódico	País e circulação do periódico, se é nacional ou internacional, ano
Revisor de projeto de fomento	País do projeto, se é nacional ou internacional, ano
Prêmios e títulos	Instituição, país, se o prêmio ou título é nacional ou internacional, ano
<b>3 PESQUISA:</b>	
Coordenação de projetos de pesquisa	Instituição, país do projeto, se é nacional ou internacional; membros da equipe (brasileiros ou estrangeiros), ano
Participação em projetos de pesquisa	Instituição, país do projeto, se é nacional ou internacional; membros da equipe (brasileiros ou estrangeiros), ano
Coordenação de Grupos de pesquisa	Instituição, país do projeto, se é nacional ou internacional; membros da equipe (brasileiros ou estrangeiros), ano
Participação em Grupos de pesquisa	Instituição, país do projeto, se é nacional ou internacional; membros da equipe (brasileiros ou estrangeiros), ano
Financiamento de Projetos de pesquisa	Instituição financiadora, país, se é nacional ou internacional, ano



4 EXTENSÃO:	
Coordenação de projetos de extensão	Instituição, país do projeto, se é nacional ou internacional; membros da equipe (brasileiros ou estrangeiros), ano
Participação em projetos de extensão	Instituição, país do projeto, se é nacional ou internacional; membros da equipe (brasileiros ou estrangeiros), ano
Cursos e Oficinas de extensão	Instituição, país, se é nacional ou internacional, ano
Organização de eventos de extensão	Instituição, país, se o evento é nacional ou internacional, membros da equipe de elaboração (brasileiros ou estrangeiros), ano
Participação em eventos de extensão	Instituição, país, se o evento é nacional ou internacional (especificar convidados para ministrar palestras; participante para apresentar trabalhos ou ouvinte quando assistem apenas o evento), ano
5 PRODUÇÃO:	
Produção Bibliográfica	
Artigos	País do periódico, se é de circulação nacional ou internacional; outros autores (brasileiros ou estrangeiros), ano
Livros e capítulos	País da editora, se é de circulação nacional ou internacional; outros autores (brasileiros ou estrangeiros), ano
Trabalhos completos publicados em anais de congressos	Instituição, país do congresso, se é de circulação nacional ou internacional; outros autores (brasileiros ou estrangeiros), ano
Resumos expandidos publicados em anais de congressos	Instituição, país do congresso, se é de circulação nacional ou internacional; outros autores (brasileiros ou estrangeiros), ano
Apresentações de trabalho	Instituição, país, se é de circulação nacional ou internacional; outros autores (brasileiros ou estrangeiros), ano
Prefácio, posfácio	País da editora, se é de circulação nacional ou internacional; outros autores (brasileiros ou estrangeiros), ano
Outras produções bibliográficas	Instituição, país, se é de circulação nacional ou internacional; outros autores (brasileiros ou estrangeiros), ano
Produção Técnica	
Assessoria e consultoria	País do órgão, entidade ou instituição, se é nacional ou internacional, ano
Trabalhos técnicos	País do órgão, entidade ou instituição, se é nacional ou internacional, ano
Curso de curta duração ministrado	País do órgão, entidade ou instituição, se é nacional ou internacional, ano
Editores	País da editora, se é de circulação nacional ou internacional, ano
Outras produções técnicas	País do órgão, entidade ou instituição, se é nacional ou internacional, ano
Produção Artística / Cultural	
Artes cênicas	País do órgão, entidade ou instituição, se é nacional ou internacional; outros autores (brasileiros ou estrangeiros), ano
Música	País do órgão, entidade ou instituição, se é nacional ou internacional; outros autores (brasileiros ou estrangeiros), ano
Artes visuais	País do órgão, entidade ou instituição, se é nacional ou internacional; outros autores (brasileiros ou estrangeiros), ano
Outras produções artísticas / culturais	País do órgão, entidade ou instituição, se é nacional ou internacional; outros autores (brasileiros ou estrangeiros), ano

6 EVENTOS:	
Organização de eventos	Instituição, país, se o evento é nacional ou internacional, membros da equipe de elaboração (brasileiros ou estrangeiros), ano
Participação em eventos	Instituição, país, se o evento é nacional ou internacional (especificar convidados para ministrar palestras; participante para apresentar trabalhos ou ouvinte quando assistem apenas o evento), ano
7 ORIENTAÇÕES:	
Orientação	Nome do aluno, instituição a qual pertence, país, curso, nível (graduação, especialização, mestrado, doutorado, pós-doutorado), ano
Coorientação	Nome do aluno, instituição a qual pertence, país, curso, nível (graduação, especialização, mestrado, doutorado, pós-doutorado), ano
8 BANCAS:	
Defesa	Nome do aluno, instituição a qual pertence, país, curso, nível (graduação, especialização, mestrado, doutorado, pós-doutorado), ano
Qualificação	Nome do aluno, instituição a qual pertence, país, curso, nível (mestrado, doutorado), ano
Bancas de Concurso Público	Concurso, instituição, país, se o concurso é nacional ou internacional, ano
Bancas de Avaliação de Cursos	Curso, instituição, país, se o curso é nacional ou internacional, ano

Fonte: Elaborado pela autora (2023).

Desse modo, as informações do currículo *lattes* apresentadas no quadro acima referentes as categorias 1 a 8 poderiam ser importadas ou até mesmo copiadas para os relatórios de atividades e assim não seria necessário cadastrar novamente (por exemplo: as produções bibliográfica, técnica ou artística/cultural). Como também os documentos das disciplinas ministradas, das orientações e das bancas cadastradas no SIGAA poderiam ser incluídos automaticamente nos relatórios de atividades e serviriam de comprovação. Por fim, seriam acrescentadas apenas as lacunas que faltam no *lattes* como o país e o idioma de forma manual nos relatórios.

A partir do referencial e dos resultados desta pesquisa compreendemos a relevância de um relatório de atividades apropriado, considerando as especificidades dos professores visitantes, especialmente para registrar o âmbito em que as ações ocorreram, mencionando se foi nacional ou internacional. Sendo assim, para identificar se está acontecendo a internacionalização com a atuação dos visitantes, posteriormente para a universidade sistematizar o processo de avaliação e caso necessário reestruturar as atividades desses docentes.

## 5.4 CONCLUSÃO

Com a análise da situação do programa de contratação de professor visitante e a internacionalização da UFPB durante o período de 2017 a 2022, os resultados indicaram aspectos positivos, pois foram contratados docentes estrangeiros ou com formação acadêmica em outros países que elaboraram principalmente produções bibliográficas no exterior, assim possibilitando a troca de conhecimentos com alunos e docentes efetivos da universidade.

Contudo, evidenciamos algumas fragilidades consideradas como aspectos negativos quanto à transparência do programa, por não haver informações de forma centralizada e completa sobre as chamadas públicas, os projetos de solicitação de contratação de visitantes elaborados pelos programas de pós-graduação, a lista de contratados e os respectivos PPGs. Além disso, as atividades desenvolvidas por todos os visitantes não estão registradas nos sistemas integrados da UFPB, o que poderia gerar um banco de dados para facilitar a avaliação pela universidade.

Quanto à internacionalização, os resultados da pesquisa indicam que os visitantes realizam algumas atividades internacionais, porém precisam ser mais incentivados a atuarem como membros de comitês de assessoramento e revisores de projetos de fomento no exterior, a coordenarem ou participarem de projetos de extensão com cooperação internacional, a elaborarem produções técnicas e artísticas/culturais, a serem orientadores e membros de bancas de trabalhos em instituições de ensino de outros países.

Após a defesa desta dissertação e ajustes finais, pretendemos submeter o relatório técnico à Pró-Reitoria de Pós-Graduação (PRPG) da UFPB para ter conhecimento sobre as análises e as recomendações no intuito de averiguar as propostas e encaminhar aos setores envolvidos na possível implementação. Esperamos que este relatório técnico possa contribuir para a gestão do programa de professor visitante a fim de ampliar ou dar continuidade a contratação; melhorar o registro das atividades, as metas e os impactos decorrentes da atuação dos visitantes; e aumentar a transparência do programa no sentido de desenvolver a internacionalização da universidade.

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

No aspecto teórico, a internacionalização da educação superior foi considerada nesta pesquisa como um processo, destacando-se a forma de mensuração e alguns indicadores para determinadas instituições como a Capes, as organizadoras de *rankings* acadêmicos e por estudiosos da temática. Também foi feito um levantamento sobre a avaliação da educação superior, a importância da Capes e o programa Capes-PrInt, as ações de internacionalização efetuadas pela UFPB para se chegar ao programa de contratação temporária de professor visitante.

Constatamos que a internacionalização tem vários conceitos e indicadores e as instituições de ensino e pesquisa estão ainda implantando-a de diversas formas, inexistindo um padrão para comparações e assim cada IES apresenta modos divergentes de internacionalização. Isso aponta que algumas universidades estão numa fase de implementação, inclusive a UFPB está nesse momento de produção de normativos e aplicação prática de meios para buscar a inserção internacional como a participação no programa Capes-PrInt e a contratação de professores visitantes estrangeiros ou formados no exterior.

Este trabalho teve como objetivo geral avaliar o programa de contratação de professor visitante como ferramenta de internacionalização da Universidade Federal da Paraíba. Os procedimentos empregados possibilitaram o alcance desse objetivo através da análise dos documentos institucionais sobre a internacionalização e a avaliação do trabalho docente, assim como, por meio das respostas concedidas pela UFPB em virtude do questionário enviado à Plataforma Integrada de Ouvidoria e Acesso à Informação (Fala.BR). A partir dessas informações, foi possível verificar os programas de pós-graduação (PPGs) contemplados com visitantes, caracterizar o perfil pessoal e profissional desses professores brasileiros e estrangeiros contratados desde 2017, identificar atividades de internacionalização desenvolvidas pelos visitantes estrangeiros inseridas nos currículos *lattes*; e elaborar um relatório diagnóstico a respeito do programa.

O trabalho identificou que, ao longo de 2017 até 2022, dos 78 PPGs *stricto sensu* da UFPB, 52 possuíam professores visitantes vinculados principalmente ao Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes (CCHLA) e a maior parte do colégio humanidades, das áreas de ciências humanas, de ciências sociais aplicadas e de linguística, letras e artes. Quanto ao perfil dos professores, dos 103 contratados a maioria é do sexo masculino e brasileiro, somando quase a metade nas categorias A e Sênior (categorias com maior titulação e experiência que por isso recebem uma remuneração maior). A respeito da nacionalidade, 77 são brasileiros e

26 estrangeiros, logo o estudo se ateve aos estrangeiros e 7 deles nasceram na Espanha, havendo uma predominância de professores vindos do continente europeu e que tem como idioma o espanhol.

Para realizar a análise da formação e das atividades desenvolvidas pelos visitantes, estabelecemos categorias e variáveis com os dados contidos no currículo *lattes*, conforme a amostra final composta de 20 professores estrangeiros com o currículo atualizado a partir de 2017. Assim, pudemos perceber o que mais se destaca em cada categoria e variável de forma sintetizada. Na categoria 1) FORMAÇÃO, 16 (80%) visitantes têm doutorado no exterior. Na categoria 2) ATUAÇÃO, 11 (55%) visitantes são revisores de periódicos do exterior. Na categoria 3) PESQUISA, 5 (25%) visitantes têm participação em projetos de pesquisa no exterior. Na categoria 4) EXTENSÃO, nenhum professor informou no currículo que participou de projetos de extensão no exterior. Na categoria 5) PRODUÇÃO, no tocante à bibliográfica, 20 (100%) visitantes têm artigos no exterior; no tocante à técnica, 6 (30%) visitantes realizaram assessoria, trabalhos técnicos, cursos de curta duração ou editoração no exterior; e no tocante à produção artística/cultural, apenas 2 (10%) visitantes têm produção no exterior. Na categoria 6) EVENTOS, 6 (30%) visitantes envolveram-se em eventos no exterior. Na categoria 7) ORIENTAÇÕES, 5 (25%) visitantes orientaram teses de doutorado no exterior. Na categoria 8) BANCAS, somente 1 (5%) visitante é membro de banca de mestrado e essa mesma quantidade de doutorado no exterior e apenas 2 (10%) visitantes são membros de bancas de concurso público no exterior.

É notório que a UFPB está caminhando para a internacionalização, mas ainda necessita de melhorias, a exemplo das lacunas encontradas quanto à falta de informação, tanto no registro efetuado pelos professores visitantes em seus relatórios de atividades como nos currículos *lattes*, fonte de consulta principal da pesquisa, além da incipiente avaliação do trabalho desses visitantes. É visível que a PRPG produziu um relatório importante com as características, a atuação acadêmica, a percepção das condições de trabalho e da gestão dos PPGs, porém consideramos uma avaliação pioneira ocorrida de forma pontual em 2020 dado que a universidade não reaplicou o questionário com os visitantes contratados posteriormente, impossibilitando a comparação para melhor avaliar esses professores e apresentar os resultados do programa à gestão da UFPB.

Como percebemos que a avaliação docente é um instrumento muito útil para gestão das instituições de ensino, as regras devem ser determinadas antes de iniciar o processo avaliativo e os critérios devem ser previamente estipulados para que o trabalho seja pautado nesse planejamento, sendo necessário estabelecer tempo hábil para os docentes organizarem a

forma de trabalhar a fim de atingir as metas e gerar um retorno da avaliação para correções e contínuo aprimoramento das atividades. Entretanto, por não existir um processo avaliativo estruturado pela UFPB, produzimos um relatório diagnóstico do programa com sugestões visando o registro e a padronização dos relatórios de atividades pelos visitantes e ainda incluímos um roteiro de instruções para o preenchimento desses documentos no intuito de possibilitar a organização e posteriormente uma avaliação das atividades desenvolvidas voltadas sobretudo a internacionalização.

Portanto, a internacionalização é um processo inevitável para educação superior e na UFPB encontra-se em andamento, por meio da institucionalização da política, dos PDIs, da mobilidade de alunos e professores, de ações de apoio a pesquisa e a pós-graduação e da contratação de professores visitantes. Por fim, compreendemos que a atuação desses renomados visitantes contribuiu para a internacionalização da UFPB, pois é uma forma de internacionalização “em casa”, *at home* ou doméstica que alcança uma maior abrangência, isto é, englobando professores efetivos, alunos e a comunidade em geral.

## 6.1 LIMITAÇÕES DA PESQUISA

Como limitações da pesquisa apontamos o tamanho da amostra composta apenas dos 26 visitantes estrangeiros, dada a questão do tempo para extração dos currículos *lattes* e para a análise qualitativa de cada um de forma manual, impossibilitando a coleta e o tratamento dos currículos de todos os 103 visitantes contratados e a obtenção da análise completa da população.

A principal dificuldade da pesquisa consistiu em não haver uma fonte de dados centralizada sobre a internacionalização num site ou sistema, logo a busca pelos relatórios de atividades dos professores visitantes precisou ser realizada manualmente, muitas vezes não conseguimos obter tais relatórios e observamos a falta de padronização daqueles encontrados para podermos avaliar a atuação. Assim, optamos por analisar o currículo *lattes* porque percebemos que até hoje registrar as atividades internacionais pelos professores é uma tarefa complexa.

Verificamos também algumas limitações do currículo *lattes* apresentadas adiante. No campo “Prêmios e títulos”, consta o nome e a instituição que concedeu, mas não consta o país dessa instituição. No campo “Atuação profissional”, nem todos os professores preencheram a instituição que tiveram ou tem vínculo, alguns não colocam as disciplinas que lecionam se é no nível da graduação ou da pós-graduação e a língua em que a aula é ministrada. Nos

campos “Membro de corpo editorial”, “Membro de comitê de assessoramento”, “Revisor de periódico”, “Revisor de projeto de fomento” não consta o país do periódico, se é de circulação nacional ou internacional, nem consta o país da agência de fomento. Nos campos “Projetos de pesquisa” e “Projetos de extensão” não consta o país onde é realizado o projeto, se tem financiamento internacional e nem se a equipe é composta de integrantes de fora do país. No campo “Produção Bibliográfica” não consta a exibição do país dos periódicos e das editoras, se é de circulação nacional ou internacional, nem o local das apresentações de trabalhos. No campo “Produção Técnica” e no campo “Produção Artística / Cultural”, não consta a exibição do país onde foram efetuadas essas produções. No campo “Eventos”, dividida em Participação e Organização, não consta a exibição da classificação (internacional, nacional, regional ou local), do idioma e do país dos eventos, congressos, exposições ou feiras, apesar de a plataforma solicitar a inclusão da classificação e da localidade (cidade, país) do evento. Nos campos “Orientações” e “Bancas”, os professores preencheram a instituição em que participaram como orientadores ou membros de bancas, mas não consta a exibição do país onde está localizada.

Diante dessas lacunas precisamos verificar a localidade e o idioma de cada campo, o que acabou dificultando a tarefa da pesquisadora. Logo, como o currículo *lattes* já requer a inclusão do país e do idioma onde a atividade foi desenvolvida, seria interessante se todos fossem demonstrados para facilitar a compreensão, visto que consideramos nesta pesquisa o local (se ocorreu no Brasil ou no exterior, respectivamente, como atividade nacional ou internacional), como indicativo de internacionalização.

## 6.2 SUGESTÕES PARA PESQUISAS FUTURAS

Em virtude deste estudo ter sido efetuado somente com os professores visitantes estrangeiros, sugerimos nas próximas pesquisas que os currículos *lattes* sejam extraídos e analisados de forma automática por algum *software* para que seja realizada com toda a população, a fim de identificar a atuação dos professores visitantes brasileiros e a relação das atividades internacionais desenvolvidas, por exemplo, os idiomas das publicações que predominam e as redes de pesquisas, os países de formação, as instituições internacionais que mais mantêm vínculos com a UFPB.

Sugerimos também que sejam efetuadas buscas em outras instituições de ensino, prioritariamente com aquelas participantes do programa Capes-PrInt para observar os procedimentos destas IESs a respeito da contratação e análise da atuação dos professores

visitantes relacionando com a internacionalização, a fim de adotar as melhores práticas para serem implantadas pela UFPB.

Recomendamos que seja aplicado um questionário com os alunos para avaliar os visitantes e identificar a satisfação com a atuação desses professores e também sugerimos que sejam realizados questionário ou entrevista com os coordenadores dos programas de pós-graduação para verificar se os professores visitantes contribuíram com a internacionalização, se promoveram ações de intercâmbio científico e tecnológico, se ocorreu a capacitação de outros docentes, se aumentou a produtividade acadêmica, se melhorou a qualidade dos cursos de mestrado e doutorado e, por fim, se fortaleceu a pós-graduação e a imagem da instituição.

Portanto, pretendemos dar continuidade a este estudo para gerar uma avaliação dos visitantes a fim de subsidiar a gestão da Universidade Federal da Paraíba na ampliação ou manutenção desse tipo de contratação e também poder ser utilizada como uma ferramenta para analisar a satisfação dos envolvidos nos PPGs.



## REFERÊNCIAS

ALVES, Guilherme Krause. Avaliação da internacionalização da educação superior: proposição de indicadores e mapeamento de processos. **NAVUS - Revista de Gestão e Tecnologia, Florianópolis-SC**, v. 7, n. 4, p. 63-76, out./dez. 2017. ISSN 2237-4558. Disponível em: <http://www.spell.org.br/documentos/ver/47047/avaliacao-da-internacionalizacao-da-educacao-superior--proposicao-de-indicadores-e-mapeamento-de-processos/i/pt-br> Acesso em: 14 maio 2022.

BARANZELI, Caroline. Modelo de Internacionalização em Casa (IaH). *In*: MOROSINI, Marília. (Org.). **Guia para a internacionalização universitária**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2019. p. 187-201. Disponível em: [https://www.researchgate.net/profile/Adriana-Kampff-2/publication/343684972\\_Interfaces\\_da\\_Educacao\\_a\\_Distancia\\_na\\_Internacionalizacao\\_em\\_Casa/links/5f48fed8458515a88b7ca636/Interfaces-da-Educacao-a-Distancia-na-Internacionalizacao-em-Casa.pdf#page=189](https://www.researchgate.net/profile/Adriana-Kampff-2/publication/343684972_Interfaces_da_Educacao_a_Distancia_na_Internacionalizacao_em_Casa/links/5f48fed8458515a88b7ca636/Interfaces-da-Educacao-a-Distancia-na-Internacionalizacao-em-Casa.pdf#page=189) Acesso em: 28 maio 2022.

BELFORT, Ana Claudia; TEIXEIRA, Gislaíne Cristina dos Santos; MACCARI, Emerson Antonio; FERREIRA, Manuel Anibal Silva Portugal Vasconcelos; MARTENS, Cristina Dai Prá. O módulo internacional como ação estratégica de internacionalizaçãp de um programa de mestrado em administração. **Revista Gestão Universitária na América Latina – GUAL**, Florianópolis-SC, v. 12, n. 2, p. 206-229, maio/ago. 2019. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/gual/article/view/1983-4535.2019v12n2p206> Acesso em: 21 maio 2022.

BIAVA, Luísa; STALLIVIERI, Luciane. Publicação acadêmica internacional como estratégia de internacionalização das instituições de ensino superior. **Revista de Educação do Cogeime – Ano 26 – n. 50 – janeiro/junho 2017. p.136-148**. Disponível em: <https://www.metodista.br/revistas/revistas-cogeime/index.php/COGEIME/article/view/696/655> Acesso em: 24 nov. 2022.

BIFFI, Evandro José. **Avaliação do trabalho docente e suas especificidades na UNESP**. Disponível em: <https://repositorio.ufscar.br/bitstream/handle/ufscar/10782/Biffi%20-%20tese%20versao%20final.pdf?sequence=3&isAllowed=y>. Acesso em: 03 set. 2020.

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Proposta de Emenda à Constituição nº 206, de 2019**. Dá nova redação ao art. 206, inciso IV, e acrescenta § 3º ao art. 207, ambos da Constituição Federal, para dispor sobre a cobrança de mensalidade pelas universidades públicas. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/propostas-legislativas/2231221> Acesso em: 11 jun. 2022.

BRASIL. Congresso Nacional. **Glossário de termos orçamentários**. 1. ed. Brasília: Grupo de Trabalho Permanente de Integração da Câmara dos Deputados com o Senado Federal, Subgrupo Glossário Orçamentário, 2020. Disponível em: <https://bd.camara.leg.br/bd/handle/bdcamara/40193> Acesso em: 11 jun. 2022.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm) Acesso em: 24 abr. 2022.

BRASIL. **Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017.** Dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação das instituições de educação superior e dos cursos superiores de graduação e de pós-graduação no sistema federal de ensino. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2015-2018/2017/Decreto/D9235.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2017/Decreto/D9235.htm). Acesso em: 17 jun. 2020.

BRASIL. **Emenda Constitucional nº 95, de 15 de dezembro de 2016.** Altera o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para instituir o Novo Regime Fiscal, e dá outras providências. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/emendas/emc/emc95.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc95.htm) Acesso em: 22 abr. 2022.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Censo da Educação Superior 2020:** notas estatísticas. Brasília, DF: Inep, 2022. Disponível em: [https://download.inep.gov.br/publicacoes/institucionais/estatisticas\\_e\\_indicadores/notas\\_estatisticas\\_censo\\_da\\_educacao\\_superior\\_2020.pdf](https://download.inep.gov.br/publicacoes/institucionais/estatisticas_e_indicadores/notas_estatisticas_censo_da_educacao_superior_2020.pdf). Acesso em: 18 maio 2022.

BRASIL. **Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993.** Dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, nos termos do inciso IX do art. 37 da Constituição Federal, e dá outras providências. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L8745compilada.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8745compilada.htm) Acesso em: 08 fev. 2020.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.** Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L9394compilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394compilado.htm) Acesso em: 08 fev. 2020.

BRASIL. **Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004.** Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES e dá outras providências. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2004/lei/110.861.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/lei/110.861.htm). Acesso em: 08 fev. 2020.

BRASIL. **Lei nº 12.772, de 28 de dezembro de 2012.** Dispõe sobre a estruturação do Plano de Carreiras e Cargos de Magistério Federal; sobre a Carreira do Magistério Superior, de que trata a Lei nº 7.596, de 10 de abril de 1987; sobre o Plano de Carreira e Cargos de Magistério do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico e sobre o Plano de Carreiras de Magistério do Ensino Básico Federal, de que trata a Lei nº 11.784, de 22 de setembro de 2008; sobre a contratação de professores substitutos, visitantes e estrangeiros, de que trata a Lei nº 8.745 de 9 de dezembro de 1993; sobre a remuneração das Carreiras e Planos Especiais do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira e do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, de que trata a Lei nº 11.357, de 19 de outubro de 2006; altera remuneração do Plano de Cargos Técnico-Administrativos em Educação; altera as Leis nºs 8.745, de 9 de dezembro de 1993, 11.784, de 22 de setembro de 2008, 11.091, de 12 de janeiro de 2005, 11.892, de 29 de dezembro de 2008, 11.357, de 19 de outubro de 2006, 11.344, de 8 de setembro de 2006, 12.702, de 7 de agosto de 2012, e 8.168, de 16 de janeiro de 1991; revoga o art. 4º da Lei nº 12.677, de 25 de junho de 2012; e dá outras providências. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2011-2014/2012/Lei/L12772.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2012/Lei/L12772.htm) Acesso em: 08 fev. 2020.

BRASIL. Ministério da Educação. **Plano Nacional de Pós-Graduação (PNPG) 2011-2020**. Coordenação de Pessoal de Nível Superior. Brasília, DF: Capes, 2010. Disponível em: <https://www.gov.br/Capes/pt-br/aceso-a-informacao/institucional/plano-nacional-de-pos-graduacao> Acesso em: 12 jun. 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. **Resolução CNE/CES nº 1, de 8 de junho de 2007**. Estabelece normas para o funcionamento de cursos de pós-graduação lato sensu, em nível de especialização. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/rces001\\_07.pdf](http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/rces001_07.pdf) Acesso em: 12 jun. 2022.

BRASIL. Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão. **Produto 4: guia referencial para medição de desempenho e manual para construção de indicadores**. Brasília, 2009. Disponível em: [https://bibliotecadigital.economia.gov.br/bitstream/777/613/1/guia\\_indicadores\\_jun2010.pdf](https://bibliotecadigital.economia.gov.br/bitstream/777/613/1/guia_indicadores_jun2010.pdf) Acesso em: 30 maio 2022.

COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR (CAPES). **A internacionalização na universidade brasileira: resultados do questionário aplicado pela Capes**. Brasília: Diretoria de Relações Internacionais– DRI/Capes, 31 out. 2017a. Disponível em: <https://www.gov.br/Capes/pt-br/centrais-de-conteudo/a-internacionalizacao-nas-ies-brasileiras-pdf>. Acesso em: 19 maio 2022.

COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR (CAPES). **Bolsas e Auxílios Internacionais**. Brasília: Capes, 2022. Disponível em: <https://www.gov.br/Capes/pt-br/aceso-a-informacao/perguntas-frequentes/bolsas-e-auxilios-internacionais> Acesso em: 01 maio 2022.

COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR (CAPES). **Edital nº 41/2017**. Seleção de Projetos Institucionais de Internacionalização de Instituições de Ensino Superior ou de Institutos de Pesquisa. Brasília: Capes, 2017b. Disponível em: <https://www.gov.br/Capes/pt-br/centrais-de-conteudo/10112017Edital412017Internacionalizac> aoPrInt2.pdf Acesso em: 06 jun. 2022.

COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR (CAPES). **Evolução do SNPG no decênio do PNGP 2011-2020**. Brasília: Capes, 2021a. Disponível em: [https://www.gov.br/Capes/pt-br/centrais-de-conteudo/07032022\\_EvolucaoDoSNPGnoDecenioDoPNPG20112020\\_ISBNWeb.pdf](https://www.gov.br/Capes/pt-br/centrais-de-conteudo/07032022_EvolucaoDoSNPGnoDecenioDoPNPG20112020_ISBNWeb.pdf) Acesso em: 05 maio 2022.

COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR (CAPES). **Guia para Aceleração da Internacionalização Institucional: Pós-Graduação *Stricto Sensu***. Brasília: Capes, 2020a. Disponível em: [https://www.gov.br/Capes/pt-br/centrais-de-conteudo/23122020\\_Guia\\_para\\_Aceleracao\\_da\\_Internacionalizacao\\_Institucional.pdf](https://www.gov.br/Capes/pt-br/centrais-de-conteudo/23122020_Guia_para_Aceleracao_da_Internacionalizacao_Institucional.pdf) Acesso em: 30 mar. 2022.

COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR (CAPES). **Grupo de Trabalho de Internacionalização**. Brasília: Capes, 2019a. Disponível em: <https://www.gov.br/Capes/pt-br/centrais-de-conteudo/2020-01-03-relatorio-gt-internacionalizacao-pdf>. Acesso em: 24 out. 2022.

COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR (CAPES). **Grupo de Trabalho de Produção Técnica**. Brasília: Capes, 2019b. Disponível em: <https://www.gov.br/Capes/pt-br/centrais-de-conteudo/10062019-producao-tecnica-pdf> Acesso em: 23 nov. 2021.

COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR (CAPES). **Grupo de Trabalho do Qualis Artístico e Classificação de Eventos**. Brasília: Capes, 2019c. Disponível em: <https://www.gov.br/Capes/pt-br/centrais-de-conteudo/10062019-qualis-artistico-classificacao-de-eventos-pdf> Acesso em: 18 dez. 2022.

COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR (CAPES). **Portaria nº 122, de 5 de agosto de 2021**. Consolida os parâmetros e os procedimentos gerais da Avaliação Quadrienal de Permanência da pós-graduação *stricto sensu* no Brasil. Brasília: Capes, 2021b. Disponível em: <http://cad.Capes.gov.br/ato-administrativo-detalhar?idAtoAdmElastic=6742> Acesso em: 31 mar. 2022.

COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR (CAPES). **Portaria nº 220, de 03 de novembro de 2017**. Institui o Programa Institucional de Internacionalização de Instituições de Ensino Superior e de Institutos de Pesquisa do Brasil e dispõe sobre as diretrizes gerais do Programa. Brasília: Capes, 2017c. Disponível em: <http://cad.Capes.gov.br/ato-administrativo-detalhar?idAtoAdmElastic=156#anchor> Acesso em: 06 jun. 2022.

COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR (CAPES). **Proposta de Aprimoramento da Avaliação da Pós-Graduação Brasileira para o Quadriênio 2021-2024 – Modelo Multidimensional**. Brasília: Capes, 2020b. Disponível em: [https://www.Capes.gov.br/images/novo\\_portal/documentos/PNPG/25052020\\_Relat%C3%B3rio\\_Final\\_\\_2019\\_Comiss%C3%A3o\\_PNPG.pdf](https://www.Capes.gov.br/images/novo_portal/documentos/PNPG/25052020_Relat%C3%B3rio_Final__2019_Comiss%C3%A3o_PNPG.pdf). Acesso em: 07 jul. 2020.

COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR (CAPES). **Sobre as áreas de avaliação**. Brasília: Capes, 2022. Disponível em: <https://www.gov.br/Capes/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/avaliacao/sobre-a-avaliacao/areas-avaliacao/sobre-as-areas-de-avaliacao/sobre-as-areas-de-avaliacao> Acesso em: 09 abr. 2022.

CONTROLADORIA GERAL DA UNIÃO (CGU). **Fala.BR – Plataforma Integrada de Ouvidoria e Acesso à Informação**. Disponível em: <https://falabr.cgu.gov.br/publico/Manifestacao/SelecionarTipoManifestacao.aspx> Acesso em: 29 abr. 2022.

COSTA, Francisco José; SOUSA, Socorro Cláudia Tavares de; SILVA, Anielson Barbosa. Um modelo para o processo de orientação na pós-graduação. **Revista Brasileira de Pós-Graduação**, v. 11, n. 25, 6 mar. 2015. Disponível em: <https://rbpg.Capes.gov.br/index.php/rbpg/article/view/638/pdf> Acesso em: 03 dez.2022.

CRESWELL, John W.; PLANO CLARK, Vicki L. **Pesquisa de métodos mistos** [recurso eletrônico]. 2. ed. Tradução de Magda França Lopes. Revisão técnica de Dirceu da Silva. Porto Alegre: Penso, 2013.

DELGADO-MÁRQUEZ, Blanca L.; HURTADO-TORRES, Nuria Ester; BONDAR, Yaroslava. La internacionalización en la Enseñanza Superior: investigación teórica y empírica sobre su influencia en las clasificaciones de las instituciones universitarias. **Revista de Universidad y Sociedad del Conocimiento**, Barcelona, v. 8, n. 2, p. 101-20, jul. 2011. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/780/78018793009.pdf>. Acesso em: 17 maio 2022.

DE WIT, Hans. Measuring success in the internationalisation of higher education: an introduction. In: \_\_\_\_\_. **Measuring success in the internationalisation of higher education**. EAIE Occasional Paper 22. Amsterdam: European Association for International Education (EAIE), 2009. Chapter 1, p. 1-8. Disponível em: [https://www.researchgate.net/profile/Michael-Stohl/publication/232219994\\_Modeling\\_Assessment\\_of\\_Outcomes\\_and\\_Impacts\\_from\\_Internationalization/links/0fcfd50c01eacc0df0000000/Modeling-Assessment-of-Outcomes-and-Impacts-from-Internationalization.pdf](https://www.researchgate.net/profile/Michael-Stohl/publication/232219994_Modeling_Assessment_of_Outcomes_and_Impacts_from_Internationalization/links/0fcfd50c01eacc0df0000000/Modeling-Assessment-of-Outcomes-and-Impacts-from-Internationalization.pdf) Acesso em: 07 jun. 2022.

DE WIT, Hans; HUNTER, Fiona. The Future of Internationalization of Higher Education in Europe. **International Higher Education**, n. 83, p. 2-3, 2 Dec. 2015. DOI: <https://doi.org/10.6017/ihe.2015.83.9073> Disponível em: <https://ejournals.bc.edu/index.php/ihe/article/view/9073/8180> Acesso em: 23 maio 2022.

DUARTE, Roberto Gonzalez; CASTRO, José Márcio de; CRUZ, Ana Luiza Albuquerque; MIURA, Irene Kazumi. O papel dos relacionamentos interpessoais na internacionalização de instituições de ensino superior. **Educação em Revista**, Belo Horizonte-MG, v. 28, n. 1, p. 343-370, 2012. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-46982012000100015>. DOI: 10.1590/s0102-46982012000100015. Acesso em: 19 maio 2022.

EURAXESS – Pesquisadores em Movimento. Disponível em: <https://euraxess.ec.europa.eu/> Acesso em: 18 jan. 2023.

FERNANDES, Domingos. **Avaliação do desempenho docente: Desafios, problemas e oportunidades**. Cacém: Texto Editores, 2008. Disponível em: <https://repositorio.ul.pt/handle/10451/5508> Acesso em: 03 set. 2020.

GARCIA, Tânia Cristina Meira; MORAIS, Ione Rodrigues Diniz; ZAROS, Lilian Giotto, RÊGO, Maria Carmem Freire Diógenes. **Ensino remoto emergencial: orientações básicas para elaboração do plano de aula** (recurso eletrônico). Natal, SEDIS/UFRN, 2020. Disponível em: [https://eduCapes.Capes.gov.br/bitstream/Capes/571151/4/ENSINO%20REMOTO%20EMERGENCIAL\\_2.pdf](https://eduCapes.Capes.gov.br/bitstream/Capes/571151/4/ENSINO%20REMOTO%20EMERGENCIAL_2.pdf) Acesso em: 02 jul. 2022.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2019.

GRABINSKI, Claudia. Redes de pesquisa no cenário da internacionalização. In: MOROSINI, Marília. (Org.). **Guia para a internacionalização universitária**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2019. p. 103-114. Disponível em: <https://www.researchgate.net/profile/Adriana-Kampff-2/publication/>

343684972\_Interfaces\_da\_Educacao\_a\_Distancia\_na\_Internacionalizacao\_em\_Casa/links/5f48fed8458515a88b7ca636/Interfaces-da-Educacao-a-Distancia-na-Internacionalizacao-em-Casa.pdf#page=189 Acesso em: 28 maio 2022.

HUDZIK, John K.; STOHL, Michael. Modelling assessment of the outcomes and impacts of internationalisation. In: DE WIT, H. (Ed). **Measuring success in the internationalisation of higher education**. EAIE Occasional Paper 22. Amsterdam: European Association for International Education (EAIE), 2009. Chapter 2, p. 9-22. Disponível em: [https://www.researchgate.net/profile/Michael-Stohl/publication/232219994\\_Modeling\\_Assessment\\_of\\_Outcomes\\_and\\_Impacts\\_from\\_Internationalization/links/0fcfd50c01eacc0df0000000/Modeling-Assessment-of-Outcomes-and-Impacts-from-Internationalization.pdf](https://www.researchgate.net/profile/Michael-Stohl/publication/232219994_Modeling_Assessment_of_Outcomes_and_Impacts_from_Internationalization/links/0fcfd50c01eacc0df0000000/Modeling-Assessment-of-Outcomes-and-Impacts-from-Internationalization.pdf) Acesso em: 07 jun. 2022.

KNIGHT, Jane. **Internacionalização da educação superior: conceitos, tendências e desafios**. 2. ed.; e-book. São Leopoldo: Oikos, 2020.

KNIGHT, Jane. **Internationalization: Elements and Checkpoints**. CBIE Research n.7 - Canadian Bureau for International Education, 1994. Disponível em: <https://files.eric.ed.gov/fulltext/ED549823.pdf>. Acesso em: 17 maio 2022.

LEAL, Fernanda Geremias; STALLIVIERI, Luciane; MORAES, Mário César Barreto. Indicadores de internacionalização: o que os Rankings Acadêmicos medem?. **Revista Internacional de Educação Superior**, Campinas, SP, v. 4, n. 1, p. 52–73, 2018. DOI: 10.22348/riesup.v4i1.8650638. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/riesup/article/view/8650638>. Acesso em: 22 maio. 2022.

LIMA, Manolita Correia; MARANHÃO, Carolina Machado Saraiva de Albuquerque. O Sistema de educação superior mundial: entre a internacionalização ativa e passiva. **Avaliação**, Campinas; Sorocaba, SP, v. 14, n. 3, p. 583-610, nov. 2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/aval/v14n3/a04v14n3>. Acesso em: 15 maio 2022.

LIMA, Rubem Alves de. **Internacionalização dos programas de pós-graduação *stricto sensu*: o caso da Universidade Federal da Paraíba**. 2019. 185 f. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas, Gestão e Avaliação da Educação Superior, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2019. Disponível em: <https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/123456789/19557> Acesso em: 18 maio 2022.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Metodologia do trabalho científico: projetos de pesquisa, pesquisa bibliográfica, teses de doutorado, dissertações de mestrado, trabalhos de conclusão de curso**. 9. ed. São Paulo: Atlas, 2021a.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Técnicas de pesquisa**. 9. ed. São Paulo: Atlas, 2021b.

MARRARA, Thiago; RODRIGUES, Jonas de Almeida. Medidas de internacionalização e o uso de idiomas estrangeiros nos programas de pós-graduação brasileiros. **Revista Brasileira de Pós-Graduação**, Brasília, v. 6, n. 11, p. 121-143, dez. 2009. Disponível em: <https://rbpg.Capes.gov.br/index.php/rbpg/article/view/169/163>. Acesso em: 19 maio 2022.

MASETTO, Marcos Tarciso. **Competência pedagógica do professor universitário**. 2. ed. rev. São Paulo: Summus, 2012.

MASSI, Luciana; GIORDAN, Marcelo. Formação do orientador de pesquisas acadêmicas: um estudo bibliográfico nacional e internacional. **Revista Brasileira de Pós-Graduação**, v. 14, n. 33, 30 ago. 2017. Disponível em: <https://rbpg.Capes.gov.br/index.php/rbpg/article/view/1375> Acesso em: 03 dez. 2022.

MATTOS, Miriam de Cassia do Carmo Mascarenhas. **Estudos métricos da informação**. Indaial: UNIASSELVI, 2019. Disponível em: <https://www.uniassevi.com.br/extranet/layout/request/trilha/materiais/livro/livro.php?codigo=38195> Acesso em: 15 jun. 2022.

MONTAGNER, Miguel Ângelo; MONTAGNER, Maria Inez; HOEHNE, Eduardo Luiz. A consagração científica em números: análise do perfil de uma vanguarda pelos currículos *Lattes*. **Interface - Comunic., Saude, Educ.**, v. 13, n. 30, p. 181-95, jul./set. 2009. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/icse/a/zd3W7y8sh69qdddwJffMDCf/?lang=pt> Acesso em: 22 dez. 2022.

MOROSINI, Marília Costa. **Estado do conhecimento sobre internacionalização da educação superior**: conceitos e práticas. *Educar*, Curitiba, n. 28, p. 107-124, 2006. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-40602006000200008> Acesso em: 17 maio 2022.

MUELLER, Cristina Verônica. **O processo de internacionalização do Ensino Superior**: um estudo de caso da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. 2013. 178f. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/78147> Acesso em: 22 maio 2022.

NAVES, Madalena Martins Lopes. Considerações sobre a participação de docentes universitários em bancas examinadoras. **Revista Docência do Ensino Superior**, Belo Horizonte, v. 3, p. 13-20, 2013. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/rdes/article/view/1994>. Acesso em: 25 nov. 2022.

NEVES, Clarissa Eckert Baeta; BARBOSA, Maria Lígia de Oliveira. Internacionalização da educação superior no Brasil: avanços, obstáculos e desafios. **Sociologias**. Porto Alegre, RS. v. 22, n. 54, p. 144-175, maio/ago. 2020. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/216215> Acesso em: 02 abr. 2022.

NEZ, Egeslaine; MOROSINI, Marília Costa. **Programa institucional de internacionalização (PrInt)**: análises frente a uma pandemia. *Debates em Educação*, Maceió, v. 12, n. 28, p. 77-94, Set./Dez. 2020. Disponível em: [https://repositorio.pucrs.br/dspace/bitstream/10923/19841/2/Programa\\_institucional\\_de\\_internacionalizacao\\_PrInt\\_anlises\\_frente\\_a\\_uma\\_pandemia.pdf](https://repositorio.pucrs.br/dspace/bitstream/10923/19841/2/Programa_institucional_de_internacionalizacao_PrInt_anlises_frente_a_uma_pandemia.pdf). Acesso em: 18 maio 2022.

NÓBREGA, Maria Helena da. Orientandos e Orientadores no Século XXI: desafios da pós-graduação. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 43, n. 3, p. 1055-1076, jul./set. 2018. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/edreal/a/JKQjXW6T4PmtkqCJFN5T9Md/abstract/?lang=pt> Acesso em: 03 dez. 2022.

OLIVEIRA, Cynthia Sandes. **A internacionalização do ensino superior no Brasil por meio da ação da Capes: a cocriação do programa Capes-PrInt.** 2019. 253 f. Tese (Doutorado) - Universidade de Brasília, Centro de Estudos Avançados Multidisciplinares, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento, Sociedade e Cooperação Internacional, 2019. Disponível em: [http://bdtd.ibict.br/vufind/Record/UNB\\_7135197e8af79cdb23796fe203305542](http://bdtd.ibict.br/vufind/Record/UNB_7135197e8af79cdb23796fe203305542) Acesso em: 18 maio 2022

OLIVEIRA; Paula Souza de. **Internacionalização da educação superior: um estudo de caso em instituições públicas de ensino superior do estado da Bahia.** 2018. 155 f. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Educação, Salvador, 2018. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/handle/ri/25715> Acesso em: 15 maio 2022.

ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DA SAÚDE (OPAS). **Histórico da pandemia de COVID-19.** 2020. Disponível em: <https://www.paho.org/pt/covid19/historico-da-pandemia-covid-19> Acesso em: 23 maio 2022.

*OPEN RESEARCHER AND CONTRIBUTOR ID (ORCID).* **Sobre ORCID.** Disponível em: <https://info.orcid.org/what-is-orcid/> Acesso em: 07 set. 2022.

PEDRINI, Maristela. Competências para a formação docente e internacionalização. In: MOROSINI, Marília. (Org.). **Guia para a internacionalização universitária.** Porto Alegre: EDIPUCRS, 2019. p. 115-129. Disponível em: [https://www.researchgate.net/profile/Adriana-Kampff-2/publication/343684972\\_Interfaces\\_da\\_Educacao\\_a\\_Distancia\\_na\\_Internacionalizacao\\_em\\_Casa/links/5f48fed8458515a88b7ca636/Interfaces-da-Educacao-a-Distancia-na-Internacionalizacao-emCasa.pdf#page=189](https://www.researchgate.net/profile/Adriana-Kampff-2/publication/343684972_Interfaces_da_Educacao_a_Distancia_na_Internacionalizacao_em_Casa/links/5f48fed8458515a88b7ca636/Interfaces-da-Educacao-a-Distancia-na-Internacionalizacao-emCasa.pdf#page=189) Acesso em: 28 maio 2022.

PESSONI, Rosemeire Bom; PESSONI, Arquimedes. Internacionalização do ensino superior e a mobilidade acadêmica. **Educação**, Santa Maria, v. 46, (1), e87, p. 1–32, jan./dez. 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.5902/1984644443070> Acesso em: 19 maio 2022

RICHARDSON, Roberto Jarry. **Pesquisa social: métodos e técnicas.** 4. ed. rev., atual. e ampl. São Paulo: Atlas, 2017.

RUDZKI, Romuald Edward John. **The strategic management of internationalization: towards a model of theory and practice.** 1998. 331 f. Tese (Doutorado) - Curso de Filosofia na Faculdade de Educação, University of Newcastle upon Tyne, Reino Unido, 1998. Disponível em: <https://core.ac.uk/download/pdf/153775751.pdf>. Acesso em: 21 maio 2022.

SILVA, Deise Deolindo; DE ALMEIDA, Cátia Cândida; GRÁCIO, Maria Cláudia Cabrini. Associação do Fator de Impacto e do Índice h para a avaliação de periódicos científicos: uma aplicação no campo da Ciência da Informação. **Em Questão**, Porto Alegre, v. 24, p. 132–151, 2018. DOI: 10.19132/1808-5245240.132-151. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/EmQuestao/article/view/86489>. Acesso em: 30 maio. 2022.



SILVA, José Aparecido da; BIANCHI, Maria de Lourdes Pires. Cientometria: a métrica da ciência. **Paidéia**, Ribeirão Preto, v. 11, 2001. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0103-863X2001000200002> Acesso em: 21 jun. 2022.

STALLIVIERI, Luciane. Compreendendo a internacionalização da educação superior. **Revista de Educação do COGEIME**, Belo Horizonte, MG, v. 26, n. 50, p. 15-36, 2017. Disponível em: <https://www.metodista.br/revistas/revistas-cogeime/index.php/COGEIME/article/view/729/648>. Acesso em: 19 maio 2022.

TARDIF, Maurice. **Saberes docentes e formação profissional**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA (UFPB). Conselho Superior de Ensino, Pesquisa e Extensão. **Resolução nº 61/1995, de 28 de dezembro de 1995**. Estabelece normas para contratação de Professor Visitante e revoga a resolução nº 33/1988. João Pessoa: Conselho Superior de Ensino, Pesquisa e Extensão, 1995. Disponível em: [https://sig-arq.ufpb.br/arquivos/2018176004e905810769fe9544c2d02d/RES.\\_N61-1995.pdf](https://sig-arq.ufpb.br/arquivos/2018176004e905810769fe9544c2d02d/RES._N61-1995.pdf) Acesso em: 07 set. 2020.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA (UFPB). Conselho Superior de Ensino, Pesquisa e Extensão. **Resolução nº 35/2014, de 25 de agosto de 2014**. Altera o Artigo 4º da Resolução Nº 61/1995 que estabelece normas para a contratação de Professor Visitante e revoga a Resolução Nº 33/1988. João Pessoa: Conselho Superior de Ensino, Pesquisa e Extensão, 2014. Disponível em: [https://sig-arq.ufpb.br/arquivos/2015158025b94b096155fe763bbc580b/Rsep35\\_2014.pdf](https://sig-arq.ufpb.br/arquivos/2015158025b94b096155fe763bbc580b/Rsep35_2014.pdf) Acesso em: 07 set. 2020.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA (UFPB). Conselho Superior de Ensino, Pesquisa e Extensão. **Resolução nº 61/2014, de 23 de dezembro de 2014**. Altera a Resolução nº 09/1993 do CONSEPE, que regulamenta as atividades de Extensão da UFPB e dá outras providências. João Pessoa: Conselho Superior de Ensino, Pesquisa e Extensão, 2014. Disponível em: [https://sig-arq.ufpb.br/arquivos/2015189218bf0f0961995e3387965d76/Rsep61\\_2014.pdf](https://sig-arq.ufpb.br/arquivos/2015189218bf0f0961995e3387965d76/Rsep61_2014.pdf) Acesso em: 05 mar. 2022.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA (UFPB). Conselho Superior de Ensino, Pesquisa e Extensão. **Resolução nº 52/2018, de 08 de janeiro de 2019**. Revoga a Resolução Consepe nº 22/2016, estabelece critérios para distribuição de encargos ao pessoal da carreira do magistério superior na UFPB e regulamenta o Plano e o Relatório Individual Docente. João Pessoa: Conselho Superior de Ensino, Pesquisa e Extensão, 2018. Disponível em: [https://sig-arq.ufpb.br/arquivos/2019126124ae88117571605533b11f828/Rsep52\\_18.pdf](https://sig-arq.ufpb.br/arquivos/2019126124ae88117571605533b11f828/Rsep52_18.pdf) Acesso em: 05 mar. 2022.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA (UFPB). Conselho Superior de Ensino, Pesquisa e Extensão. **Resolução nº 24/2019, de 17 de julho de 2019**. Estabelece normas para a contratação de Professor Visitante para atuação na pós-graduação e revoga a Resolução Consepe nº 61/1995. João Pessoa: Conselho Superior de Ensino, Pesquisa e Extensão, 2019. Disponível em: [https://sig-arq.ufpb.br/arquivos/20192480611f4c15920864ea085a0b55b/Rsep24.19\\_d.PDF](https://sig-arq.ufpb.br/arquivos/20192480611f4c15920864ea085a0b55b/Rsep24.19_d.PDF) Acesso em: 07 set. 2020.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA (UFPB). Conselho Superior de Ensino, Pesquisa e Extensão. **Resolução nº 25/2019, de 17 de julho de 2019**. Aprova, no âmbito da

Universidade Federal da Paraíba, as normas gerais para o desenvolvimento de atividades de Pós-Graduação *Stricto Sensu*, sob o regime de cotutela e correspondente dupla titulação e revoga a Resolução Consepe nº 37/2014 e a Resolução Consepe nº 46/2015. João Pessoa: Conselho Superior de Ensino, Pesquisa e Extensão, 2019. Disponível em: [https://sig-arq.ufpb.br/arquivos/2019214181b4561501604a090880d18de/Resoluo\\_Consepe\\_n\\_25.2019.PDF](https://sig-arq.ufpb.br/arquivos/2019214181b4561501604a090880d18de/Resoluo_Consepe_n_25.2019.PDF) Acesso em: 16 dez. 2022.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA (UFPB). Conselho Superior de Ensino, Pesquisa e Extensão. **Resolução nº 36/2019, de 20 de agosto de 2019**. Altera a Resolução nº 25/2019 do Consepe, que aprova, no âmbito da Universidade Federal da Paraíba, as normas gerais para o desenvolvimento de atividades de Pós-Graduação *Stricto Sensu*, sob o regime de cotutela e correspondente dupla titulação. João Pessoa: Conselho Superior de Ensino, Pesquisa e Extensão, 2019. Disponível em: <https://sig-arq.ufpb.br/arquivos/2019112248f4d01562841db9633faaddc/Resp36.19.PDF> Acesso em: 16 dez. 2022.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA (UFPB). Conselho Universitário. **Resolução nº 06/2018, de 09 de abril de 2018**. Regulamenta a Política de Internacionalização da Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa: Conselho Universitário, 2018. Disponível em: [https://sig-arq.ufpb.br/arquivos/2018252038246579348540c6e9c9e919/Runi06\\_2018.pdf](https://sig-arq.ufpb.br/arquivos/2018252038246579348540c6e9c9e919/Runi06_2018.pdf) Acesso em: 07 dez. 2021.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA (UFPB). Conselho Universitário. **Resolução nº 44/2018, de 08 de janeiro de 2019**. Cria a Agência UFPB de Cooperação Internacional (ACI-UFPB) e dá outras providências. João Pessoa: Conselho Universitário, 2018. Disponível em: [https://sig-arq.ufpb.br/arquivos/20192151718ce911767337575c3eb6d51/Runi44\\_2018.pdf](https://sig-arq.ufpb.br/arquivos/20192151718ce911767337575c3eb6d51/Runi44_2018.pdf) Acesso em: 30 mar. 2022.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA (UFPB). **Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) UFPB 2014-2018**. João Pessoa: UFPB, 2014. Disponível em: [https://www.ufpb.br/ufpb/contents/documentos/pdi/pdi\\_ufpb\\_2014-2018.pdf/view](https://www.ufpb.br/ufpb/contents/documentos/pdi/pdi_ufpb_2014-2018.pdf/view) Acesso em: 16 dez. 2022.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA (UFPB). **Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) UFPB 2019-2023**. João Pessoa: UFPB, 2019. Disponível em: [http://www.proplan.ufpb.br/proplan/contents/documentos/pdi/pdi\\_2019-2023\\_posconsuni-1.pdf](http://www.proplan.ufpb.br/proplan/contents/documentos/pdi/pdi_2019-2023_posconsuni-1.pdf). Acesso em: 08 fev. 2020.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA (UFPB). **Programa Institucional de Internacionalização**. João Pessoa: UFPB, 2018. Disponível em: <http://www.print.ufpb.br/PrInt> Acesso em: 08 fev. 2020.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA (UFPB). Pró-Reitoria de Pós-Graduação. **Relatório - Professores Visitantes – UFPB (2018-2019)**. João Pessoa: Pró-Reitoria de Pós-Graduação, 2020. Disponível em: <http://www.prpg.ufpb.br/prpg/contents/downloads/RelatrioProfessoresVisitantesverso18052.pdf/view>. Acesso em: 22 jul. 2020.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA (UFPB). Pró-Reitoria de Pós-Graduação. **Resolução nº 001/2019, de 06 de fevereiro de 2020**. Aprova Regimento Interno do Grupo Gestor do programa CAPES PRINT UFPB. João Pessoa: Pró-Reitoria de Pós-Graduação,

2019. Disponível em:

[http://www.print.ufpb.br/PrInt/contents/documentos/RESOLUON.0012019\\_PRINT.pdf/view](http://www.print.ufpb.br/PrInt/contents/documentos/RESOLUON.0012019_PRINT.pdf/view)

Acesso em: 07 dez. 2021.

ZAMBERLAN, Luciano (org.) [*et al.*]. **Pesquisa em ciências sociais aplicadas**. Ijuí: Ed. Unijuí, 2019.

## APÊNDICE A – VISITANTES CONTRATADOS E CATEGORIAS DE INTERNACIONALIZAÇÃO

Dados das 28 variáveis de internacionalização obtidas nos currículos *lattes* dos 20 professores visitantes estrangeiros.

		VARIÁVEL																												
		1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25	26	27	28	
VISITANTE ESTRANGEIRO	P 1	1	1	1	0	2	2	1	2	2	2	1	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	
	P 2	2	2	1	2	2	2	2	2	2	2	1	1	1	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2
	P 3	1	1	0	0	1	2	1	1	1	2	1	1	1	2	2	1	2	2	1	1	2	0	0	2	0	2	1	0	
	P 4	1	1	1	1	1	1	1	1	1	2	1	1	1	2	2	1	1	2	0	1	1	2	0	0	0	0	0	0	
	P 5	2	1	1	1	2	2	2	2	2	2	1	1	1	1	2	2	2	2	0	2	2	2	2	2	2	2	0	2	
	P 6	2	2	1	2	1	2	2	2	2	2	1	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	
	P 7	1	1	1	0	1	2	1	2	0	2	1	2	1	1	2	2	0	1	0	2	2	0	0	0	2	2	2	2	
	P 8	1	2	1	2	1	1	1	1	1	0	1	1	1	1	2	1	1	1	1	1	1	2	1	1	0	2	1	2	
	P 9	2	2	1	2	2	2	2	2	2	2	1	2	2	2	2	1	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	
	P 10	1	0	0	0	2	2	1	2	0	2	1	1	1	2	2	0	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	
	P 11	1	0	0	0	2	2	1	2	0	0	1	1	1	2	2	1	2	2	0	0	2	2	0	2	0	2	2	2	
	P 12	1	1	0	2	2	2	0	2	2	0	1	1	1	0	1	2	2	0	0	2	2	2	2	2	2	2	2	2	
	P 13	1	1	1	1	1	1	1	2	2	2	1	1	1	1	1	0	0	0	0	0	2	0	0	0	0	0	0	2	
	P 14	1	2	1	1	2	2	1	2	0	2	1	2	2	2	2	2	2	2	2	2	0	2	2	2	2	2	2	2	
	P 15	2	2	1	2	2	2	2	2	2	2	1	1	1	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	
	P 16	2	2	1	2	1	1	1	1	2	2	1	1	1	2	2	1	1	2	0	1	1	2	2	2	2	2	2	2	
	P 17	2	2	1	2	2	1	2	2	1	2	1	1	1	1	2	0	2	0	0	1	2	0	0	0	2	2	0	2	
	P 18	1	1	1	0	2	2	0	2	0	0	1	1	1	0	0	2	1	2	0	2	2	2	0	0	0	2	2	2	
	P 19	1	1	1	1	2	2	2	2	1	2	1	1	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	
	P 20	1	1	1	2	1	2	1	2	2	2	1	1	1	1	0	2	2	1	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	

Fonte: Elaborada pela autora (2022), com base no currículo *lattes* (CNPQ).

## APÊNDICE B – QUANTITATIVO DE VISITANTES CONTRATADOS DE ACORDO AS ÁREAS DE CONHECIMENTO DOS PPGS

No site da PRPG da UFPB, constam 78 Programas de Pós-Graduação por áreas de conhecimento da Capes e por Campus, os dados estão atualizados no ano de 2022 e a seguir demonstramos os PPGs por área conforme a quantidade decrescente de professores visitantes contratados pela instituição.

Na área 10000003 – CIÊNCIAS EXATAS E DA TERRA, a UFPB possui seis programas.

10000003 – CIÊNCIAS EXATAS E DA TERRA						
ÁREA DE AVALIAÇÃO DA CAPES	CAMPUS	CENTRO	PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO	QTD. VISIT. CONTRATADOS POR PPG		
MATEMÁTICA	I (João Pessoa)	CCEN - Centro de Ciências Exatas e da Natureza	PPGMAT - PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM MATEMÁTICA	SIM	5	4,85%
ASTRONOMIA/ FÍSICA	I (João Pessoa)	CCEN - Centro de Ciências Exatas e da Natureza	PPGF - PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM FÍSICA	SIM	2	1,94%
CIÊNCIA DA COMPUTAÇÃO	I (João Pessoa)	CI - Centro de Informática	PPGI - PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM INFORMÁTICA	SIM	1	0,97%
MATEMÁTICA	I (João Pessoa)	CCEN - Centro de Ciências Exatas e da Natureza	PAPGM - PROGRAMA ASSOCIADO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM MATEMÁTICA	SIM	1	0,97%
QUÍMICA	I (João Pessoa)	CCEN - Centro de Ciências Exatas e da Natureza	PPGQ - PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM QUÍMICA	NÃO	0	0,00%
MATEMÁTICA	I (João Pessoa)	CCEN - Centro de Ciências Exatas e da Natureza	PROFMAT - PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM MATEMÁTICA EM REDE NACIONAL	NÃO	0	0,00%
<b>TOTAL</b>					<b>9</b>	

Fonte: Elaborada pela autora (2022), com base no e-SIC e PDI 2019-2023 da UFPB.

Na área 20000006 – CIÊNCIAS BIOLÓGICAS, a UFPB possui seis programas.

20000006 – CIÊNCIAS BIOLÓGICAS						
ÁREA DE AVALIAÇÃO DA CAPES	CAMPUS	CENTRO	PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO	QTD. VISIT. CONTRATADOS POR PPG		
BIODIVERSIDADE	I (João Pessoa)	CCEN - Centro de Ciências Exatas e da Natureza	PPGCB - PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS BIOLÓGICAS	SIM	4	3,88%
CIÊNCIAS BIOLÓGICAS II	I (João Pessoa)	CBIOTEC - Centro de Biotecnologia	PMPGCF - PROGRAMA MULTICÊNTRICO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS FISIOLÓGICAS	SIM	1	0,97%
BIODIVERSIDADE	II (Areia)	CCA - Centro de Ciências Agrárias	PPGBIO - PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM BIODIVERSIDADE	SIM	1	0,97%
BIODIVERSIDADE	IV (Rio Tinto e Mamanguape)	CCAIE - Centro de Ciências Aplicadas e Educação	PPGEMA - PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ECOLOGIA E MONITORAMENTO AMBIENTAL	SIM	1	0,97%
CIÊNCIAS BIOLÓGICAS I	I (João Pessoa)	CCEN - Centro de Ciências Exatas e da Natureza	PROFBIO - PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ENSINO DE BIOLOGIA EM REDE NACIONAL	NÃO	0	0,00%
CIÊNCIAS BIOLÓGICAS I	I (João Pessoa)	CCEN - Centro de Ciências Exatas e da Natureza	PPBCM - PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM BIOLOGIA CELULAR E MOLECULAR	NÃO	0	0,00%
<b>TOTAL</b>					<b>7</b>	

Fonte: Elaborada pela autora (2022), com base no e-SIC e PDI 2019-2023 da UFPB.

Na área 30000009 – ENGENHARIAS, a UFPB possui seis programas.

30000009 – ENGENHARIAS						
ÁREA DE AVALIAÇÃO DA CAPES	CAMPUS	CENTRO	PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO	QTD. VISIT. CONTRATADOS POR PPG		
ENGENHARIAS I	I (João Pessoa)	CT - Centro de Tecnologia	PPGECAM - PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ENGENHARIA CIVIL E AMBIENTAL	SIM	2	1,94%
ENGENHARIAS III	I (João Pessoa)	CT - Centro de Tecnologia	PPGEP - PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ENGENHARIA DE PRODUÇÃO	SIM	1	0,97%
ENGENHARIAS III	I (João Pessoa)	CT - Centro de Tecnologia	PPGEM - PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ENGENHARIA MECÂNICA	SIM	1	0,97%
ENGENHARIAS II	I (João Pessoa)	CT - Centro de Tecnologia	PPGEQ - PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ENGENHARIA QUÍMICA	SIM	1	0,97%
ENGENHARIAS IV	I (João Pessoa)	CEAR - Centro de Ciências	PPGEE - PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM	NÃO	0	0,00%

		Alternativas e Renováveis	ENGENHARIA ELÉTRICA			
ENGENHARIAS III	I (João Pessoa)	CEAR - Centro de Ciências Alternativas e Renováveis	PPGER - PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ENERGIAS RENOVÁVEIS	NÃO	0	0,00%
<b>TOTAL</b>					<b>5</b>	

Fonte: Elaborada pela autora (2022), com base no e-SIC e PDI 2019-2023 da UFPB.

Na área 40000001 – CIÊNCIAS DA SAÚDE, a UFPB possui doze programas.

40000001 – CIÊNCIAS DA SAÚDE						
ÁREA DE AVALIAÇÃO DA CAPES	CAMPUS	CENTRO	PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO	QTD. VISIT. CONTRATADOS POR PPG		
ODONTOLOGIA	I (João Pessoa)	CCS - Centro de Ciências da Saúde	PPGO - PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ODONTOLOGIA	SIM	4	3,88%
FARMÁCIA	I (João Pessoa)	CCS - Centro de Ciências da Saúde	PPGPN - PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PRODUTOS NATURAIS E SINTÉTICOS BIOATIVOS	SIM	3	2,91%
ENFERMAGEM	I (João Pessoa)	CCS - Centro de Ciências da Saúde	PPGENF - PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ENFERMAGEM	SIM	2	1,94%
ENFERMAGEM	I (João Pessoa)	CCS - Centro de Ciências da Saúde	PMPG - PROGRAMA DE MESTRADO PROFISSIONAL EM GERONTOLOGIA	SIM	1	0,97%
EDUCAÇÃO FÍSICA	I (João Pessoa)	CCS - Centro de Ciências da Saúde	PAPGEF - PROGRAMA ASSOCIADO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO FÍSICA	SIM	1	0,97%
EDUCAÇÃO FÍSICA	I (João Pessoa)	CCS - Centro de Ciências da Saúde	PPGFIS - PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM FISIOTERAPIA	SIM	1	0,97%
EDUCAÇÃO FÍSICA	I (João Pessoa)	CCS - Centro de Ciências da Saúde	PPGFON - PROGRAMA ASSOCIADO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM FONOAUDIOLOGIA	SIM	1	0,97%
NUTRIÇÃO	I (João Pessoa)	CCS - Centro de Ciências da Saúde	PPGCN - PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS DA NUTRIÇÃO	NÃO	0	0,00%
SAÚDE COLETIVA	I (João Pessoa)	CCS - Centro de Ciências da Saúde	MPSF - PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SAÚDE DA FAMÍLIA	NÃO	0	0,00%
SAÚDE COLETIVA	I (João Pessoa)	CCS - Centro de Ciências da Saúde	PPGSC - PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SAÚDE COLETIVA	NÃO	0	0,00%
FARMÁCIA	I (João Pessoa)	CCS - Centro de Ciências da Saúde	PPGDITM - PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO E INOVAÇÃO TECNOLÓGICA EM MEDICAMENTOS	NÃO	0	0,00%
SAÚDE COLETIVA	I (João Pessoa)	CCM - Centro de Ciências Médicas	PROFSAÚDE - PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SAÚDE DA FAMÍLIA EM	NÃO	0	0,00%

			REDE NACIONAL			
<b>TOTAL</b>					<b>13</b>	

Fonte: Elaborada pela autora (2022), com base no e-SIC e PDI 2019-2023 da UFPB.

Na área 50000004 – CIÊNCIAS AGRÁRIAS, a UFPB possui sete programas.

50000004 – CIÊNCIAS AGRÁRIAS						
ÁREA DE AVALIAÇÃO DA CAPES	CAMPUS	CENTRO	PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO	QTD. VISIT. CONTRATADOS POR PPG		
CIÊNCIAS AGRÁRIAS I	II (Areia)	CCA - Centro de Ciências Agrárias	PPGA - PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM AGRONOMIA	SIM	3	2,91%
ZOOTECNIA / RECURSOS PESQUEIROS	II (Areia)	CCA - Centro de Ciências Agrárias	PPGZOO - PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ZOOTECNIA	SIM	3	2,91%
CIÊNCIAS AGRÁRIAS I	II (Areia)	CCA - Centro de Ciências Agrárias	PPGCS - PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DO SOLO	SIM	2	1,94%
MEDICINA VETERINÁRIA	II (Areia)	CCA - Centro de Ciências Agrárias	PPGCAN - PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA ANIMAL	SIM	1	0,97%
CIÊNCIAS AGRÁRIAS I	III (Bananeiras)	CCHSA - Centro de Ciências Humanas, Sociais e Agrárias	PPGCAG - PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS AGRÁRIAS (AGROECOLOGIA)	SIM	1	0,97%
CIÊNCIA DE ALIMENTOS	I (João Pessoa)	CT - Centro de Tecnologia	PPGCTA - PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE ALIMENTOS	NÃO	0	0,00%
CIÊNCIA DE ALIMENTOS	III (Bananeiras)	CCHSA - Centro de Ciências Humanas, Sociais e Agrárias	PPGTA - PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM TECNOLOGIA AGROALIMENTAR	NÃO	0	0,00%
<b>TOTAL</b>					<b>10</b>	

Fonte: Elaborada pela autora (2022), com base no e-SIC e PDI 2019-2023 da UFPB.

Na área 60000007 – CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS, a UFPB possui doze programas.

60000007 – CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS						
ÁREA DE AVALIAÇÃO DA CAPES	CAMPUS	CENTRO	PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO	QTD. VISIT. CONTRATADOS POR PPG		
DIREITO	I (João Pessoa)	CCJ - Centro de Ciências Jurídicas	PPGCJ - PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS JURÍDICAS	SIM	3	2,91%
ARQUITETURA, URBANISMO E DESIGN	I (João Pessoa)	CT - Centro de Tecnologia	PPGAU - PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ARQUITETURA E URBANISMO	SIM	3	2,91%



COMUNICAÇÃO E INFORMAÇÃO	I (João Pessoa)	CCSA - Centro de Ciências Sociais Aplicadas	PPGCI - PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO	SIM	2	1,94%
ECONOMIA	I (João Pessoa)	CCSA - Centro de Ciências Sociais Aplicadas	PPGE - PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ECONOMIA	SIM	2	1,94%
ECONOMIA	I (João Pessoa)	CCSA - Centro de Ciências Sociais Aplicadas	PPESP - PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ECONOMIA DO SETOR PÚBLICO	SIM	2	1,94%
SERVIÇO SOCIAL	I (João Pessoa)	CCHLA - Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes	PPGSS - PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL	SIM	2	1,94%
ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E DE EMPRESAS, CIÊNCIAS CONTÁBEIS E TURISMO	I (João Pessoa)	CCSA - Centro de Ciências Sociais Aplicadas	PPGPCI - PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GESTÃO PÚBLICA E COOPERAÇÃO INTERNACIONAL	SIM	1	0,97%
COMUNICAÇÃO E INFORMAÇÃO	I (João Pessoa)	CCTA - Centro de Comunicação, Turismo e Artes	PPIJ - PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM JORNALISMO	SIM	1	0,97%
ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E DE EMPRESAS, CIÊNCIAS CONTÁBEIS E TURISMO	I (João Pessoa)	CCSA - Centro de Ciências Sociais Aplicadas	PPGA - PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO	NÃO	0	0,00%
ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E DE EMPRESAS, CIÊNCIAS CONTÁBEIS E TURISMO	I (João Pessoa)	CCSA - Centro de Ciências Sociais Aplicadas	PPGCC - PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS CONTÁBEIS	NÃO	0	0,00%
ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E DE EMPRESAS, CIÊNCIAS CONTÁBEIS E TURISMO	I (João Pessoa)	CE - Centro de Educação	MPGOA - PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GESTÃO EM ORGANIZAÇÕES APRENDENTES	NÃO	0	0,00%
COMUNICAÇÃO E INFORMAÇÃO	I (João Pessoa)	CCHLA - Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes	PPGC - PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO	NÃO	0	0,00%
<b>TOTAL</b>					<b>16</b>	

Fonte: Elaborada pela autora (2022), com base no e-SIC e PDI 2019-2023 da UFPB.

Na área 70000000 – CIÊNCIAS HUMANAS, a UFPB possui treze programas.

70000000 – CIÊNCIAS HUMANAS						
ÁREA DE AVALIAÇÃO DA CAPES	CAMPUS	CENTRO	PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO	QTD. VISIT. CONTRATADOS POR PPG		
PSICOLOGIA	I (João Pessoa)	CCHLA - Centro de Ciências Humanas, Letras	PPGNEC - PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM NEUROCIÊNCIA COGNITIVA	SIM	4	3,88%

		e Artes	E COMPORTAMENTO			
EDUCAÇÃO	I (João Pessoa)	CE - Centro de Educação	PPGE - PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO	SIM	3	2,91%
PSICOLOGIA	I (João Pessoa)	CCHLA - Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes	PPGPS - PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA SOCIAL	SIM	3	2,91%
CIÊNCIA POLÍTICA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS	I (João Pessoa)	CCHLA - Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes	CPRI - PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA POLÍTICA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS	SIM	2	1,94%
GEOGRAFIA	I (João Pessoa)	CCEN - Centro de Ciências Exatas e da Natureza	PPGG - PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA	SIM	2	1,94%
SOCIOLOGIA	I (João Pessoa)	CCHLA - Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes	PPGS - PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA	SIM	1	0,97%
HISTÓRIA	I (João Pessoa)	CCHLA - Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes	PPGH - PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA	SIM	1	0,97%
ANTROPOLOGIA / ARQUEOLOGIA	I (João Pessoa)	CCHLA - Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes	PPGA - PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ANTROPOLOGIA	SIM	1	0,97%
TEOLOGIA	I (João Pessoa)	CE - Centro de Educação	PPGCR - PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS DAS RELIGIÕES	NÃO	0	0,00%
EDUCAÇÃO	I (João Pessoa)	CE - Centro de Educação	PPGAES - PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM POLÍTICAS PÚBLICAS, GESTÃO E AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR	NÃO	0	0,00%
FILOSOFIA	I (João Pessoa)	CCHLA - Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes	PPGF - PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM FILOSOFIA	NÃO	0	0,00%
FILOSOFIA	I (João Pessoa)	CCHLA - Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes	PIPGF - PROGRAMA INTEGRADO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM FILOSOFIA	NÃO	0	0,00%
HISTÓRIA	I (João Pessoa)	CCHLA - Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes	PROFHISTORIA - PROGRAMA DE MESTRADO PROFISSIONAL EM ENSINO DE HISTÓRIA	NÃO	0	0,00%
<b>TOTAL</b>					<b>17</b>	

Fonte: Elaborada pela autora (2022), com base no e-SIC e PDI 2019-2023 da UFPB.

Na área 80000002 – LINGUÍSTICA, LETRAS E ARTES, a UFPB possui oito programas.

80000002 – LINGUÍSTICA, LETRAS E ARTES						
ÁREA DE AVALIAÇÃO DA CAPES	CAMPUS	CENTRO	PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO	QTD. VISIT. CONTRATADOS POR PPG		
LETRAS / LINGUÍSTICA	I (João Pessoa)	CCHLA - Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes	PROLING - PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LINGUÍSTICA	SIM	7	6,80%
ARTES / MÚSICA	I (João Pessoa)	CCTA - Centro de Comunicação, Turismo e Artes	PPGM - PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM MÚSICA	SIM	4	3,88%
LETRAS / LINGUÍSTICA	I (João Pessoa)	CCHLA - Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes	PPGL - PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS	SIM	2	1,94%
ARTES / MÚSICA	I (João Pessoa)	CCTA - Centro de Comunicação, Turismo e Artes	PPGAV - PROGRAMA ASSOCIADO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ARTES VISUAIS	SIM	2	1,94%
ARTES / MÚSICA	I (João Pessoa)	CCTA - Centro de Comunicação, Turismo e Artes	PROFARTES - PROGRAMA DE MESTRADO PROFISSIONAL EM ARTES EM REDE NACIONAL	SIM	1	0,97%
LETRAS / LINGUÍSTICA	I (João Pessoa)	CCHLA - Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes	MPL - PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LINGUÍSTICA E ENSINO	NÃO	0	0,00%
ARTES / MÚSICA	I (João Pessoa)	CI - Centro de Informática	PPGCCA - PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMPUTAÇÃO, COMUNICAÇÃO E ARTES	NÃO	0	0,00%
LETRAS / LINGUÍSTICA	IV (Rio Tinto e Mamanguape)	CCAE - Centro de Ciências Aplicadas e Educação	PROFLETRAS - PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS EM REDE NACIONAL	NÃO	0	0,00%
<b>TOTAL</b>				<b>16</b>		

Fonte: Elaborada pela autora (2022), com base no e-SIC e PDI 2019-2023 da UFPB.

Na área 90000005 – MULTIDISCIPLINAR, a UFPB possui oito programas.

90000005 – MULTIDISCIPLINAR						
ÁREA DE AVALIAÇÃO DA CAPES	CAMPUS	CENTRO	PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO	QTD. VISIT. CONTRATADOS POR PPG		
MATERIAIS	I (João Pessoa)	CT - Centro de Tecnologia	PPCEM - PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA E ENGENHARIA DE MATERIAIS	SIM	2	1,94%
CIÊNCIAS AMBIENTAIS	I (João Pessoa)	CCEN - Centro de Ciências Exatas e da Natureza	PRODEMA - MEST - PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO E MEIO	SIM	2	1,94%

			AMBIENTE			
INTERDISCIPLINAR	I (João Pessoa)	CCEN - Centro de Ciências Exatas e da Natureza	PPGMDS - PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM MODELOS DE DECISÃO E SAÚDE	SIM	2	1,94%
INTERDISCIPLINAR	I (João Pessoa)	CCHLA - Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes	PPGDH - PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS, CIDADANIA E POLÍTICAS PÚBLICAS	SIM	1	0,97%
BIOTECNOLOGIA	I (João Pessoa)	CBIOTEC - Centro de Biotecnologia	RENORBIO - PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM BIOTECNOLOGIA (RENORBIO)	SIM	1	0,97%
BIOTECNOLOGIA	I (João Pessoa)	CBIOTEC - Centro de Biotecnologia	PGBIOTECM – PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM BIOTECNOLOGIA	SIM	1	0,97%
INTERDISCIPLINAR	I (João Pessoa)	CI - Centro de Informática	PPGMMC - PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM MODELAGEM MATEMÁTICA E COMPUTACIONAL	SIM	1	0,97%
CIÊNCIAS AMBIENTAIS	I (João Pessoa)	CCEN - Centro de Ciências Exatas e da Natureza	PRODEMA - DOUT - PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO E MEIO AMBIENTE EM ASSOCIAÇÃO A REDE PRODEMA	NÃO	0	0,00%
<b>TOTAL</b>					<b>10</b>	

Fonte: Elaborada pela autora (2022), com base no e-SIC e PDI 2019-2023 da UFPB.

**APÊNDICE C – QUANTITATIVO DE VISITANTES CONTRATADOS DE ACORDO  
O CAMPUS E O CENTRO DOS PPGS**

CAMPUS	CENTRO		PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO	GRANDE ÁREA DA CAPES	ÁREA DE AVALIAÇÃO DA CAPES	QTD. VISIT. CONTRATADOS POR PPG		
						Sim	Não	%
I (João Pessoa)	1	CCSA - Centro de Ciências Sociais Aplicadas	1 PPGA - PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO	CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS	ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E DE EMPRESAS, CIÊNCIAS CONTÁBEIS E TURISMO	NÃO	0	0,00%
I (João Pessoa)	2	CCSA - Centro de Ciências Sociais Aplicadas	2 PPGCI - PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO	CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS	COMUNICAÇÃO E INFORMAÇÃO	SIM	2	1,94%
I (João Pessoa)	3	CCSA - Centro de Ciências Sociais Aplicadas	3 PPGPCI - PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GESTÃO PÚBLICA E COOPERAÇÃO INTERNACIONAL	CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS	ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E DE EMPRESAS, CIÊNCIAS CONTÁBEIS E TURISMO	SIM	1	0,97%
I (João Pessoa)	4	CCSA - Centro de Ciências Sociais Aplicadas	4 PPGE - PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ECONOMIA	CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS	ECONOMIA	SIM	2	1,94%
I (João Pessoa)	5	CCSA - Centro de Ciências Sociais Aplicadas	5 PPESP - PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ECONOMIA DO SETOR PÚBLICO	CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS	ECONOMIA	SIM	2	1,94%
I (João Pessoa)	6	CCSA - Centro de Ciências Sociais Aplicadas	6 PPGCC - PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS CONTÁBEIS	CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS	ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E DE EMPRESAS, CIÊNCIAS CONTÁBEIS E TURISMO	NÃO	0	0,00%
I (João Pessoa)	1	CE - Centro de Educação	7 PPGE - PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO	CIÊNCIAS HUMANAS	EDUCAÇÃO	SIM	3	2,91%
I (João Pessoa)	2	CE - Centro de Educação	8 MPGOA - PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GESTÃO EM ORGANIZAÇÕES APRENDENTES	CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS	ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E DE EMPRESAS, CIÊNCIAS CONTÁBEIS E TURISMO	NÃO	0	0,00%
I (João Pessoa)	3	CE - Centro de Educação	9 PPGCR - PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS DAS RELIGIÕES	CIÊNCIAS HUMANAS	TEOLOGIA	NÃO	0	0,00%

I (João Pessoa)	4	CE - Centro de Educação	10	PPGAES - PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM POLÍTICAS PÚBLICAS, GESTÃO E AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR	CIÊNCIAS HUMANAS	EDUCAÇÃO	NÃO	0	0,00%
I (João Pessoa)	1	CCJ - Centro de Ciências Jurídicas	11	PPGCJ - PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS JURÍDICAS	CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS	DIREITO	SIM	3	2,91%
I (João Pessoa)	1	CCHLA - Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes	12	PPGL - PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS	LINGUÍSTICA, LETRAS E ARTES	LETRAS / LINGUÍSTICA	SIM	2	1,94%
I (João Pessoa)	2	CCHLA - Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes	13	PPGSS - PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL	CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS	SERVIÇO SOCIAL	SIM	2	1,94%
I (João Pessoa)	3	CCHLA - Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes	14	PPGS - PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA	CIÊNCIAS HUMANAS	SOCIOLOGIA	SIM	1	0,97%
I (João Pessoa)	4	CCHLA - Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes	15	PPGF - PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM FILOSOFIA	CIÊNCIAS HUMANAS	FILOSOFIA	NÃO	0	0,00%
I (João Pessoa)	5	CCHLA - Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes	16	PIPGF - PROGRAMA INTEGRADO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM FILOSOFIA	CIÊNCIAS HUMANAS	FILOSOFIA	NÃO	0	0,00%
I (João Pessoa)	6	CCHLA - Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes	17	PPGNEC - PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM NEUROCIÊNCIA COGNITIVA E COMPORTAMENTO	CIÊNCIAS HUMANAS	PSICOLOGIA	SIM	4	3,88%
I (João Pessoa)	7	CCHLA - Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes	18	PPGPS - PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA SOCIAL	CIÊNCIAS HUMANAS	PSICOLOGIA	SIM	3	2,91%
I (João Pessoa)	8	CCHLA - Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes	19	PPGH - PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA	CIÊNCIAS HUMANAS	HISTÓRIA	SIM	1	0,97%
I (João Pessoa)	9	CCHLA - Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes	20	PROLING - PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LINGUÍSTICA	LINGUÍSTICA, LETRAS E ARTES	LETRAS / LINGUÍSTICA	SIM	7	6,80%

I (João Pessoa)	10	CCHLA - Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes	21	PPGC - PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO	CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS	COMUNICAÇÃO E INFORMAÇÃO	NÃO	0	0,00%
I (João Pessoa)	11	CCHLA - Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes	22	MPLE - PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LINGUÍSTICA E ENSINO	LINGUÍSTICA, LETRAS E ARTES	LETRAS / LINGUÍSTICA	NÃO	0	0,00%
I (João Pessoa)	12	CCHLA - Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes	23	CPRI - PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA POLÍTICA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS	CIÊNCIAS HUMANAS	CIÊNCIA POLÍTICA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS	SIM	2	1,94%
I (João Pessoa)	13	CCHLA - Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes	24	PPGDH - PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS, CIDADANIA E POLÍTICAS PÚBLICAS	MULTIDISCIPLINAR	INTERDISCIPLINAR	SIM	1	0,97%
I (João Pessoa)	14	CCHLA - Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes	25	PPGA - PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ANTROPOLOGIA	CIÊNCIAS HUMANAS	ANTROPOLOGIA / ARQUEOLOGIA	SIM	1	0,97%
I (João Pessoa)	15	CCHLA - Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes	26	PROFHISTORIA - PROGRAMA DE MESTRADO PROFISSIONAL EM ENSINO DE HISTÓRIA	CIÊNCIAS HUMANAS	HISTÓRIA	NÃO	0	0,00%
I (João Pessoa)	1	CT - Centro de Tecnologia	27	PPGEP - PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ENGENHARIA DE PRODUÇÃO	ENGENHARIAS	ENGENHARIAS III	SIM	1	0,97%
I (João Pessoa)	2	CT - Centro de Tecnologia	28	PPGEM - PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ENGENHARIA MECÂNICA	ENGENHARIAS	ENGENHARIAS III	SIM	1	0,97%
I (João Pessoa)	3	CT - Centro de Tecnologia	29	PPGEQ - PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ENGENHARIA QUÍMICA	ENGENHARIAS	ENGENHARIAS II	SIM	1	0,97%
I (João Pessoa)	4	CT - Centro de Tecnologia	30	PPGCTA - PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE ALIMENTOS	CIÊNCIAS AGRÁRIAS	CIÊNCIA DE ALIMENTOS	NÃO	0	0,00%
I (João Pessoa)	5	CT - Centro de Tecnologia	31	PPGECAM - PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ENGENHARIA CIVIL E AMBIENTAL	ENGENHARIAS	ENGENHARIAS I	SIM	2	1,94%
I (João Pessoa)	6	CT - Centro de Tecnologia	32	PPGAU - PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ARQUITETURA E URBANISMO	CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS	ARQUITETURA, URBANISMO E DESIGN	SIM	3	2,91%

I (João Pessoa)	7	CT - Centro de Tecnologia	33	PPCEM - PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA E ENGENHARIA DE MATERIAIS	MULTIDISCIPLINAR	MATERIAIS	SIM	2	1,94%
I (João Pessoa)	1	CBIOTEC - Centro de Biotecnologia	34	RENORBIO - PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM BIOTECNOLOGIA (RENORBIO)	MULTIDISCIPLINAR	BIOTECNOLOGIA	SIM	1	0,97%
I (João Pessoa)	2	CBIOTEC - Centro de Biotecnologia	35	PGBIOTECM - PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM BIOTECNOLOGIA	MULTIDISCIPLINAR	BIOTECNOLOGIA	SIM	1	0,97%
I (João Pessoa)	3	CBIOTEC - Centro de Biotecnologia	36	PMPGCF - PROGRAMA MULTICÊNTRICO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS FISIOLÓGICAS	CIÊNCIAS BIOLÓGICAS	CIÊNCIAS BIOLÓGICAS II	SIM	1	0,97%
I (João Pessoa)	1	CCS - Centro de Ciências da Saúde	37	PPGENF - PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ENFERMAGEM	CIÊNCIAS DA SAÚDE	ENFERMAGEM	SIM	2	1,94%
I (João Pessoa)	2	CCS - Centro de Ciências da Saúde	38	PPGPN - PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PRODUTOS NATURAIS E SINTÉTICOS BIOATIVOS	CIÊNCIAS DA SAÚDE	FARMÁCIA	SIM	3	2,91%
I (João Pessoa)	3	CCS - Centro de Ciências da Saúde	39	PMPG - PROGRAMA DE MESTRADO PROFISSIONAL EM GERONTOLOGIA	CIÊNCIAS DA SAÚDE	ENFERMAGEM	SIM	1	0,97%
I (João Pessoa)	4	CCS - Centro de Ciências da Saúde	40	PPGO - PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ODONTOLOGIA	CIÊNCIAS DA SAÚDE	ODONTOLOGIA	SIM	4	3,88%
I (João Pessoa)	5	CCS - Centro de Ciências da Saúde	41	PPGCN - PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS DA NUTRIÇÃO	CIÊNCIAS DA SAÚDE	NUTRIÇÃO	NÃO	0	0,00%
I (João Pessoa)	6	CCS - Centro de Ciências da Saúde	42	PAPGEF - PROGRAMA ASSOCIADO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO FÍSICA	CIÊNCIAS DA SAÚDE	EDUCAÇÃO FÍSICA	SIM	1	0,97%
I (João Pessoa)	7	CCS - Centro de Ciências da Saúde	43	MPSF - PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SAÚDE DA FAMÍLIA	CIÊNCIAS DA SAÚDE	SAÚDE COLETIVA	NÃO	0	0,00%
I (João Pessoa)	8	CCS - Centro de Ciências da Saúde	44	PPGSC - PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SAÚDE COLETIVA	CIÊNCIAS DA SAÚDE	SAÚDE COLETIVA	NÃO	0	0,00%
I (João Pessoa)	9	CCS - Centro de Ciências da Saúde	45	PPGDITM - PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO E INOVAÇÃO TECNOLÓGICA EM MEDICAMENTOS	CIÊNCIAS DA SAÚDE	FARMÁCIA	NÃO	0	0,00%



I (João Pessoa)	10	CCS - Centro de Ciências da Saúde	46	PPGFIS - PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM FISIOTERAPIA	CIÊNCIAS DA SAÚDE	EDUCAÇÃO FÍSICA	SIM	1	0,97%
I (João Pessoa)	11	CCS - Centro de Ciências da Saúde	47	PPGFON - PROGRAMA ASSOCIADO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM FONOAUDIOLOGIA	CIÊNCIAS DA SAÚDE	EDUCAÇÃO FÍSICA	SIM	1	0,97%
I (João Pessoa)	1	CCM - Centro de Ciências Médicas	48	PROFSAÚDE - PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SAÚDE DA FAMÍLIA EM REDE NACIONAL	CIÊNCIAS DA SAÚDE	SAÚDE COLETIVA	NÃO	0	0,00%
I (João Pessoa)	1	CI - Centro de Informática	49	PPGI - PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM INFORMÁTICA	CIÊNCIAS EXATAS E DA TERRA	CIÊNCIA DA COMPUTAÇÃO	SIM	1	0,97%
I (João Pessoa)	2	CI - Centro de Informática	50	PPGMMC - PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM MODELAGEM MATEMÁTICA E COMPUTACIONAL	MULTIDISCIPLINAR	INTERDISCIPLINAR	SIM	1	0,97%
I (João Pessoa)	3	CI - Centro de Informática	51	PPGCCA - PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMPUTAÇÃO, COMUNICAÇÃO E ARTES	LINGUÍSTICA, LETRAS E ARTES	ARTES / MÚSICA	NÃO	0	0,00%
I (João Pessoa)	1	CCTA - Centro de Comunicação, Turismo e Artes	52	PPGM - PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM MÚSICA	LINGUÍSTICA, LETRAS E ARTES	ARTES / MÚSICA	SIM	4	3,88%
I (João Pessoa)	2	CCTA - Centro de Comunicação, Turismo e Artes	53	PROFARTES - PROGRAMA DE MESTRADO PROFISSIONAL EM ARTES EM REDE NACIONAL	LINGUÍSTICA, LETRAS E ARTES	ARTES / MÚSICA	SIM	1	0,97%
I (João Pessoa)	3	CCTA - Centro de Comunicação, Turismo e Artes	54	PPGAV - PROGRAMA ASSOCIADO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ARTES VISUAIS	LINGUÍSTICA, LETRAS E ARTES	ARTES / MÚSICA	SIM	2	1,94%
I (João Pessoa)	4	CCTA - Centro de Comunicação, Turismo e Artes	55	PPJ - PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM JORNALISMO	CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS	COMUNICAÇÃO E INFORMAÇÃO	SIM	1	0,97%
I (João Pessoa)	1	CEAR - Centro de Ciências Alternativas e Renováveis	56	PPGEE - PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ENGENHARIA ELÉTRICA	ENGENHARIAS	ENGENHARIAS IV	NÃO	0	0,00%
I (João Pessoa)	2	CEAR - Centro de Ciências Alternativas e Renováveis	57	PPGER - PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ENERGIAS RENOVÁVEIS	ENGENHARIAS	ENGENHARIAS III	NÃO	0	0,00%

I (João Pessoa)	1	CCEN - Centro de Ciências Exatas e da Natureza	58	PPGF - PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM FÍSICA	CIÊNCIAS EXATAS E DA TERRA	ASTRONOMIA/FÍSICA	SIM	2	1,94%
I (João Pessoa)	2	CCEN - Centro de Ciências Exatas e da Natureza	59	PPGCB - PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS BIOLÓGICAS	CIÊNCIAS BIOLÓGICAS	BIODIVERSIDADE	SIM	4	3,88%
I (João Pessoa)	3	CCEN - Centro de Ciências Exatas e da Natureza	60	PROFBIO - PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ENSINO DE BIOLOGIA EM REDE NACIONAL	CIÊNCIAS BIOLÓGICAS	CIÊNCIAS BIOLÓGICAS I	NÃO	0	0,00%
I (João Pessoa)	4	CCEN - Centro de Ciências Exatas e da Natureza	61	PPGQ - PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM QUÍMICA	CIÊNCIAS EXATAS E DA TERRA	QUÍMICA	NÃO	0	0,00%
I (João Pessoa)	5	CCEN - Centro de Ciências Exatas e da Natureza	62	PRODEMA - MEST - PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO E MEIO AMBIENTE	MULTIDISCIPLINAR	CIÊNCIAS AMBIENTAIS	SIM	2	1,94%
I (João Pessoa)	6	CCEN - Centro de Ciências Exatas e da Natureza	63	PRODEMA - DOUT - PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO E MEIO AMBIENTE EM ASSOCIAÇÃO A REDE PRODEMA	MULTIDISCIPLINAR	CIÊNCIAS AMBIENTAIS	NÃO	0	0,00%
I (João Pessoa)	7	CCEN - Centro de Ciências Exatas e da Natureza	64	PPGMAT - PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM MATEMÁTICA	CIÊNCIAS EXATAS E DA TERRA	MATEMÁTICA	SIM	5	4,85%
I (João Pessoa)	8	CCEN - Centro de Ciências Exatas e da Natureza	65	PAPGM - PROGRAMA ASSOCIADO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM MATEMÁTICA	CIÊNCIAS EXATAS E DA TERRA	MATEMÁTICA	SIM	1	0,97%
I (João Pessoa)	9	CCEN - Centro de Ciências Exatas e da Natureza	66	PROFMAT - PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM MATEMÁTICA EM REDE NACIONAL	CIÊNCIAS EXATAS E DA TERRA	MATEMÁTICA	NÃO	0	0,00%
I (João Pessoa)	10	CCEN - Centro de Ciências Exatas e da Natureza	67	PPGG - PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA	CIÊNCIAS HUMANAS	GEOGRAFIA	SIM	2	1,94%
I (João Pessoa)	11	CCEN - Centro de Ciências Exatas e da Natureza	68	PPGMDS - PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM MODELOS DE DECISÃO E SAÚDE	MULTIDISCIPLINAR	INTERDISCIPLINAR	SIM	2	1,94%

I (João Pessoa)	12	CCEN - Centro de Ciências Exatas e da Natureza	69	PPBCM - PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM BIOLOGIA CELULAR E MOLECULAR	CIÊNCIAS BIOLÓGICAS	CIÊNCIAS BIOLÓGICAS I	NÃO	0	0,00%
II (Areia)	1	CCA - Centro de Ciências Agrárias	70	PPGA - PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM AGRONOMIA	CIÊNCIAS AGRÁRIAS	CIÊNCIAS AGRÁRIAS I	SIM	3	2,91%
II (Areia)	2	CCA - Centro de Ciências Agrárias	71	PPGBIO - PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM BIODIVERSIDADE	CIÊNCIAS BIOLÓGICAS	BIODIVERSIDADE	SIM	1	0,97%
II (Areia)	3	CCA - Centro de Ciências Agrárias	72	PPGCAN - PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA ANIMAL	CIÊNCIAS AGRÁRIAS	MEDICINA VETERINÁRIA	SIM	1	0,97%
II (Areia)	4	CCA - Centro de Ciências Agrárias	73	PPGCS - PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DO SOLO	CIÊNCIAS AGRÁRIAS	CIÊNCIAS AGRÁRIAS I	SIM	2	1,94%
II (Areia)	5	CCA - Centro de Ciências Agrárias	74	PPGZOO - PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ZOOTECNIA	CIÊNCIAS AGRÁRIAS	ZOOTECNIA / RECURSOS PESQUEIROS	SIM	3	2,91%
III (Bananeiras)	1	CCHSA - Centro de Ciências Humanas, Sociais e Agrárias	75	PPGTA - PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM TECNOLOGIA AGROALIMENTAR	CIÊNCIAS AGRÁRIAS	CIÊNCIA DE ALIMENTOS	NÃO	0	0,00%
III (Bananeiras)	2	CCHSA - Centro de Ciências Humanas, Sociais e Agrárias	76	PPGCAG - PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS AGRÁRIAS (AGROECOLOGIA)	CIÊNCIAS AGRÁRIAS	CIÊNCIAS AGRÁRIAS I	SIM	1	0,97%
IV (Rio Tinto e Mamanguape)	1	CCAIE - Centro de Ciências Aplicadas e Educação	77	PPGEMA - PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ECOLOGIA E MONITORAMENTO AMBIENTAL	CIÊNCIAS BIOLÓGICAS	BIODIVERSIDADE	SIM	1	0,97%
IV (Rio Tinto e Mamanguape)	2	CCAIE - Centro de Ciências Aplicadas e Educação	78	PROFLETRAS - PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS EM REDE NACIONAL	LINGUÍSTICA, LETRAS E ARTES	LETRAS / LINGUÍSTICA	NÃO	0	0,00%

Fonte: Elaborada pela autora (2022), com base no e-SIC e PDI 2019-2023 da UFPB.

## APÊNDICE D – QUESTIONÁRIO ENVIADO VIA E-SIC PARA A UFPB

1. Qual o perfil pessoal dos professores visitantes contratados desde o ano de 2018 até o momento? (Indicar o nome, idade, nacionalidade, e-mail (caso possível, especificar se o professor é brasileiro, mas tem formação no exterior ou reconhecido desempenho científico em nível internacional)
2. Qual o perfil profissional dos professores visitantes contratados desde o ano de 2018 até o momento? (Indicar a categoria do professor, regime de trabalho, programa ao qual está vinculado)
3. Quais os Programas de Pós-Graduação (PPGS) existentes na UFPB e os cursos de mestrado e doutorado que foram contemplados com professores visitantes? Visto que as informações disponibilizadas no site da UFPB (TEMA I - 13 PROGRAMAS, TEMA II - 17 PROGRAMAS e TEMA III - 10 PROGRAMAS) apresentam algumas diferenças com as informações do comprovante de inscrição da UFPB no Programa de Internacionalização CapesPrInt.
4. De acordo com a Resolução nº 24/2019 CONSEPE UFPB as atividades previstas no Plano Individual Docente devem estar de acordo com o Projeto de Solicitação de Contratação de Docente Visitante e os PPGS devem acompanhar essas atividades. Sendo assim, o Relatório Parcial semestral e o Relatório circunstanciado de atividades final de cada visitante estão disponíveis publicamente por todos os PPGS? Caso não, os relatórios finais dos visitantes poderiam ser disponibilizados?
5. Esses relatórios de atividades dos visitantes são enviados à Pró-Reitoria de Pós-Graduação (PRPG) para conhecimento?
6. Qual setor é responsável pela inserção dos dados de todos os PPGS para preenchimento da avaliação intermediária do Programa Capes-PrInt? Como é feita a compilação desses dados?
7. Existe um instrumento de avaliação do trabalho dos visitantes?
8. Houve a elaboração de um Relatório de Professores Visitantes do período de 2018 e 2019 pela Coordenação de Acompanhamento e Avaliação dos Programas e Cursos de Pós-Graduação (CAAPG) da PRPG. Está sendo efetuado um relatório semelhante para o período de 2020, 2021 e 2022? Em caso positivo, tem previsão da data em que será disponibilizado?
9. Qual a fonte de financiamento para contratação de visitantes?
10. Houve um estudo do impacto orçamentário com a contratação de visitantes na UFPB durante a vigência do Capes-PrInt?





16/05/2022 21:08

Fala.BR - Plataforma Integrada de Ouvidoria e Acesso à Informação

-  
**Assunto**  
 Educação Superior  
**Subassunto**  
 Tag  
 -  
**Data de cadastro**  
 29/04/2022  
**Prazo de atendimento**  
 23/05/2022  
**Situação**  
 Concluída  
**Registrado por**  
 VANUSA VIRGINIA DA SILVA  
**Modo de resposta**  
 Pelo sistema (com avisos por email)  
**Canal de entrada**  
 Internet

## Anexos

## Anexos da Manifestação

<input type="checkbox"/> Origem	Nome	Extensão
<input type="checkbox"/>	Anexo Resposta SIC23546029601202256_UFPB23074037852202252_PRRG-RESPOSTA1.pdf	pdf
<input type="checkbox"/>	Anexo Resposta SIC23546029601202256_UFPB23074037832202210_DSP-RESPOSTA1.pdf	pdf
<input checked="" type="checkbox"/>	Anexo Resposta SIC23546029601202256_UFPB23074037832202210_DSP-ANEKO1.ods	ods
<input type="checkbox"/>	Anexo Resposta SIC23546029601202256_UFPB23074037832202210_DSP-ANEKO2.pdf	pdf
<input type="checkbox"/>	Anexo Resposta SIC23546029601202256_UFPB23074037850202241_CODEOR-RESPOSTA1.pdf	pdf
<input type="checkbox"/>	Anexo Resposta SIC23546029601202256_UFPB23074037850202241_DCPS-RESPOSTA1.pdf	pdf

## Histórico de ações

Histórico de ações			
Data/Hora	Ação	Responsável	Informações Adicionais
29/04/2022 22:26	Cadastro	VANUSA VIRGINIA DA SILVA	Registro dos dados da manifestação
16/05/2022 16:44	Registro Resposta	Ogílio	Resposta Conclusiva

**Encaminhamentos**  
 Não foram encontrados registros.

**Prorrogações**  
 Não foram encontrados registros.

**Respostas as pesquisas de satisfação**  
 Não foram encontrados registros.




[Voltar ao Topo](#)

## ANEXO A – RESPOSTA DA DSP/PROGEP/UFPB AO QUESTIONÁRIO ENVIADO PELA PLATAFORMA FALA.BR

Firefox

[https://sipac.ufpb.br/sipac/protocolo/documento/documento\\_visualizacao...](https://sipac.ufpb.br/sipac/protocolo/documento/documento_visualizacao...)

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA

DESPACHO Nº 446 / 2022 - PROGEP-DSP (11.01.30.10.04)

Nº do Protocolo: NÃO PROTOCOLADO

João Pessoa-PB, 10 de Maio de 2022

À Ouvidoria - Reitoria,

Em atenção a solicitação contida no Despacho nº 33/2022 - REITORIA - OUV, quanto aos questionamentos apresentados e pertinentes às competências desta Divisão de Seleção e Provisão - DSP, informamos que se encontram em anexo (documentos 3 e 4) tabelas contendo informações os professores contratados e o programa a eles vinculados, assim, lista de todos os editais publicados a partir de 2018 com programas contemplados por vagas para contratação. Ademais, o perfil solicitado pelas unidades contempladas se encontra nos respectivos editais publicados que podem ser consultados em <https://progep.ufpb.br/progep/colecoes/editais-docente>.

Atenciosamente,

(Assinado digitalmente em 10/05/2022 16:27)  
ANDERSON FERREIRA MARINHO  
AUX EM ADMINISTRACAO  
Matricula: 3005122

(Assinado digitalmente em 11/05/2022 06:56)  
GENILTON DE FRANCA BARROS FILHO  
ASSISTENTE EM ADMINISTRACAO  
Matricula: 3158378

(Assinado digitalmente em 11/05/2022 07:43)  
LARA NOBREGA HEIM  
DIRETOR  
Matricula: 2407996

Processo Associado: 23074.037832/2022-10

Para verificar a autenticidade deste documento entre em <https://sipac.ufpb.br/documentos/> informando seu número: 446, ano: 2022, documento(espécie): DESPACHO, data de emissão: 10/05/2022 e o código de verificação: 50a8acdf3e



## ANEXO B – RESPOSTA DA CAAPG/PRPG/UFPB AO QUESTIONÁRIO ENVIADO PELA PLATAFORMA FALA.BR

16/05/2022 16:30

[https://sipac.ufpb.br/sipac/protocolo/documento/documento\\_visualizacao.jsf?imprimir=true&idDoc=2324431](https://sipac.ufpb.br/sipac/protocolo/documento/documento_visualizacao.jsf?imprimir=true&idDoc=2324431)


MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA

DESPACHO. Nº 29 / 2022 - PRPG - CAAPG (11.00.40.02)

Nº do Protocolo: NÃO PROTOCOLADO

João Pessoa-PB, 04 de Maio de 2022

DESPACHO

Prezados,

Em atenção ao pedido expresso em SIC/UFPB - ACESSO À INFORMAÇÃO - SIC 23546029601202256, seguem as respostas aos questionamentos presentes no processo:

**1. Qual o perfil pessoal dos professores visitantes contratados desde o ano de 2018 até o momento? (Indicar o nome, idade, nacionalidade, e-mail (caso possível, especificar se o professor é brasileiro, mas tem formação no exterior ou reconhecido desempenho científico em nível internacional)**

Em 2020, a Pró-Reitoria de Pós-Graduação, elaborou um relatório com base em ampla pesquisa feita entre os docentes visitantes contratados em 2018. Os contratos tiveram vigência de dois anos. Desde então, não houve lançamentos de novos editais de contratação, de modo que a pesquisa apresenta informações colhidas até o ano de 2020. O questionário aplicado, os resultados gerais e a base de dados da pesquisa podem ser acessados pelo link do Google Forms: [https://docs.google.com/forms/d/1uZw-01ifobdRzDyW6ir73XPE5XqNIZIAMEB\\_1m5\\_KXM/edit](https://docs.google.com/forms/d/1uZw-01ifobdRzDyW6ir73XPE5XqNIZIAMEB_1m5_KXM/edit). O relatório produzido pela PRPG pode ser encontrado neste link: <http://www.prgp.ufpb.br/prpg/contents/downloads/RelatorioProfessoresVisitantesverso18052.pdf>

**2. Qual o perfil profissional dos professores visitantes contratados desde o ano de 2018 até o momento? (Indicar a categoria do professor, regime de trabalho, programa ao qual está vinculado)**

Estas informações podem ser encontradas nos links fornecidos na resposta anterior.

**3. Quais os Programas de Pós-Graduação (PPGS) existentes na UFPB e os cursos de mestrado e doutorado que foram contemplados com professores visitantes? Visto que as informações disponibilizadas no site da UFPB (TEMA I - 13 PROGRAMAS, TEMA II - 17 PROGRAMAS e TEMA III - 10 PROGRAMAS) apresentam algumas diferenças com as informações do comprovante de inscrição da UFPB no Programa de Internacionalização Capes-Print.**

Estas informações podem ser encontradas nos links fornecidos na resposta anterior.

**4. De acordo com a Resolução nº 24/2019 CONSEPE UFPB as atividades previstas no Plano Individual Docente devem estar de acordo com o Projeto de Solicitação de Contratação de Docente Visitante e os PPGS devem acompanhar essas atividades. Sendo assim, o Relatório Parcial semestral e o Relatório circunstanciado de atividades final de cada visitante estão disponíveis publicamente por todos os PPGS? Caso não, os relatórios finais dos visitantes poderiam ser disponibilizados?**

Os relatórios de atividades são adicionados aos processos de renovação de professores visitantes, para fins de instrução. Caso haja um interesse em algum relatório de algum profissional específico, é possível adicionar o nome do profissional na busca do Sipac (assunto detalhado), para obter o relatório. Lembramos, porém, que há a possibilidade de o relatório estar registrado no processo como documento restrito, caso este apresente informações sigilosas.

**5. Esses relatórios de atividades dos visitantes são enviados à Pró-Reitoria de Pós-Graduação (PRPG) para conhecimento?**

De acordo com a RESOLUÇÃO Nº 24/2019, a qual estabelece normas para a contratação de Professor Visitante para atuação na pós-graduação:

"Art. 14. Constituem obrigações do docente visitante:

(...)

VII - apresentar sua pesquisa e suas ações de suporte ao PPG através de Relatório Parcial semestral em Seminário, Workshop, evento equivalente promovido pelo PPG, pelo Centro ou pela PRPG, ou diretamente ao colegiado do PPG, sua unidade de efetivo exercício, no qual destaque a produção acadêmica e seu impacto na produção total do PPG."

**6. Qual setor é responsável pela inserção dos dados de todos os PPGS para preenchimento da avaliação intermediária do Programa Capes-Print? Como é feita a compilação desses dados?**

A inserção de dados é feita pelos coordenadores de cada subprojeto do Print. Os subprojetos abrigam diversos programas de pós-graduação da UFPB. A PRPG faz a conferência das informações e submete o relatório à CAPES.

**7. Existe um instrumento de avaliação do trabalho dos visitantes?**

A universidade ainda não possui um instrumento oficial e sistemático de avaliação destes docentes. O relatório elaborado em 2020 consistiu em iniciativa da PRPG a partir de pesquisa própria.

[https://sipac.ufpb.br/sipac/protocolo/documento/documento\\_visualizacao.jsf?imprimir=true&idDoc=2324431](https://sipac.ufpb.br/sipac/protocolo/documento/documento_visualizacao.jsf?imprimir=true&idDoc=2324431)

1/2

16/05/2022 16:30

[https://sipac.ufpb.br/sipac/protocolo/documento/documento\\_visualizacao.jsf?imprimir=true&idDoc=2324431](https://sipac.ufpb.br/sipac/protocolo/documento/documento_visualizacao.jsf?imprimir=true&idDoc=2324431)

**8. Houve a elaboração de um Relatório de Professores Visitantes do período de 2018 e 2019 pela Coordenação de Acompanhamento e Avaliação dos Programas e Cursos de Pós-Graduação (CAAPG) da PRPG. Está sendo efetuado um relatório semelhante para o período de 2020, 2021 e 2022? Em caso positivo, tem previsão da data em que será disponibilizado?**

Desde o ano de 2020 até o momento não houve o lançamento de novos editais. Por esta razão, não há relatório disponível para os referidos anos.

**9. Qual a fonte de financiamento para contratação de visitantes?**

A PRPG não possui esta informação.

**10. Houve um estudo do impacto orçamentário com a contratação de visitantes na UFPB durante a vigência do Capes-Print?**

A PRPG não possui esta informação.

(Assinado digitalmente em 04/05/2022 09:25 )  
ANA CLAUDIA ANNEGUES DA SILVA  
Matrícula: 1339014

Processo Associado: 23074.037852/2022-52

Para verificar a autenticidade deste documento entre em <https://sipac.ufpb.br/documentos/> informando seu número: 29, ano: 2022, documento(espécie): DESPACHO., data de emissão: 04/05/2022 e o código de verificação: 9786925caf

## ANEXO C – RESPOSTA DA DCPS/PROGEP/UFPB AO QUESTIONÁRIO ENVIADO PELA PLATAFORMA FALA.BR

23/01/2023 16:12

[https://sipac.ufpb.br/publico/jsp/processos/documento\\_visualizacao.jsf?idDoc=2330451](https://sipac.ufpb.br/publico/jsp/processos/documento_visualizacao.jsf?idDoc=2330451)

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA

DESPACHO. Nº 1606 / 2022 - PROGEP - DCPS (11.01.30.10.01)

Nº do Protocolo: NÃO PROTOCOLADO

João Pessoa-PB, 08 de Maio de 2022

DESPACHO

A PROPLAN/CODEOR

Senhor Chefe,

Em atendimento ao DESPACHO. Nº 138/2022 - PROPLAN - CO, encaminhamos a planilha contendo as informações solicitadas.

Atenciosamente,

(Assinado digitalmente em 08/05/2022 12:05)  
FABRÍCIO DO NASCIMENTO SANTOS  
Matrícula: 1891580

Processo Associado: 23074.037856/2022-41

Para verificar a autenticidade deste documento entre em <https://sipac.ufpb.br/documentos/> informando seu número: **1606**, ano: **2022**, documento (espécie): **DESPACHO.**, data de emissão: **08/05/2022** e o código de verificação: **b796557d3f**

## ANEXO D – RESPOSTA DA CODEOR/PROPLAN/UFPB AO QUESTIONÁRIO ENVIADO PELA PLATAFORMA FALA.BR

16/05/2022 16:21

[https://sipac.ufpb.br/sipac/protocolo/documento/documento\\_visualizacao.jsf?idDoc=2344982](https://sipac.ufpb.br/sipac/protocolo/documento/documento_visualizacao.jsf?idDoc=2344982)

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA

DESPACHO. Nº 206 / 2022 - PROPLAN - CD (11.01.07.04)

Nº do Protocolo: NÃO PROTOCOLADO

João Pessoa-PB, 16 de Maio de 2022

DESPACHO FAVORÁVEL

à ESIC,

Considerando o DESPACHO Nº 35/2022 - REITORIA - OLIV (11.00.46.18, o DESPACHO. Nº 1605/2022 - PROGEP - DCPS (11.01.30.10.01) ) e a PLANILHA Nº 1203/2022 - PROGEP - DCPS (11.01.30.10.01), venho por meio deste informar que a fonte de financiamento para contratação de visitantes é a ação 20TP - Pagamento de espécies remuneratórias devidas aos servidores e empregados ativos civis da União, fundamento legal: Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990 e Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 - CLT.

Sobre o item "10. Houve um estudo do impacto orçamentário com a contratação de visitantes na UFPB durante a vigência do Capes-Print7", recomendamos acionar a PRPG e PROGEP para verificar se há vagas específicas para o CAPES-PRINT, pois são as unidades competentes para gerenciar esse programa. Destaco que o impacto está vinculado principalmente a esta possibilidade de contratação.

At.te,

(Assinado digitalmente em 16/05/2022 15:29)

FERNANDO ANTONIO BEZERRA DA COSTA JUNIOR  
Matrícula: 1661203

Processo Associado: 23074.037856/2022-41

Para verificar a autenticidade deste documento entre em <https://sipac.ufpb.br/documentos/> informando seu número: 206, ano: 2022, documento(espécie): DESPACHO, data de emissão: 16/05/2022 e o código de verificação: 01fdb4dbb2

[https://sipac.ufpb.br/sipac/protocolo/documento/documento\\_visualizacao.jsf?idDoc=2344982](https://sipac.ufpb.br/sipac/protocolo/documento/documento_visualizacao.jsf?idDoc=2344982)

1/1